



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LUGARES DE MEMÓRIA E SAUDADE DE UM DISTRITO SUBMERSO NAS
ÁGUAS: PEDRO VELHO/PB (2002-2005)**

MARIA EMÍLIA ANDRADE DE MEDEIROS

CAMPINA GRANDE - PB

2022

MARIA EMÍLIA ANDRADE DE MEDEIROS

LUGARES DE MEMÓRIA E SAUDADE DE UM DISTRITO SUBMERSO NAS ÁGUAS:
PEDRO VELHO/PB (2002-2005)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande – PB, pertencente à Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas e área de concentração em História, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vívian Galdino de Andrade.

CAMPINA GRANDE - PB

2022

M4881 Medeiros, Maria Emília Andrade de.
Lugares de memória e saudade de um distrito submerso nas águas:
Pedro Velho/PB (2002-2005) / Maria Emília Andrade de Medeiros. –
Campina Grande, 2022.
121 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação: Profa. Dra. Vivian Galdino de Andrade".
Referências.

1. Memória e História. 2. História Cultural. 3. Espaços de Saudade –
Pedro Velho/PB. 4. Lugares de Memória – Pedro Velho/PB. I. Andrade,
Vivian Galdino de. II. Título.

CDU 930.85(043)

MARIA EMÍLIA ANDRADE DE MEDEIROS

**LUGARES DE MEMÓRIA E SAUDADE DE UM DISTRITO SUBMERSO NAS ÁGUAS:
PEDRO VELHO/PB (2002-2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande – PB, pertencente à Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas e área de concentração em História, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Aprovado(a) em: 20/ 06/ 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Vivian Galdino de Andrade – UFPB/UFCG
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Cipriano – UEPB
Membro Externo

Prof^a. Dr^a. Regina Coeli Gomes Nascimento – UFCG
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina Aragão – UEPB
Suplente Externo

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior – UFRN/UFCG
Suplente Interno



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

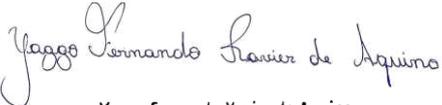
ATA DE DEFESA DE MESTRADO

Às 15h do dia **20 de junho de 2022**, foi realizada por videoconferência, a Arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela discente **MARIA EMÍLIA ANDRADE DE MEDEIROS**, intitulada **LUGARES DE MEMÓRIA E SAUDADE DE UM DISTRITO SUBMERSO NAS ÁGUAS. PEDRO VELHO/PB (2002-2005)** para obtenção do grau de Mestre. Em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido curso, a Comissão Examinadora decidiu conceder a mesma o conceito de **APROVADA**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores **Vivian Galdino de Andrade** (Orientadora - PPGH/UFCG), **Maria do Socorro Cipriano** (Examinadora externa - UEPB) e **Regina Coeli Gomes Nascimento** (Examinadora interna - PPGH/UFCG). Assinam a presente Ata os membros da Comissão Examinadora, o Coordenador **José Otávio Aguiar** e o Secretário do PPGH/UFCG **Yaggo Fernando Xavier Aquino**, para os devidos efeitos legais.

PARECER

A dissertação atende aos rigores teórico-metodológicos exigidos pelo PPGH, apresentando relevância no debate e importância na temática. A banca indica imediata publicação, condicionada a revisão ortográfica e da ABNT, bem como aos ajustes solicitados pela banca examinadora.

LISTA DE PRESENÇA

Orientador/a	Vivian Galdino de Andrade	 Vivian Galdino de Andrade SIAPE 18187770 DE/CCHSA/UFPB
Examinador Interno	Regina Coeli Gomes Nascimento	
Examinador Externo	Maria do Socorro Cipriano	
Coordenador PPGH/UFCG	José Otávio Aguiar	 Prof. Dr. José Otávio Aguiar Unidade Acadêmica de História Universidade Federal de Campina Grande SIAPE 1350982
Secretário do PPGH/UFCG	Yaggo Fernando Xavier Aquino	 Yaggo Fernando Xavier de Aquino Secretário do PPGH/UFCG Mat. SIAPE: 1410729

Campina Grande, 20 de junho
de 2022

Dedico esta história aos narradores pedrovelhenses: Glauciane Cavalcanti de Medeiros, Rosana Firmino de Normando, José Maria da Silva Filho, José Marcos de Brito, Maria Solange Araújo de Lima Brito e Andréia Bernardo da Silva. Com eles, aprendi que “a maneira de saber é ouvindo a nossa gente contando estas histórias. Escrevendo, ouvindo e escrevendo... (Narradores de Javé, 2004).

AGRADECIMENTOS

Lugares de memória e saudade de um distrito submerso nas águas: Pedro Velho/PB (2002-2005) nasceu em meio à pandemia da COVID – 19. Se não fossem as pessoas especiais, as quais contribuíram, significativamente, para a escrita desta história, possivelmente, este trabalho não teria sequer chegado a ver à luz do dia. A elas, só tenho a agradecer:

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, por ter me permitido chegar até aqui. Com Ele, aprendi que, após a tempestade, pode vir a bonança. Foi assim há dezoito anos e sempre será.

Agradeço, de coração, a minha família. Aos meus pais, Nevinha e Djalma; aos meus irmãos, Helder, Elaine e Eugênia, porque juntos vivenciamos os desafios que a Barragem de Acauã – divisor de águas no curso de nossas vidas – nos impôs há dezoito anos.

Um agradecimento muito especial vai para Vivian Galdino de Andrade. Orientadora querida, quando sentei ao seu lado, naquela sala do PPGH – UFCG, não tinha ideia do que nos esperava. De lá para cá, ela foi a pessoa que mais contribuiu, ajudando a fazer da tragédia de um lugar submerso nas águas uma escrita histórica, tão sensível e poética.

Quero agradecer, de todo meu coração, a Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Cipriano, membro da banca examinadora deste trabalho, por ter acreditado em mim, enquanto pesquisadora, desde muito cedo. Isso me fez persistir. Obrigada por compartilhar o seu imenso conhecimento nesta pesquisa.

Um agradecimento especial vai para a Prof^ª. Dr^ª. Regina Coeli do Nascimento, membro da banca. Obrigada pelas arguições e apontamentos tão necessários, para que este trabalho se tornasse o que veio a ser. Estou ansiosa, para conhecê-la pessoalmente!

Agradeço, com todas as minhas forças, a Virna Farias. A ela, agradeço, especialmente, pela amizade verdadeira que construímos; por me receber em sua casa de coração aberto; por todas as conversas, passeios e conhecimentos trocados desde que nos conhecemos.

Um obrigada muitíssimo especial vai para meu ex-professor Roberto Muniz, pois, mesmo distante, sempre se fez presente, estando disponível a sanar todas as dúvidas e inquietações que surgiram durante o percurso desta escrita.

Agradeço a todos os meus professores, que me ajudaram a chegar até aqui, especialmente, ao Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira e ao Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior, pelas aulas sedutoras e escritas sensíveis, pelo incentivo aos escritos criativos e leves.

Um agradecimento muito sincero vai para Osvaldo Bernardo, Magnólia Lira e Francisco Pereira Xavier, pelas conversas e informações sobre a história de Pedro Velho e seus lugares de memória.

Ao amigo Pedro Costa, pela leitura atenta a este trabalho, pelos elogios que muito me incentivaram a continuar. Ele é um amigo e pesquisador ímpar.

Aos amigos Marília Cristina, Emanuelle Brunet e Adolfo Veiller, pelas conversas, risadas e momentos afetivos que passamos juntos.

A todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da UFCG; especialmente, a Yaggo, Dalva e José Otávio, pela solicitude e agilidade em resolver as questões burocráticas.

Agradeço, também, a Eliane Cavalcanti, Francimery Albuquerque e Lili, por terem gentilmente aberto os arquivos escolares, para que eu pudesse conhecer mais a fundo o passado.

Gostaria de agradecer aos narradores, Glauciane Cavalcanti de Medeiros, Rosana Firmino de Normando, José Maria da Silva Filho, José Marcos de Brito, Maria Solange Araújo de Lima Brito e Andréia Bernardo da Silva, pelas memórias compartilhadas, pois, sem elas, este trabalho não teria sentido algum.

A Bartolomeu Firmino de Normando, *in memoriam*, pelas belas músicas com as quais retratou Pedro Velho; elas foram essenciais para dar o tom das sensibilidades que envolvem as memórias pedrovelhenses.

Quero agradecer aos meus pequenos sobrinhos, Laura Emanuele e João Lucas, por compreenderem minha ausência quando lhes dizia: Agora não, eu estou estudando. Obrigada, por trazerem tanta alegria, bondade e pureza para minha vida.

E, por último, eu agradeço a minha irmã caçula, Eugênia, pelo amor, cuidado e apoio, especialmente, na travessia de um dos momentos mais difíceis da minha vida, no momento em que a escrita deste trabalho também esteve imersa. Que possamos continuar rindo muito da vida e das nossas resenhas, sempre uma ao lado da outra. Eu amo você!

RESUMO

Este texto se debruçou sobre os lugares de memória e saudade de Pedro Velho, um antigo distrito, pertencente à cidade de Aroeiras-PB, submerso pelas águas advindas com a construção da Barragem Argemiro Figueiredo (Acauã), em 2004. Nosso olhar investigativo objetivou analisar as práticas formativas, de sensibilidade e memória, que se deram no “Cemitério São José”, no “Rio Paraíba” e na “Escola José Cosme Irmão”, lugares eleitos por nós, a partir da recorrência em que são citados como espaços de saudade, nas narrativas orais com as quais tivemos acesso. Dentre esses espaços, aprofundamos nosso olhar nas lembranças da Escola José Cosme Irmão, que “saltam aos olhos” em diversas falas dos colaboradores que fizeram parte desta pesquisa. Nosso recorte temporal compreende os anos de 2002 a 2005, pois, nesse período, o distrito é informado sobre a conclusão da Barragem de Acauã e, posteriormente, quando a Escola José Cosme Irmão retoma suas atividades escolares, já que seu novo prédio funcionou como lar para os desabrigados, no novo distrito construído para receber os pedrovelhenses. Teoricamente, dialogamos com a Nova História Cultural, por meio de autores, como: Pierre Nora, Sandra Pesavento, Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Luciano Faria Filho, que discutem, respectivamente, os conceitos de lugares de memória, sensibilidades, pedagogias de saudade e cultura escolar. Esta pesquisa, de cunho qualitativo, histórico e documental, metodologicamente, se moveu pelas memórias de seis narradores, sujeitos moradores do antigo distrito. Músicas, fotografias e jornais compõem, também, as fontes documentais consultadas, que foram analisadas à luz da História Oral, arcabouço teórico-metodológico, que também conduziu o trajeto desta pesquisa. O registro dessas memórias sensíveis e das histórias que permearam Pedro Velho durante o acontecimento da chegada das águas de Acauã foram fontes valiosas para o debate da história local, bem como endossaram a historiografia da educação paraibana, ao tratar do cotidiano de uma instituição escolar atingida pela Barragem Argemiro Figueiredo.

Palavras-chave: Pedro Velho. Lugares de Memória. Espaços de saudade.

ABSTRACT

This text deals with places of memory and nostalgia for Pedro Velho, an old district, belonging to the city of Aroeiras - PB, submerged by the waters arising from the construction of the Argemiro Figueiredo Dam (Acauã), in 2004. Formative practices, sensitivity and memory that took place at 'São José Cemetery', 'Rio Paraíba' and 'José Cosme Irmão School', places chosen by us based on the recurrence in which they are cited as spaces of homesickness in oral narratives that we had access to. Among these spaces, we will deepen our look at the memories of the José Cosme Irmão School, which “pop out” in several speeches of the collaborators who were part of this research. Our time frame comprises the years from 2002 to 2005 and is justified – initially – by the year in which the district is informed of the completion of the Acauã Dam and later when the José Cosme Irmão School resumes its school activities, since its new building worked as a home for the homeless in the new district built to receive the people of Pedro. Theoretically, we will dialogue with the New Cultural History, through authors such as Pierre Nora, Sandra Pesavento, Durval Muniz de Albuquerque Júnior and Luciano Faria Filho, who respectively discuss the concepts of places of memory, sensibilities, pedagogies of nostalgia and school culture. Methodologically, this research is qualitative, historical and documentary, and moves through the memories of six narrators, subjects living in the old district. Music, photographs and newspapers also make up the documentary sources consulted, which will be analyzed in the light of the Oral History, a theoretical-methodological framework that also guides the path of this research. At the end of this work, we intend to contribute with records of a story not yet told about Pedro Velho, that takes memories and homesickness as a locus of research. The record of these sensitive memories and the stories that permeated Pedro Velho during the event of the arrival of the waters of Acauã are very rich sources for the debate of local history, as well as endorsing the historiography of education in Paraíba when dealing with the daily life of a school institution affected by the Dam. Argemiro Figueiredo.

Keywords: Pedro Velho. Places of Memory. Homesickness. Space of Saudades.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Centro de Pedro Velho	37
Figura 2 – Centro de Pedro Velho após a enchente.....	38
Figura 3 – Praça Duval Andrade de Lira.....	40
Figura 4 – Sociabilidades no Rio Paraíba.....	41
Figura 5 – Banho no Rio Paraíba	42
Figura 6 – Mapa dos lugares atingidos pela Barragem Argemiro Figueiredo (Acauã).....	Erro!
Indicador não definido.	
Figura 7 – Balde da Barragem Argemiro de Figueiredo	Erro! Indicador não definido.
Figura 8 – Moradores pedrovelhenses em meio as águas de Acauã	54
Figura 9 – Pedro Velho sendo submergido pelas águas de Acauã	54
Figura 10 – Pedro Velho dias após sua total inundação	55
Figura 11 – Mapa afetivo do antigo Pedro Velho	61
Figura 12 – Cheia no rio Paraíba	63
Figura 13 – Estradas de terra em Pedro Velho	65
Figura 14 – Passeio de canoa em Pedro Velho submerso	68
Figura 15 – Escola José Cosme Irmão	70
Figura 16 – E. J.C.I. sendo inundada.....	72
Figura 17 – Performance da Banda Marcial Força Jovem durante Desfile Cívico	73
Figura 18 – Desfile Cívico da E.J.C.I.....	74
Figura 19 – Celebração religiosa, saindo em frente à Escola José Cosme Irmão	75
Figura 20 – Cemitério São José.....	77
Figura 21 – Pedra do Caixão	79
Figura 22 – Restos dos Túmulos do antigo Cemitério São José, em Pedro Velho	80
Figura 23 – Ruínas do Cemitério São José.....	82
Figura 24 – Inauguração do Cemitério São Sebastião no Novo Pedro Velho.....	83
Figura 25 – Novo Pedro Velho.....	87
Figura 26 – Novo Pedro Velho atualmente	88
Figura 27 – Escola José Cosme Irmão/ Novo Pedro Velho	92
Figura 28 – Planta Baixa do novo prédio da Escola José Cosme Irmão	94
Figura 29 – Casa utilizada como “escola” no Novo Pedro Velho.....	96
Figura 30 – Residência de Djalma Araújo de Medeiros.....	98

Figura 31 – Aldineide Bernardo, primeira diretora da E. J. C. I.....	100
Figura 32 – Pique nique à beira do rio Paraíba.....	101
Figura 33 – Passeio escolar na adutora no Novo Pedro Velho.....	102
Figura 34 – Primeiro Desfile Cívico, Sete de Setembro, no novo Pedro Velho	103
Figura 35 – Concluintes 2005.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

E.J.C.I – Escola José Cosme Irmão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

PPGH – Programa de Pós Graduação em História

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEMARH – Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I "O que vi e ouvi nas águas": entendendo o começo dessa história.....	17
II Nas águas dos textos: algumas inspirações conceituais.....	21
III No caminho das águas: as fontes históricas e o percurso metodológico	25
IV Os narradores pedrovelhenses e as suas experiências em relatos	29
CAPÍTULO I - ÀS MARGENS DO RIO PARAÍBA: PEDRO VELHO, UM DISTRITO DE HISTÓRIAS, SUBMERSO PELAS ÁGUAS	34
1.1 Acauã e Pedro Velho: narrativas de resistência	43
1.1.1 As barragens, as memórias e os lamentos	44
1.1.2 Uma cheia que causa medo e pranto: o rio como cenário de múltiplas resistências	49
CAPÍTULO II: “REVESTIDOS DE SAUDADE: LUGARES DE MEMÓRIA E SAUDADE EM PEDRO VELHO”	57
2.1. Lugares de memória e história, submersos nas águas de Acauã	60
2.1.1 Um rio de saudades: memórias do Paraíba.....	62
2.1.2 A Escola José Cosme Irmão como um lugar de saudade	69
2.1.3“Nossos mortos vão viver debaixo d’água. Não pode!”	76
CAPÍTULO III: DE ABRIGO À INSTITUIÇÃO ESCOLAR: LEMBRANÇAS DA NOVA ESCOLA JOSÉ COSME IRMÃO	84
3.1. “O lugar para onde fomos era um sauveiro”	86
3.2 Ressignificações do espaço escolar: os novos usos da nova Escola José Cosme Irmão	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	113
Apêndice A – Questionário de entrevista oral, direcionado a Rosana Firmino e Maria Solange (Professoras da Escola José Cosme Irmão)	114

Apêndice B – Questionário de entrevista oral,direcionado a José Maria, Andrea Bernardo e Glauciane Cavalvanti	115
Apêndice C – Questionário de entrevista oral, direcionado a José Marcos de Brito (ex-diretor da E. J. C. D).....	116
ANEXOS	117
Anexo A – Parecer do comitê de ética	118

INTRODUÇÃO

Foi quando caiu em cima de nós a maior desgraça que um povo pôde viver pra ver! (Narradores de Javé, 2004)

A epígrafe acima, retirada do filme *Narradores de Javé*, conta o drama vivido pelo povoado de Javé, submerso pelas águas represadas, em virtude da construção de uma hidroelétrica. Produzido por Eliane Caffé, o filme foi lançado no Brasil em janeiro de 2004. Não raro, a ficção se confunde com a realidade e, do mesmo modo, o inverso também pode acontecer, a exemplo do que ocorreu com o Distrito de Pedro Velho, um dos pequenos povoados pertencentes à cidade de Aroeiras-PB¹, localizado a duzentos metros da margem esquerda do rio Paraíba.

Era mês de janeiro, do ano de 2004, encerramento da celebração da festa de São Sebastião, tradicional comemoração de Pedro Velho, e período destinado às férias escolares. Crianças se encontravam nas ruas e as famílias deixavam suas casas e pertences às pressas, para fugir da chegada das águas da Barragem Argemiro de Figueiredo, popularmente conhecida como Barragem de Acauã.

A população, em meio aos destroços, observava, atentamente, as águas escuras se aproximarem, carregando consigo o que encontravam pelo caminho. Eram águas com odores, salobras, ao se misturarem às lágrimas e às dores de muitas famílias, que foram retiradas para recebê-las. Casas centenárias, igrejas, escola, mercado público, pracinha, cemitério, lugares de afetos, que foram submergidos pelas águas que chegavam, recheadas das promessas políticas, advindas com a barragem.

Com o desaparecimento do lugar, os pedrovelhenses foram conduzidos para um novo assentamento, denominado “Novo Pedro Velho”, situado, aproximadamente, a três km de distância do antigo distrito submergido. É importante sinalizar que não há um consenso entre os moradores quanto ao nome que foi dado ao lugar, o qual passou a receber ribeirinhos de várias localidades próximas, também atingidas pela barragem, como: Cajá, Junco e Ilha Grande, além de Pedro Velho. Nesse sentido, “Vila Nova”, “Vila Nova de Pedro”, “Pedro Velho”, “Novo Pedro Velho” ou, simplesmente, “Vila” são alguns nomes que intitulam o novo lugar que os recebeu².

¹ Aroeiras é um município brasileiro, localizado na região metropolitana de Campina Grande, estado da Paraíba.

² Nesta pesquisa, utilizamos os seguintes nomes: “Antigo Pedro Velho”, em referência ao lugar inundado, e “Novo Pedro Velho”, no que diz respeito ao novo assentamento, sempre que os nomes possam gerar ambiguidades.

Como o velho distrito estava localizado a cerca de 200 metros da margem esquerda do rio, desde cedo, os pedrovelhenses aprenderam a utilizar as águas e os recursos do rio ao seu favor, retirando dele elementos necessários à sua sobrevivência. O rio “regia” a vida econômica, cultural, social e, inclusive, em certos aspectos, educacional desses sujeitos. Além disso, o rio foi a base de uma relação “amorosa”; sendo, durante anos, a “espinha dorsal” do povoado.

Esse mesmo povoado também vivenciava suas crises de relacionamento com o rio, convivendo com muitos problemas e desafios, típicos da vivência e do cotidiano na zona rural, a exemplo dos longos períodos sem chuva, secas constantes, poluição do rio, falta de infraestrutura, entre outros. Porém, a maioria dos ribeirinhos, no Antigo Pedro Velho, se sentia privilegiado em estar geograficamente situado, próximo ao rio, “sem saber” que estas mesmas águas seriam a causa de seu sofrimento. Como narrou “Zaqueu”, personagem do filme *Narradores de Javé* (2004): “Um dia elas vieram. E fitando os olhos, Souza o perguntou: Elas quem, diacho? Zaqueu respondeu: As águas...”.

Rememorando o ano de 2004, eu, que também fui personagem a testemunhar essa história, na época, com 14 anos, vi insistentemente as pessoas resistirem à saída. A “água dava no meio da canela” e eles resistiam em abandonar Pedro Velho, este que era lentamente engolido pelas águas, abarrotadas dos jogos discursivos, das promessas políticas e das estratégias partidárias, que apostavam na modernização da economia, pela construção da Barragem Argemiro de Figueiredo. O motivo parecia salutar, quando considerado o abastecimento de água das cidades paraibanas de Aroeiras, Itatuba, Salgado de São Félix e o possível reforço ao abastecimento hídrico de Campina Grande. No entanto, refletimos aqui, até que ponto e à custa de quê?

A Barragem Argemiro Figueiredo (Acauã) foi “entregue” em 2002, na gestão do então governador da Paraíba Cássio Cunha Lima³; porém majoritariamente construída por José Targino Maranhão⁴, conhecido como Zé Maranhão ou Zé das águas. Não diferente de outras barragens, Acauã estava substanciada por um discurso salvacionista, que traria melhorias para a vida dos ribeirinhos, pela aquisição de casas novas, melhor infraestrutura, acesso a terras produtivas e à construção de agrovilas, reassentamentos rurais, com terras de qualidade, ou seja, comunidades com condições dignas para retomada de vários segmentos da vida humana,

³ A partir de 2002, Cássio Cunha Lima assumira o governo da Paraíba e, conseqüentemente, as questões relacionadas a Acauã.

⁴ José Targino Maranhão, dentre outros cargos políticos que assumiu, como senador e deputado, foi governador da Paraíba em três ocasiões: 1995-1999; 1999-2002; 2009-2010.

no mínimo, em um novo assentamento “preparado” para recebê-los. É o que demonstra um conjunto de relatórios produzidos pelo Estado e denominado de Estudo de Impacto Ambiental da Barragem de Acauã – EIA/RIMA, produzido pela Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais (SEMARH).

Segundo Andrade (2014, p.10), o documento em questão foi produzido a partir de “resultado de um estudo, visando mensurar os impactos causados com a construção da barragem, tanto no meio antrópico, quanto no meio ambiente, ao mesmo tempo propõe medidas que possam suavizar esses impactos”. Nesse sentido, o EIA declarava, também, que deveria ser feito: “O plano de Reassentamento”, de modo a “identificar a necessidade da manutenção dos níveis de renda da população durante a interrupção das suas atividades econômicas normais” (EIA, v.1, p. 226).

Todavia, em 2004, diferentemente do que previam os planejamentos do governo, que anunciava a chegada das águas para o ano de 2007, estas se aproximaram rapidamente de Pedro Velho. Fruto de um atípico inverno de janeiro, as águas do rio Paraíba se elevaram, fazendo com que a maioria das pessoas, que residia no lugar, fosse removida, às pressas, para o novo assentamento, pensado e construído pelo Governo Estadual.

O Estudo de Impacto Ambiental da Barragem de Acauã garantia a retomada das atividades econômicas, saúde, educação, lazer, entre outras questões que deveriam fazer parte do processo de reassentamento e das medidas mitigadoras dos impactos aos atingidos pela Barragem. Porém, os moradores,

[...] ao contrário do recomendado, foram assentados em locais chamados de ‘agrovilas’ que de ‘agro’ não têm nada. Na verdade, são apenas conjuntos de pequenas casas construídas em terrenos exíguos, que não permitem sequer o cultivo de uma horta doméstica. Tratava-se de terreno adquirido pela Prefeitura Municipal de Aroeiras em 2001 com distância de aproximadamente dois quilômetros do antigo Distrito de Pedro Velho, bem como de toda sua área inundada. Uma imagem de abandono e do não cumprimento com as medidas mitigadoras faziam do local de (re)assentamento, ou seja, da “Nova Vila” um espaço digno de nota, a saber, nota que expressaria o descaso (ANDRADE, 2014, p. 24).

Diante dos desafios da vida, enfrentados neste novo lugar, os pedrovelhenses ficaram passíveis às mudanças, às permanências e às ressignificações. Em suas memórias, ganham visibilidade, por meio da saudade, alguns lugares de memória, antigos espaços dotados de afetividades e de um profundo valor sentimental. É sobre esses espaços que dedicamos nosso olhar investigativo, que envereda por pesquisar as práticas educativas, de sensibilidade, cotidiano e memória que se davam no Rio Paraíba, na Escola José Cosme Irmão e no Cemitério São José.

Esses lugares foram eleitos por nós, a partir da recorrência em que são citados como espaços de saudade, nas narrativas orais com as quais tivemos acesso. Dentre eles, mais especificamente, as lembranças da Escola José Cosme Irmão, que “saltam aos olhos” em diversas falas e momentos. Nesse contexto, tais lugares nos interessam não apenas pelo acontecimento da chegada da Barragem em si, mas pelos significados deste evento dentro da vida dos narradores, experiências singulares e práticas educativas, vividas nesses espaços antes, durante e depois da chegada das águas, fatos que marcaram as memórias dos pedrovelhenses.

Nesse escopo, transpassam nossos objetivos específicos: 1. Discutir Pedro Velho no contexto de construção da Barragem Argemiro de Figueiredo, apontando as práticas culturais, vivenciadas e rememoradas pelos pedrovelhenses; 2. Historiar seus espaços de memória, submergidos pelas águas de Acauã, entre eles, o rio, o cemitério e a escola, discorrendo sobre os discursos de saudade que os rodeiam; e 3. Investigar a Escola José Cosme Irmão como símbolo afetivo e social, fio condutor que liga o antigo Pedro Velho ao Novo Assentamento, refletindo sobre o contexto educacional, vivenciado à época, bem como as práticas educativas, constituídas na experiência de formação para as novas formas de viver e ser educado no Novo Assentamento.

Para tanto, o marco temporal desta pesquisa compreende os anos de 2002 a 2005, pois, nesse período, o distrito é informado sobre a conclusão da Barragem de Acauã e, posteriormente, quando a Escola José Cosme Irmão, carro-chefe da nossa pesquisa, retoma suas atividades escolares no novo prédio.

Nesse percurso, traçado até então, colocamos a Escola José Cosme Irmão como fio condutor desta pesquisa, interligando as lembranças do antigo distrito com o Novo Assentamento, a partir da construção da nova sede da instituição escolar, que, diante das atuais circunstâncias, gestadas pela chegada das águas, assumiu o lugar de amparo para os pedrovelhenses desabrigados. Dessa forma, a antiga sede da escola era um dentre os outros ambientes de sociabilidade que existia no distrito, sendo também a primeira a ser reconstruída no Nosso Assentamento; lá, ela tem sua função reconfigurada, se constituindo como abrigo para os moradores desprovidos de moradias próprias.

Através das memórias dos atores escolares e sociais, é possível acessar fragmentos desse passado; por elas, guiamos nosso estudo. É no problematizar das (re)significações das mudanças e das permanências, vivenciadas por esses sujeitos há aproximadamente 18 anos, que poderemos refletir sobre o papel desses lugares de memória, para a população ribeirinha, diante desse divisor de águas na vida deles, que foi a chegada das águas de Acauã.

I “*O que vi e ouvi nas águas*”: entendendo o começo dessa história

Conforme anuncia o estudioso francês Paul Ricouer (1999, p.213), “Nossa própria existência não pode ser separada do modo pelo qual podemos nos dar conta de nós mesmos. É contando nossas próprias histórias que damos, a nós mesmos, uma identidade. Reconhecemo-nos nas histórias que contamos sobre nós mesmos”. Assim, por fazer parte desta história contada que, caro leitor, me utilizarei da primeira pessoa, neste ponto da escrita desta narrativa.

Desse modo, me revisto do ‘eu-escrita de si’ e do ‘eu-historiadora’, concomitantemente, para materializar, nessas linhas, algumas experiências que me tocaram; algumas delas atestam um pouco do que sou, ou melhor, do que estou me tornando, desembocando na confecção deste texto. São experiências pessoais e acadêmicas, as quais se configuram em motivações primordiais para a escolha temática desta pesquisa e que me permitem tecer um (re)começo para essa história, a partir da memória, que, nesse momento do texto, é “[...] antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos” (JOUTARD, 1998, p. 223). No entanto, ainda que eu parta das memórias pessoais, particulares, tenho ciência de que elas podem fazer parte das memórias coletivas, vivenciadas, também, por outros ribeirinhos.

Para início de conversa, eu me chamo Maria Emília Andrade de Medeiros. Nasci em 21 de julho de 1990, na cidade de Aroeiras - PB. Atualmente, sou mestranda, cuja dissertação se encontra no rol de pesquisas desenvolvidas na linha de História Cultural das Práticas Educativas, do curso de Pós-Graduação em História da UFCG. Sou mulher, paraibana, nordestina, pedrovelhense, ribeirinha. Nasci e vivi até os doze anos de idade no antigo distrito de Pedro Velho.

Com a chegada das águas de Acauã, no meu lugar de origem, perdi inúmeras coisas, dentre elas, lugares de afeto, como minha casa e a escola onde estudei; bens materiais e afetivos; os restos mortais de meus entes queridos; o rio e as práticas educativas, lá estabelecidas desde tempos remotos. Como testemunha e participante do evento que narro,

só não perdi as memórias e as saudades de lá! Entendo, por saudade, uma sensibilidade relacionada “ao sentir falta, o sentir tristeza ou melancolia pela falta, pela ausência de algo ou alguém” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.156). Saudade de Pedro Velho e das lembranças que lá criei. Aos 12 anos, me deparei com o Novo Pedro Velho, com aquilo que construíram, indevidamente, para mim. Ensinarão-me que era preciso deixar a minha casa em prol de algo maior. Deparei-me não só com a distância do meu lugar de origem, mas também com a tristeza em saber que chegaria o momento em que apenas o teria em minha memória.

Assim, minha saudade “está intimamente ligada a eventos marcados pela perda, pela ausência, pela mudança que não se deseja, pelo desaparecimento ou distanciamento de algo ou alguém com que se tem laços afetivos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.160). E, mesmo convivendo com a formação dessa sensibilidade saudosa, formada na experiência que precedeu a enchente, acompanhei meus pais, que, precocemente, saíram do antigo Pedro Velho, em busca de melhores condições de vida. Vivi com eles um (re)começo desafiador. Na época, existiam, aproximadamente, 300 casas padronizadas, a maior parte delas ainda em construção. Misturavam-se a algumas poucas casas de alvenaria, entre as quais – junto com meus pais – fui contemplada a ter, no ano de 2002. O governo as chamava de “agrovilas”.

O Assentamento, marcado pela falta de energia elétrica, de água suficiente para todos os moradores, fazia parte de um cenário previamente montado, que foi colocado para todos os ribeirinhos, que, para lá, foram destinados. Esse cenário atestava também a ausência de lugares apropriados para educação, saúde, lazer e melhores condições de vida, espaços que tínhamos no antigo lugar e que só passaram a existir nas promessas e discursos anunciados pelo Governo do Estado, após a construção da Barragem de Acauã. Em suma, o Novo Pedro Velho, que lembro, em nada se parecia com o antigo; resultou de uma imagem meramente discursiva.

Dessa forma, tive que aprender a lidar com as ausências e as ressignificações desde cedo, pois, mesmo típicas do movimento da história e da vida, foram pautas de minha formação escolar, frutos, também, de uma sensibilidade saudosa, que, até então, só conhecia de ouvir falar. Senti na pele como a história se passou em mim, como, às vezes, é dolorido o aprendizado da saudade. Rememorar meu antigo distrito passou a ser um exercício doído; até hoje se faz presente, ao ouvir as músicas que o cantavam e as fotografias que o registraram.

Apesar da mudança brusca, eu sempre voltava ao antigo Pedro Velho e me hospedava na casa da minha avó Carminha (*in memoriam*), que nele persistia em continuar, vivendo até pouco tempo antes da chegada das águas. Da casa dela, eu escutava o barulho do martelo,

retirando os pregos, som que ecoava em meus ouvidos, ao presenciar a retirada dos objetos da minha antiga casa. Eu via a remoção das telhas, dos caibros, das ripas, das portas, das janelas, dos tijolos, desfigurando, pouco a pouco, o que um dia foi o meu lar. Esses materiais foram utilizados para “melhorar” a casa nova, pois o valor indenizatório, que minha família recebeu do Estado, foi irrisório, algo em torno de R\$ 3.500,00. Porém, com ele e outras economias, meus pais decidiram comprar um caminhão caçamba, o qual prestou serviços já na construção do novo lugar. Por meio dos trabalhos prestados no Assentamento, veio o sustento da família, até quando durou as etapas de construção do novo lugar.

O início de tudo foi improvisado. Minha família, assim como a maioria das outras, precisou dar um “jeito” para que as coisas, paulatinamente, tomassem um rumo. Aqueles que saíram primeiro do antigo Pedro Velho, em 2002, como a gente, tiveram mais tempo para retirar o que podiam das suas antigas casas. Os outros, que de lá saíram com “a água na canela”, em 2004, disputavam, às pressas, o que poderiam salvar em meio ao alvoroço. Contudo, o que de fato aconteceu foi que a maioria dos pedrovelhenses só pôde retirar os materiais de suas moradias e dos edifícios públicos, quando as águas foram baixando, tempos depois da inundação. Não demorou, para que o lugar virasse ruínas. Nada escapou.

O pequeno distrito foi submergido totalmente pelas águas em 2004. Fui avisada disso e não demorei a ver e a ouvir de perto aquele pesadelo. Pessoas nas ruas já alagadas; outras, dentro de canoas se arriscavam pelas águas barrentas, para retirar o que ainda podiam. Angústia, choro e muita dor se espalhavam com as águas. Ao ver e ouvir aquelas cenas reais, minhas lágrimas também se misturavam a elas.

Os semblantes eram de tristeza. Havia aqueles que viam o permanecer dentro da água como um modo de resistir. Não me lembro de outra experiência que me tocou tanto que ver, no reflexo das águas, tamanho sofrimento e dor. O adeus à escola José Cosme Irmão, onde estudei da 1ª a 8ª séries, foi um dos mais difíceis momentos. Recordo-me que ela foi um dos últimos edifícios a ser coberto pelas águas, ao contrário do cemitério São José, que enterrou seus mortos por duas vezes, ao sepultá-los, novamente, debaixo daquelas águas geladas; ele foi um dos primeiros a ser submerso, uma vez que estava localizado ainda mais próximo ao rio. Sinto falta e saudade até dele, mesmo sem nunca tê-lo visitado, os motivos eram o medo de almas penadas e das histórias assombrosas que cercaram minha infância, quando ouvia falar dele.

O adeus ao rio Paraíba e ao distrito precisou ser aligeirado. Traçando um paralelo com as reflexões de Walter Benjamin, quando descreve, metaforicamente, uma cena representada pelo anjo da história, sinto-me diante de suas palavras:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoadado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (BENJAMIN, 1987, p. 226).

Essa tempestade, advinda do “progresso”, me arrastou de vez do meu lugar. O que vi e ouvi nas águas foi meu passado se esvaindo e escoando rio abaixo. Um amontoado de ruínas, refletidas no espelho das águas. As águas do progresso submergiram minhas histórias, minha infância, assim como a de todos os outros, que foram educados para o saber conviver com a saudade, essa subjetividade amalgamada nas casas submersas, na escola, nas praças e ruas que nunca mais verei!

Diante do que foi exposto, é perceptível o meu vínculo pessoal com o lugar, sendo partícipe de suas memórias e testemunha do evento que narro como caminho investigativo para este trabalho dissertativo.

Nesse sentido, essa motivação floresceu em mim, quando participei como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), em 2019. Nesse ano, percorria, aproximadamente, 66 km, para chegar à Rainha do Borborema, para estudar, enfrentando muitos obstáculos, como o frio da madrugada, quando saía às 4h30min da zona rural, do Novo Pedro Velho até a cidade de Aroeiras. De lá, ia em um ônibus direto para a Universidade. Logo o frio era levado embora, pela calorosa turma 2019.1, na qual participei como aluna especial. Experiência única, que substituiu a ausência dos ricos momentos que poderia ter já como aluna oficial, matriculada na turma de 2020.1, devido à chegada da pandemia da COVID-19.

Os debates teóricos, propostos na disciplina de Metodologia da Pesquisa – ministrados pelos professores doutores Azemar dos Santos Soares Júnior e Vivian Galdino de Andrade – da qual participei como aluna ouvinte, versavam sobre o conceito de experiência, a partir do pensamento do educador espanhol Jorge Larrosa (2015), que a entende como, primordialmente, “algo que nos toca”. Para ele, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nadamos acontece” (LARROSA, 2015, p.18).

A partir disso, entendi que deveria fazer um exercício comigo mesma. Ouvindo-me sem pressa, demorando-me nos detalhes das minhas memórias, partindo do que realmente me tocava e me movia: a minha história. Agora, busco desenvolver esta pesquisa, quando já vinculada, institucionalmente, ao PPGH-UFCG.

Nessa mesma aula, aprofundi meus conhecimentos sobre a Nova História Cultural, campo historiográfico que utilizamos como aporte teórico, para embasar esta pesquisa. Segundo evidenciou Pesavento (2005, p. 8), “essa corrente historiográfica está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. [...] Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”. Entre esses significados, estão os partilhados entre o próprio pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa.

Falar de Pedro Velho também é falar de mim. A essa altura, falar de si é assumir toda responsabilidade de se autoanalisar, de se colocar em palavras, descrever um sentimento e reconhecer que sua história também é digna de ser contada em um texto acadêmico. Tive a possibilidade de “publicar a própria vida. [...] escrever o livro da própria vida que sobrevivera ao tempo e à morte”, conforme sugere o historiador Philippe Artières (1998, p.32). Mais do que isso, quando escrevo, publico partes da minha própria história, trazendo comigo outros protagonistas que anseiam por ter suas memórias registradas, conhecidas pelas novas gerações que habitam o Novo Assentamento.

II Nas águas dos textos: algumas inspirações conceituais

Para escrevermos este texto, foi necessário percorrer um caminho de leituras, que me proporcionaram certa familiaridade e conhecimento mais profundo sobre o meu objeto de pesquisa. Fazendo um levantamento sobre a historiografia local, deparei-me com trabalhos produzidos por Brito (2017), Ferreira (2017), Andrade (2014), Lima (2018), Oliveira Neto e Leite (2020), dentre outros. Desses, por hora, centralizamos as análises e os diálogos nos textos dos historiadores Abel Francisco de Andrade, Ellen Layanna Lima e Manoel Gomes de Oliveira Neto e Pablo Ricardo da Silva Leite, por serem produções historiográficas, que tratam de temas mais próximos dos interesses desta pesquisa, conforme veremos no corpo deste texto.

Um dos estudos pioneiros sobre Pedro Velho é o texto do historiador pedrovelhense Abel Francisco de Andrade, intitulado *Barragem de Acauã: entre os discursos, as representações e as práticas ribeirinhas* (2014), que busca discutir o processo deflagrado pela

construção da Barragem de Acauã, em Pedro Velho, enfatizando, sobretudo, às perdas econômicas, vivenciadas pelos ribeirinhos. Por meio de tal texto, pode pensar algumas questões, como: do que os pedrovelhenses viviam? Quais práticas educativas e culturais foram desenvolvidas por eles a partir de suas relações com o rio? Como ressignificaram essas práticas no novo Assentamento?

Outro texto, que diz respeito à historiografia local, é a dissertação de Ellen Layanna de Lima (2018), intitulada *O que as águas não conseguiram apagar: narrativas de morte e vida de moradores e militantes de Pedro Velho*. A autora traz à tona vozes, especialmente de militantes e pessoas das outras comunidades ribeirinhas, afetadas pela barragem, focando, particularmente, na atuação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)⁵, que, na época, articulou algumas questões, junto ao governo; dentre elas, as que mitigassem os estragos advindos por meio da Barragem de Acauã. Com esse trabalho, é possível compreender as resistências, na época, articuladas em reuniões, viagens e ocupações, que buscavam movimentar/empoderar as populações ribeirinhas, para o reclame de indenizações e questões similares a essa ordem.

No que se refere ao contexto educacional aroeirense, recentemente, os historiadores Oliveira Neto e Leite (2020) publicaram juntos o artigo intitulado *O grupo escolar Major Barbosa: Elementos de mudança urbanística e social de Aroeiras na segunda metade do século XX*. Nele, os estudiosos analisam a construção do primeiro prédio escolar no município, que surgiu a partir de doações populares. A partir dessa reflexão, é possível ter acesso a algumas dificuldades enfrentadas quando a educação aroeirense começou a ganhar forma, a ser gestada. Dentre essas dificuldades, os autores chamam a atenção para a fragmentação das escolas em que o ensino funcionava: em casas, garagens e ambientes em geral não pensados para determinados fins educativos.

A partir disso, entendemos os ganhos que a instalação do primeiro e único edifício escolar municipal, o José Cosme Irmão, trouxe quando foi erigido em Pedro Velho, bem como a importância que adquiriu ao longo dos anos, não só para a população pedrovelhense, mas também para os povos ribeirinhos, atendidos pela instituição nos arredores.

Pensar nas sensibilidades educadas por meio desse episódio, que acometeu a história de Pedro Velho, remete a algo que ainda não foi estudado. Explorar seus lugares de memória

⁵ Segundo Lima (2018, p.75), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), em Pedro Velho, surgiu no ano de 2002 e “o grupo se formou e articulou, a partir de reuniões, organizações cujas pautas não estavam baseadas apenas no ganho das indenizações, mas em problemas específicos do dia-a-dia que se constituíam, em elementos motivadores e desencadeadores fundamentais da luta reivindicatória coletiva”.

e sociabilidade, as funções sociais que tinham na cidade e como os sujeitos passam a viver com a ausência/reconfiguração deles parece ser um caminho ainda a ser explorado no âmbito acadêmico, percurso este que esta investigação busca se aventurar. Diante disso, percebemos o ineditismo desta pesquisa, principalmente em termos de produção historiográfica local.

Ainda sobre esse debate historiográfico, entre outros, são nossos interlocutores, nesta viagem investigativa, Nora (1993), Albuquerque Júnior (2013), Faria Filho (2007) e Le Goff (1990) que discutem, respectivamente, os conceitos de lugares de memória, pedagogia da saudade, cultura escolar e memória.

Esta investigação está ancorada, teoricamente, na História Cultural, como já fora mencionado; é um campo teórico e metodológico, que concebe o passado com outros olhares, a partir de novos temas, fontes, abordagens e métodos. Nessa corrente historiográfica, pensamos a cultura “como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2005, p.15). Nesse âmbito, tomamos os lugares de memória enquanto espaços dotados de cultura, sentidos e significados por excelência, visto que são habitados por um conjunto de pessoas, atores sociais, que, no cotidiano, produzem sentidos e significados para o lugar onde tecem suas práticas.

Nesse sentido, é interessante associar as sensibilidades adquiridas/apreendidas pelos sujeitos como elementos partícipes dessa cultura pedrovelhense, estando os valores, visões de mundo, emoções e condutas daquela época envolvidas nas práticas educativas, provocadas por esses lugares; entre eles, a escola. Comumente reconhecido pelos seus pares da Nova História Cultural, o historiador francês Pierre Nora (1993) nos diz que os lugares de memória são:

[...] antes de tudo, restos [...]. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.12-13).

Demonstrando relativo descontentamento com o mundo dito moderno, Nora (1993) anuncia que há forte tendência de valorização do novo em detrimento do antigo, por parte das sociedades atuais. Com isso, chama atenção para a proliferação dos lugares de memória na contemporaneidade, como sinônimos da falta de memória espontânea, voluntária, coletiva, aquela passada de geração para geração.

Desso modo, é fato que as gerações atuais andam cada vez mais esquecidas, uma vez que estão inseridas no “fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da

massificação, da midiatização” (NORA, 1993, p. 8). Talvez, por isso, constantemente sintam a necessidade de relembrar e materializar, de alguma forma, suas memórias, aquilo que não se deve esquecer, que deve ser lembrado e trazido à memória.

É assim que enxergamos o Rio Paraíba, a Escola José Cosme Irmão e o Cemitério São José: como lugares privilegiados para a análise das histórias, sensibilidades, afetividades e práticas vivenciadas no cotidiano pedrovelhense. Por isso, é compreensível imaginar que, após a submersão de tais lugares e, posteriormente, “com seus ressurgimentos” – com o baixar das águas – eles continuem despertando sensibilidades nos antigos moradores, sobretudo, as de saudade.

Para Nora (1993), os lugares de memória carregam fortes aspectos nostálgicos e isso se confirma quando, durante a pesquisa, alguns narradores afirmaram estar matriculados numa “escola da saudade”, precisando aprender como viver novamente em um lugar sem identificação e/ou referências afetivas.

Refletindo sobre a saudade, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) discute a educação dos sentimentos, quando imposta pelos acontecimentos vividos. Para ele, o sujeito saudoso é produto de um aprendizado, sendo alvo de pedagogias que atuam para a formação desse sujeito histórico, ancorado na saudade. Ele enfatiza que o sentir saudades passa pelas subjetividades humanas, de forma que nem sempre sentimos o mesmo que outra(s) pessoa(s). Além disso, a própria dimensão da palavra saudade possui significados variados, nas diferentes épocas e lugares. Portanto, em lugares que falam a língua portuguesa, dos quais o Brasil faz parte, o conceito de saudade corresponde a

[...] um sentimento específico dos povos que falam essa língua, sem ignorar que o sentir falta, o sentir tristeza ou melancolia pela falta, pela ausência de algo ou alguém, seja um sentimento partilhado por todos os humanos, mas ao serem nomeados com outros conceitos, outros sentidos adquirem (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.156).

É nesse sentido que buscamos perceber e desnaturalizar esse sentimento presente nas narrativas saudosas sobre a escola e outros espaços inundados de Pedro Velho. A saudade está ancorada na formação do sujeito pedrovelhense, percebida nas ausências e nas perdas que tiveram quando foram obrigados a se instalar no Novo Pedro Velho.

Entedemos a saudade como um dos sentimentos ligados ao que Sandra Pesavento chamou de sensibilidades, estas que, mesmo sutilmente, deixam marcas nas fontes históricas, afinal, “[...] a sensibilidade [que] consegue, pela evocação ou pelo rememorar de uma sensação, reproduzir a experiência do vivido, reconfigurado pela presença do sentimento” (PESAVENTO, 2007, p.13). Tomamos, assim, a saudade como uma sensibilidade possível de

ser analisada, justamente pelos traços de historicidade que traz consigo, bem como as “formas de apreensão e de conhecimento de mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas” (PESAVENTO, 2007, p.10).

Dessa forma, também buscamos perceber o estudo da cultura escolar (pedra de toque da renovação dos estudos históricos em educação), nas narrativas e representações da Escola José Cosme Irmão, no antigo e novo lugar. Afinal, tudo mudou? Nada mudou? Quais foram as permanências, mudanças e ressignificações causadas pela barragem na cultura escolar dessa instituição? Por isso, as contribuições de Faria Filho (2007) são indispensáveis para análise das memórias escolares. Tal autor alargou o conceito de cultura escolar, definindo-a como sendo os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos (FARIA FILHO, 2007).

Chamo a atenção para as dimensões da arquitetura escolar, das festividades cívicas e comemorativas, da escolarização e vivências, entre outros aspectos que faziam parte do cotidiano da escola, os quais são reveladores da intensa conexão entre a escola e a sociedade na qual estava inserida, principalmente, aqui, em suas duas fases.

Com esse viés, também dialogamos com o conceito de memória, pensado por Le Goff, no livro *História e Memória* (1990), pois a “[...] propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p.366).

A memória é algo fluido, passível de lembranças e esquecimentos, pois, na medida em que se conserva e atualiza informações passadas, também podemos esquecer-las. Os narradores atualizam as impressões que tiveram do evento, como também os significados atribuídos a ele, depois de 17 anos da chegada das águas. Assim, as lembranças, os esquecimentos e silêncios, gestos, ditos/ não ditos vividos e, sobretudo, as impressões e versões de quem experienciou de perto tal acontecimento são fontes desta pesquisa de dissertação.

III No caminho das águas: as fontes históricas e o percurso metodológico

Mas, para o historiador, é preciso encontrar a tradução externa de tais sensibilidades, geradas a partir da interioridade dos indivíduos. Ou seja, mesmo as sensibilidades mais finas, as emoções e os sentimentos devem ser expressos e materializados em alguma forma de registro passível de ser resgatado pelo historiador (PESAVENTO, 2007, p.18).

No entanto, onde encontrar as sensibilidades? As emoções? Os sentimentos descritos na citação acima? Como escrever sobre os lugares de memória não mais existentes? Como adentrar o mundo das experiências vividas pelos atores do povoado que, efetivamente, vivenciaram esse cotidiano? Caminhar por essa trajetória só foi possível por meio das oralidades, das memórias e das experiências de pessoas que viveram e testemunharam essa história.

A história oral nos permitiu registrar e materializar na escrita até mesmo “as sensibilidades mais finas”. Além disso, tivemos acesso aos ditos e não ditos, lembranças e experiências que emergem nas vozes de seis narradores, entre eles, quatro mulheres e dois homens, todos moradores de Pedro Velho; professoras, ex-alunas e outros atores escolares.

Metodologicamente, esta pesquisa está ancorada, mais especificamente, na História Oral, através da arte da escuta; entendemos que ela é “aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre seus significados” (PORTELLI, 1997, p.31). Por meio desse método, foi possível ter acesso não só às informações referentes à chegada das águas da barragem de Acauã, mas também e, sobretudo, às experiências e significados pessoais atribuídos a ela pelos narradores. Foram impressões, memórias, lembranças e esquecimentos; (não) ditos e sensações timbradas nas diversas fontes históricas, que presentificam o momento vivido em diversas narrativas possíveis, pois, como destaca Eclea Bosi (2003, p.16), “quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época!”.

Dito isso, é importante mencionar que os usos, os conceitos e as definições da História Oral são diversos. Nesse sentido, as opiniões de historiadores e pesquisadores não são unânimes. No entanto, autores contemporâneos, como: Philippe Joutard, Alessandro Portelli, Chantal de Tourtier-Bonazzi e José Carlos Sebe Bom Meihy defendem o uso da história oral enquanto metodologia, sendo ela mais abrangente e complexa que a técnica de coleta de entrevistas. Nesse tenso terreno fértil, torna-se relevante explicitar qual seria o estatuto da história oral: uma simples “ferramenta”, “técnica”, “método” ou “disciplina”?

Essa é uma das inquietações respondidas pelo oralista José Carlos Sebe Bom Meihy (2002), um dos estudiosos brasileiros que tem se dedicado, incansavelmente, a questões polêmicas, relacionadas à história oral. Esse estudioso afirma que “é importante que o projeto deixe claro como pretende tratar as fontes orais: como mero recurso de referência, como técnica, como método, ou, como propõe mais modernamente alguns, como uma disciplina independente” (MEIHY, 2002, p.42).

Nessa trajetória, mergulhamos nos estudos de Meihy (2002), que estabelece quatro etapas que compõem a história oral, a saber: 1. *Elaboração do projeto* (optamos pelo ‘o de pesquisa’, nos distanciando de outros projetos que tratam de constituir um banco de dados); 2. *Gravação das narrativas orais*; 3. *Confecção do documento escrito* e 4. *Análise*.

Nesta pesquisa⁶, privilegiamos questões que tomam a história oral enquanto método propriamente dito, optando pelo uso de roteiros de entrevistas⁷, com perguntas abertas e férteis à análise, atentos ao que alertam os teóricos, pois,

Para a história oral ser valorizada metodologicamente, os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de recolha das entrevistas, no seu processamento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados analíticos. Com um corpus documental estabelecido em cima das entrevistas, pensa-se nas análises que demandam diálogos com outros documentos (MEIHY, HOLANDA, 2015, p.72)

Em consonância com os pressupostos mencionados, o projeto de pesquisa, confeccionado para esta investigação, priorizou por realizar a gravação das entrevistas em lugares escolhidos pelos narradores, para que eles ficassem confortáveis para se expressar. Procuramos tratá-los como colaboradores da pesquisa, percebendo que “o trabalho com as fontes orais é em primeiro lugar uma arte de escutar” (PORTELLI, 2017, p. 183). Nosso intento de pesquisa preserva e valoriza as pessoas que abriram suas casas, suas vidas e suas histórias para nos receber.

A escuta sensível compreende as diversas linguagens e expressões como uma “comunicação que vem sob a forma de trocas de olhar (entre/vista), de perguntas e respostas, não necessariamente em uma única direção” (PORTELLI, 2017, p.183). Isso implica dizer que, ao ouvir, fomos também ouvidos; ao olhar, fomos observados, numa relação de troca intensa e significativa sobre os detalhes que giravam em torno da relação entrevistador e entrevistado.

Essa peculiaridade, de ordem subjetiva, envolve a participação direta do historiador, sendo, neste caso, uma rica fonte de pesquisa qualitativa, uma vez que, como participantes desta experiência, podemos complementar e compreender as narrações com as nossas próprias impressões sobre o assunto estudado. Muito embora, como argumenta Alberti (2004), o entrevistador é sempre aquele que ouve mais. Naquela ocasião, registramos as entrevistas em

⁶ O projeto está aprovado pelo Comitê de Ética, segundo consta o parecer consubstanciado do CEP, nº 4.629.265, de 2021.

⁷ Confira o questionário no Apêndice desta dissertação.

áudio, gravadas em um aparelho celular. Todavia, se faz importante explicitar essas questões de forma detalhada, para que o leitor tenha acesso à construção desta trajetória.

Optamos, neste texto, com a concordância dos colaboradores, em revelar os seus nomes. É importante ressaltar que estamos de posse das cartas de cessão, que atestam a autorização do uso das entrevistas, bem como a identificação dos nomes dos narradores na pesquisa, os quais serão apresentados, com maior ênfase, mais adiante.

Todas as entrevistas foram realizadas em uma só sessão, sendo transcritas de forma literal e posteriormente transcritas em algumas ocasiões. Nessa etapa, retiramos vícios de linguagem, preservando o sentido das falas, inclusive, os silêncios, gestos, emoções, risos e lágrimas, elementos de grande valia para a interpretação e análise do pesquisador.

Conseqüentemente, após a confecção do documento escrito, procedeu-se a etapa das análises (MEIHY; HOLANDA, 2015). Sobre isso, esse “procedimento analítico implica cruzamentos capazes de diversificar lógicas internas a cada segmento. A análise, pois, é resultado dessas constatações” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p.131).

Nessa perspectiva, buscamos transitar por nossas próprias memórias e também pelas memórias dos nossos narradores, buscando complementá-las, confirmá-las, retificá-las através do intercruzamento entre elas mesmas e do cruzamento com outras fontes, tais como: fotografias, letras de músicas, poemas, entre outras.

Quanto às fotografias, elas também são de grande valia, pois foram registros feitos à época, muitos deles disponíveis em acervos pessoais dos moradores pedrovelhenses. Nesse caso, compreendo, assim como Peter Burke (2005), que, frequentemente, elas tiveram seu papel na construção cultural da sociedade pedrovelhense, pois as imagens fotográficas também são testemunhos dos arranjos sociais passados e, acima de tudo, das maneiras de ver e pensar o passado recente. Verdadeiros tesouros imagéticos, que se somam às fontes orais; registros de testemunhas oculares, que capturaram momentos do vivido, lembranças de dezoito anos atrás.

Mesmo assim, “exige-se a equiparação dos argumentos derivados de entrevistas com outros emanados de diversas fontes” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 129-130). As narrativas coletadas são, nesta pesquisa, cruzadas com outros documentos orais e escritos, entre eles, músicas, jornais e fotografias, sendo, nos primeiros encontrados, registros de uma saudade cantada. Dando continuidade, conduzimos as análises, buscando ver, sobretudo, os significados e as significações do evento – da chegada das águas – na vida dos narradores.

O mesmo acontece com as músicas coletadas, de cantores regionais e locais, a exemplo das músicas de autoria de Bartolomeu Firmino de Normando, canções que narram

afetos e desafetos em diversos espaços que compunham sua terra natal, expressando sentimentos de saudade de um Pedro Velho inundado. O compositor passeia, em suas letras, pela construção da Barragem de Acauã, narrando experiências. Entre suas canções, estão: “*Ah, como dói, Saudade, muita saudade*” (2000) e “*Vai, Vai carrega Acauã*” (2000)⁸.

No que tange às fontes jornalísticas, tivemos acesso às matérias publicadas dias antes e depois do acontecimento da chegada das águas, divulgadas pelos jornais *A União* (2004) e *Diário da Borborema* (2004). Além dessas fontes, outros documentos endossam nosso corpus documental, como a carta escrita por um padre à época, denominada “As pedras clamarão” (2002), que, embora endereçada às autoridades políticas e fiéis religiosos, pôde ser lida por uma sociedade inteira. Essa fonte histórica, de viés público, guardou consigo os sinais daquele momento, além de fixar a experiência no tempo e no espaço (IONTA, 2004). Ademais, poemas, entre outras evidências históricas, são, também, vestígios de grande valia para essa história, que aqui pretendemos contar.

As fontes mencionadas são indispensáveis para a tessitura de todo e qualquer trabalho historiográfico, pois trazem significados e impressões, registros de uma experiência sensível, que transita pelas memórias dos narradores. Contemplar as emoções, os silêncios e as impressões, como sensibilidades possíveis de serem historicizadas, enriquecem a narrativa histórica, pois resultam de um “esforço da imaginação, pela educação e adestramento do olhar”; “sinais, indícios que tecem correlações, estabelecendo nexos entre as marcas deixadas, preenchendo lacunas e ausências” (PESAVENTO, 2007, p.20).

Desse modo, o leitor, ao mergulhar nas águas das páginas que se seguem, ora se deparará com águas rasas, calmas e claras, ora profundas, turvas, fétidas e barrentas; em ambas encontrará histórias diluídas em capítulos, memórias narradas, em episódios que tematizam um fato: a submersão de Pedro Velho pelas águas da Barragem Argemiro de Figueiredo, lembrando que o historiador do tempo presente é contemporâneo ao seu objeto (CHARTIER, 1996).

IV Os narradores pedrovelhenses e as suas experiências em relatos

Pois, a maneira de saber é ouvindo a nossa gente contando estas histórias. Escrevendo, ouvindo e escrevendo... (Narradores de Javé, 2004).

⁸ Anos prováveis de produção das músicas.

Viver, ver, ouvir, sentir, lembrar, ser tocado pela(s) experiência(s), por mais que nos pareça algo corriqueiro, não o é. Isso porque, com a chegada da modernidade, o exercício da experiência e os diversos modos de senti-la, típicos dos seres humanos, ficaram cada vez mais escassos, como observou Walter Benjamin (1987), ao se indignar com a pobreza de experiências na vida humana, nos últimos tempos.

Outro estudioso e “defensor” da experiência é o educador espanhol Jorge Larrosa (2015), que, no livro *Tremores: escritos sobre experiência* (2015, p.18), a define como sendo “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”.

O ato de lembrar, de trazer à tona lembranças, através das entrevistas, se constitui em momentos entrelaçados de experiências, mas não só elas: os nossos colaboradores narraram, silenciaram, deixaram impressões e sentidos daquilo que lhes toca, que mexe com suas emoções, afloradas de sensibilidades. Para mapeá-las, buscamos, primeiramente, apresentar nossos narradores, pessoas comuns, que abriram suas casas, histórias e memórias, mostrando ser possível não só viver experiências, mas também narrá-las⁹.

São testemunhas oculares do evento que narram: Rosana Firmino de Normando, Glauciane Cavalcanti de Medeiros, José Maria da Silva Filho, José Marcos de Brito, Maria Solange Araújo de Brito e Andréia Bernardo.

A primeira entrevista realizada foi com **Rosana Firmino de Normando**; aconteceu numa ensolarada tarde de sexta-feira. Um pouco surpresa, ela, ao sorrir, nos disse: “*Eita, é hoje, é? Eu tinha esquecido*”. Mesmo assim, Rosana abriu as portas da sua casa e nos contou sobre sua vida em Pedro Velho. Aos 49 anos, Rosana é pedagoga e, até o momento da inundação de Pedro Velho, viveu e exerceu seu ofício lá. Ela foi uma das últimas moradoras a sair do lugar, após a chegada das águas. Hoje, mora no Novo Pedro Velho e continua atuando como professora na Escola José Cosme Irmão. Durante a entrevista, em meio à gravação e verificação do questionário, Rosana chorou, mostrando estar profundamente tocada ao narrar suas experiências.

A segunda depoente foi **Glauciane Cavalcanti de Medeiros**, 33 anos, ex-aluna da Escola José Cosme Irmão e atual professora da instituição no Novo Assentamento. Era por volta das 15h30min, quando fomos a pé até a sua casa; em sua sala de estar aconteceu a entrevista. Ao lembrar sua vida no antigo distrito, a narradora olhava para o teto da casa, se

⁹ As entrevistas realizadas observaram todos os devidos cuidados postulados pelo Ministério da Saúde contra a transmissão/ infecção pela COVID-19.

esforçando para trazer à mente suas lembranças. Só saímos daquele encontro após um delicioso lanche, regado a uma saborosa mousse de maracujá, que veio acompanhada de água gelada. Foi uma tarde de sabores e aromas, acompanhada de uma memória doce, afetiva, que também aguçou minhas próprias lembranças.

Com a colaboração de **José Maria da Silva Filho**, de 65 anos, “*filho natural de Pedro Velho, nascido em mil novecentos e cinquenta e cinco*”, aconteceu a terceira entrevista. Ele narrou desde a história do distrito à vida de José Cosme Irmão, nome que intitula a Escola Municipal do lugarejo. Na ocasião, no terraço da sua casa, aconteceu o narrar de suas experiências, principalmente das festividades escolares da Escola José Cosme Irmão, evento que movimentava todo o distrito. Naquela tarde, ao lado da sua esposa, ele finalizou a entrevista, perguntando se poderia cantar uma música que lembrava, e cantarolou:

Seu moço, eu entendo o progresso, é verdade, eu não quero nem sei discutir, só sei que a água, afinal, vai cobrir por total o lugar onde nasci. Se falo é questão de sentimento, com todo sofrimento, eu cresci foi por lá. Como um brinquedo que a criança quebra e chora, eu vou embora com vontade de ficar (SILVA FILHO, 2020).

A melodia foi interrompida pela emoção; com lágrimas nos olhos, ele finaliza, dizendo: “*Vou cantar mais não, senão, eu choro!*”.

O casal **Maria Solange de Araújo Lima** e **José Marcos de Brito** também compõe o nosso grupo de colaboradores. Vale dizer que eles foram individualmente entrevistados. José Marcos de Brito, 58 anos, é agente comunitário de Saúde e inicia seu depoimento, narrando suas memórias com o rio Paraíba: “*Eu conheci minha esposa, minha namorada, na areia do rio, paqueramos, aí a gente namorou e casou*” (LIMA, 2020). Aparentemente, estava incomodado com o gravador, mas se demonstra receptivo aos nossos questionamentos.

Como ele, Maria Solange Araújo de Brito também ficou apreensiva com o aparelho e perguntou: “*Vai ser gravado, é?!*”. De forma tímida e acreditando que seus assuntos não seriam interessantes e nem relevantes para a pesquisa, ela rememora as suas saudades: “*Ah! Sinto saudade do rio. Muitas saudades do rio. Da escola, então! Dos pontos turísticos que a gente tinha: o cruzeiro, a cacimba, pois era onde a gente se encontrava. Das frutas. Eu tinha um pomar atrás de casa. Eu sinto muita falta*” (LIMA, 2020). Encerramos essas entrevistas, dessa vez, ao sabor de chocolates; depois, eles me convidaram para um almoço.

Nossa última entrevista foi realizada com **Andréia Bernardo**, 26 anos. Era finalzinho da tarde do dia 17 de novembro de 2020; na sua sala de jantar, iniciamos a conversa. Andréia é mãe de três filhos e trabalha, prestando serviços de cabeleireira no novo Pedro Velho. Na época da enchente, era aluna da Escola José Cosme Irmão e, como habitante de Pedro Velho,

foi abrigada na nova escola, pela falta de moradia no novo assentamento. Ela narra memórias tristes do período que residiu na escola, trazendo detalhes desse cotidiano da época.

Em todos os depoimentos, destacamos dados que o gravador não captou, como: “O escorrer de uma lágrima ou o conter dela, os arrepios, os movimentos gestuais e corporais, a dor provocada pela saudade”, desafios de uma pesquisa de campo, revestida pela experiência.

As experiências narradas foram muitas, foram tantas, a maioria delas partilhadas pelo entrevistador e pelo narrador. Nessa trajetória, “as fontes orais não são achados do historiador, mas construídas em sua presença, com sua direta e determinada participação” (PORTELLI, 2017, p. 183). Essa peculiaridade, de ordem subjetiva, envolve a participação direta do historiador, sendo, nesse caso, uma rica fonte de pesquisa qualitativa, pois, como participante desta experiência, posso complementar as narrações, também analisando meu comportamento e minhas impressões sobre esse momento pesquisado. Todavia, se faz importante explicitar essas questões de forma detalhada, para que o leitor tenha acesso à construção dessa trajetória.

Neste texto, esses narradores tomam o palco e atuam como reais atores dessa história. Eles nos ensinaram que “a maneira de saber é ouvindo a nossa gente contando estas histórias, escrevendo, ouvindo e escrevendo” (*Narradores de Javé*, 2004). Por isso, vale a pena embarcar no barco das lembranças, por eles elencadas, e seguir a trajetória que encampa os capítulos que se seguem.

Nesse momento, é válido dizer que, além desta parte introdutória, este texto dissertativo contempla três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Às margens do rio Paraíba: Pedro Velho, um distrito de histórias, submerso pelas águas”, apresentamos o lugarejo, movidos pelo desejo que o leitor vislumbre o recorte espacial da nossa pesquisa, além das narrativas de construção e resistência, que estão vinculadas, localmente, sobre a Barragem Argemiro de Figueiredo – Acauã.

No segundo capítulo, “Revestidos de saudade viva: lugares de memória e saudade em Pedro Velho”, mapeamos e historicizamos os antigos lugares de memória de Pedro Velho, que foram submergidos pelas águas de Acauã, entre eles, o ‘Cemitério São José’ (um dos primeiros espaços submersos pelas águas), o ‘rio Paraíba’ (com quem o distrito viveu relações de amor e repúdio) e a ‘Escola José Cosme Irmão’ (um dos últimos prédios a ser submergido pelas águas, e o primeiro prédio público a ser totalmente construído no Novo Distrito). Nesse tópico, analisamos as práticas e as sensibilidades que ocorriam nesses espaços, afloradas pelas narrativas saudosas, colhidas de ex-moradores, após 17 anos do acontecimento.

No terceiro e último capítulo, denominado “De abrigo à instituição escolar: lembranças da nova Escola José Cosme Irmão”, investigamos a Escola José Cosme Irmão

como símbolo afetivo e social, que liga o antigo Pedro Velho ao Novo Assentamento. Nela, discutimos as práticas educativas, constituídas na experiência de formação para as novas formas de viver e de ser educado no Novo Assentamento. Nesse sentido, refletimos sobre a importância da escola para os ribeirinhos, pois esta atuou desde abrigo, para aqueles que perderam seu lar, a espaço que educou as sensibilidades despertadas nessa nova dinâmica vivenciada.

É diante desse contexto que convido os leitores a embarcarem nessa aventura cheia de lembranças, esquecimentos e sensibilidades, sensações que mudaram o curso da história desse povoado e, conseqüentemente, daqueles que tiveram seus lugares afetivos, sendo submersos pelas águas e “engolidos” pelo discurso revestido de modernidade.

CAPÍTULO I - ÀS MARGENS DO RIO PARAÍBA: PEDRO VELHO, UM DISTRITO DE HISTÓRIAS, SUBMERSO PELAS ÁGUAS

 *Vai, Vai, carrega, Acauã*

*Seu moço, eu entendo o
progresso, é verdade, não
quero nem sei discutir*

*Só sei que a
água afinal, vai cobrir por
total o lugar onde nasci.*

*Se falo é questão de
sentimento, com todo sofrimento
eu cresci foi por lá*

*Como um brinquedo que a criança quebra e chora, eu
vou embora com vontade de ficar.*

*Como esquecer as
tardinhas, a
igrejinha onde tanto
rezei lá,*

*a rua velha, a cacimba, as
menininhas, o rio
lindo e as noites de
lunar?*

*As palestras nas
calçadas, a meninada
pelas ruas a brincar,*

*e as festinhas pra São Pedro, o
padroeiro? Quando me lembro da
vontade de chorar!*

*Vai, Vai,
carrega Acauã, parte do meu coração, a
escolinha, a professora, obê-á-bá, a água
leva, mas saudade vai ficar.*

 *(Bartolomeu Firmino de Normando, 2000)*

Bartolomeu Firmino de Normando, enquanto morador de Pedro Velho, apresentou o contexto no qual o distrito foi atingido pela Barragem de Acauã, em forma de música. Nela, expressou profundo descontentamento com o que estava por vir: “eu vou embora com vontade de ficar”, marcas de sentimentos, materializados na canção, que abriram este capítulo.

A dificuldade em não esquecer traz à tona lembranças de sua terra natal, fixando-se em memórias musicais, que se tornaram coletivas. A igreja, a rua velha, a cacimba, as noites de luar, são presenças marcantes em suas memórias, elementos apreciados quando os sujeitos se sentavam nos bancos da praça, constituindo tais espaços como lugares dotados de memória. Acerca desse saudoso lugar, o historiador Wanderley de Brito (2000) faz algumas reflexões:

Pedro Velho era uma das mais antigas povoações da Paraíba, o mais remoto registro que encontrei de sua existência é de 1756, mas por certo é mais antigo, talvez até mais do que a povoação de Boqueirão, pois está inserida na Data das Terras de André Vidal de Negreiros¹⁰, a primeira concedida no interior paraibano (BRITO, 2020).

Tal constatação foi publicada pelo autor no *Jornal da Paraíba Online*, do dia 2 de abril de 2020, através da matéria denominada “*Vanderley de Brito: entre as ruínas da antiga povoação de Pedro Velho*”, feita após sua visita aos escombros do que sobrou do antigo distrito.

O referido lugar recebeu esse nome a partir do momento em que um senhor, por nome de “Pedro”, se fixou por lá; provavelmente, ao perceber que aquelas terras eram favoráveis ao comércio, em virtude das vias terrenas e aquáticas que permitiam o acesso mais rápido a outros lugares, a exemplo de algumas cidades paraibanas – Natuba, Itabaiana, João Pessoa – e pernambucanas – São Vicente Férrer e Macaparana –, entre outras, bem como pelo favorecimento à pecuária e à agricultura, devido, em grande parte, à vegetação florescida nas margens do Rio Paraíba.

O contato com outros povos, culturas e lugares possibilitou ao povoado pedrovelhense características que não o deixassem isolado no agreste paraibano. É o que demonstra as memórias de José Maria da Silva Filho (2020), ao trazer à tona as seguintes lembranças:

Vivi em Pedro Velho até os anos 2004. O que eu sei dizer de Pedro Velho era que a gente era muito feliz e não sabia. Pedro velho era um lugar pacato. Era o lugar onde vivíamos. Ali, tínhamos estradas, saídas para João Pessoa, Umbuzeiro, Pernambuco e Campina Grande. Pedro Velho era o lugar onde desejava-se morar. A gente era feliz e não sabia (SILVA FILHO, 2020).

¹⁰ Foi governador das capitanias de Maranhão (1655-1656) e Pernambuco (1657 - 1661, 1667).

Conforme mencionado, muitas eram as saídas para outros estados e lugares no antigo povoado, vias terrestres que, com a enchente, foram perdidas. Para o narrador, o povoado era um dos motivos de sua felicidade.

Acerca de sua disposição geográfica, o velho povoado estava localizado a aproximadamente 13km da cidade de Aroeiras, na Paraíba. Localizada no interior paraibano, a cidade aroeirense possui cerca de cinquenta sítios, entre eles, destacamos os mais conhecidos localmente, tais como: Barra de João Leite, Torres, Riachão, Chã da Barra e Mangabinha. No que diz respeito à representação da cidade de Aroeiras, o Sr. José Severino da Costa Barbosa, mais conhecido como Dudé das Aroeiras, ou, tão somente, ‘professor Dudé’, produziu o hino da cidade, o qual reproduzimos a seguir:

Lá do alto das serras de pedras contemplo a rua, quando dia. É amizade, o sol,
quando é noite namoro a lua!
Quando canto me encanto com essas serras e neste canto, nestas pedras dessa serra,
fiz um canto pra cantar AROEIRAS!
Por entre riachos e pedras nasceu essa terra, com nome de planta e hoje se canta,
e se tem esperança de ver florescer!
Sob a luz de um sol causticante, de homens gigantes trabalhadores, plantaram
sementes de plantas e flores, colhemos você!
Aroeiras, madeira guerreira, Aroeiras!
Do meu jardim, tu és a flor do meu cantar, és a canção, do meu gostar és meu amor,
do meu ficar, és meu torrão! Aroeiras, Aroeiras
No chão das areias tão quentes do teu cariri.
Aroeiras prometes um grande por vir Esperanças enramas no meu coração. Sou o fruto
da planta plantada que a terrame deu. Hoje proclamo em nome de DEUS: És a minha
bandeira, és a minha nação.
Aroeiras, árvore que cresce, flor do Nordeste, és meu cantar. Aroeiras, entre essas
serras, és minha terra, és meu lugar.
Aroeiras, Aroeiras (BARBOSA, 2003).

Muitas serras e pedras “cercam” a cidade de Aroeiras. Pedro Velho também é fruto dessa árvore. E, assim como Junco, Melancia, Ilha Grande e Cajá, dividiu as dores e os prantos da inundação. Ao cantar “Sou fruto da planta plantada que a terra me deu” (2003), Dudé enfatiza o apego a terra, a afeição ao lugar que o identifica, que, como árvore frutífera, torna seus moradores o fruto que dela brota.

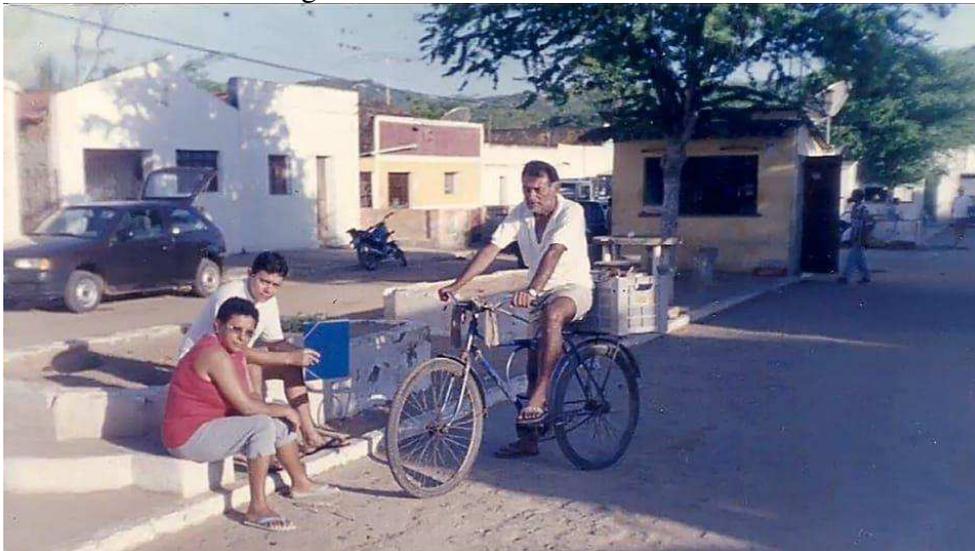
“És minha bandeira, és minha nação”. É de ‘Aroeiras’ que os pedrovelhenses faziam parte e, com ela, interagiam em vários aspectos, inclusive, culturais. As feiras realizadas aos sábados, a busca por serviços mais especializados, só existentes na cidade, como os prestados pelo Banco do Brasil, Casas lotéricas e Prefeitura. Assim também acontecia com as festas religiosas (Nossa Senhora do Rosário) e seculares (São João, Carnaval), além dos serviços hospitalares e educacionais, que dependiam de Aroeiras para acontecer.

No entanto, no quesito “água”, eram eles que recorriam ao rio “de Pedro Velho”. Nessa competição aparente, não faltavam insultos, disparados pelos cidadãos aos “comedores de guarús” (peixes pequenos), louceiros e louceiras (fazedores/as de panelas de barro pedrovelhenses). Por sua vez, muitas foram as vezes que os residentes de Pedro Velho também revidavam, em resposta, as afrontas: “E vocês só tomam banho, porque a água vem daqui!”.

Tero rio por perto sempre rendeu privilégios aos pedrovelhenses. Confusões à parte, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2020), Aroeiras possui uma área territorial de 376,118km² e seu número de habitantes gira em torno de 19.081, de acordo com o censo de 2021.

Nos idos dos anos 2000, Pedro Velho já havia ascendido ao posto de distrito e possuía características que o diferenciavam dos demais povoados da redondeza, como se percebe na imagem a seguir, que cogita um misto de ruralidade/urbanidade.

Figura 1 – Centro de Pedro Velho



Fonte: Acervo pessoal de Gerivaldo Domingos, 2002.

O registro fotográfico apresenta os senhores Odilon Bernardo (na bicicleta), Abel Andrade (segurando uma pasta azul nas mãos) e a senhora Lucinha Batista, em uma das últimas fotos retiradas no antigo Pedro Velho, em frente a uma das barraquinhas que compunham a praça Durval Andrade de Lira, espaço situado na rua principal, única a ter calçamento no distrito. Ao se deixarem registrar em imagem, certamente, eles nutriam o desejo de eternizar seus últimos anos no lugar, como forma de mostrar as gerações vindouras fragmentos de seus afetos com a antiga povoação. A seriedade em suas faces, possivelmente, apontava o desconforto que sentiam quando noticiados sobre a construção da barragem que legaria a

Pedro Velho seu desaparecimento.

Anos depois da enchente, com a rápida baixa das águas, podemos visualizar, na imagem abaixo, o que restou dessa praça. A umidade “captada” pela fotografia aponta as paredes da antiga barraquinha, cenário desolado, que nunca mais seria compartilhado para a vivência das sociabilidades em Pedro Velho.

Figura 2 – Centro de Pedro Velho após a enchente



Fonte: Acervo pessoal de Osvaldo Bernardo, 2008.

Antes do acontecimento da chegada das águas, conforme pode ser visto na figura 1, o distrito contava com casas de alvenaria, em sua grande maioria; outras, construídas em barro e taipas (em menor número), com energia elétrica, água encanada, lojas comerciais, linhas telefônicas, edifícios públicos, como uma praça, um cemitério, uma escola, quatro igrejas (São Pedro, São Sebastião, Igreja Batista Missionária e Igreja Adventista do 7º Dia), um posto de saúde, uma farmácia, entre outros elementos e espaços que davam ares mais urbanos ao lugar, a exemplo do calçamento e do Mercado Público, local onde ocorria o comércio de carnes e muitos bailes.

Também havia bares, barbearias, casas comerciais e meios de transportes que davam acesso a outros lugares e estados. Um cotidiano pacato era traço corriqueiro em Pedro Velho, alterado pelo caos trazido pelas águas, que submergiam a tranquilidade das movimentações nas ruas, conforme podemos perceber na figura 2.

A sensação de segurança, de sociabilização, sem maiores medos, trazia aos moradores (cerca de duzentas e oitenta e quatro famílias de Pedro Velho) ‘bem estar’ e ‘bem querer’ ao

distrito¹¹. Tais práticas eram corriqueiras, mas não encobriam os muitos problemas que também existiam no lugar, como a falta de saneamento básico e de infraestrutura adequada às necessidades da comunidade. De modo que, com a exceção da rua principal, nem todas as outras ruas, que lá existiam (Rua Velha, Rua da Leiteira, Rua do Cruzeiro e Cafundó), eram calçadas, sendo rodeadas por estradas de terra batida. Algumas vezes, os esgotos escorriam a céu aberto; o lixo e os dejetos caíam nas proximidades do rio, contaminando as águas.

Ainda sobre as práticas culturais e sociais em Pedro Velho, vale mencionar a tradicional ‘Festa de São Sebastião’, comemorada no mês de janeiro; curiosamente, o mesmo mês em que o distrito foi inundado. Acerca dessa festividade, as historiadoras Aline Ferreira da Silva e Josilene Martins Marques (2017) afirmam que:

[...] a festa de São Sebastião estava reduzida apenas a parte religiosa com novenas, procissões e o encerramento com a banda de Pífanos, e um carrossel movido a braço no último dia, constituindo-se as únicas atrações da festa. Porém com o passar dos anos, cada vez mais a festa foi crescendo, contando com visitantes, com barracas de comidas e bebidas, o que permitiu, aos poucos, desenvolver ainda mais a festividade naquele povoado, um lugar de fé e devoção. A última noite era a mais esperada por todos, havia queima de fogos e a procissão que levava consigo o estandarte e a imagem de São Sebastião (SILVA; MARQUES, 2017, p. 119).

Foi no texto *“Uma festa nova para Pedro Velho: a celebração religiosa de São Sebastião (1914-2005)”*, que as autoras, da citação acima, trazem aspectos importantes das práticas religiosas e culturais dos pedrovelhenses. Tais reflexões apontam para a importância daquela festividade para o povoado.

O que se sabe é que a ‘Festa de Janeiro’, como também era conhecida, atraía muitas pessoas e famílias tradicionais de Pedro Velho, trazendo desde uma programação religiosa (missas e procissões) a uma perspectiva secular, como parques de diversões e bandas de músicas. Desse modo e de tantos outros, diversas foram as formas que os pedrovelhenses encontraram para atribuir significado ao dia a dia que lhes cercava, narradas – juntamente com as canções de Bartolomeu Normando – pela foto a seguir:

¹¹ Dados do IBGE de 2004 apontam para um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em Aroeiras, de 0,382. Para entendermos esse número, comparamos com o IDH de João Pessoa, que é de 0,644. Dessa forma, o grau de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida de Pedro Velho chega a metade da capital paraibana.

Figura 3 – Praça Duval Andrade de Lira



Fonte: Acervo pessoal de Gerivaldo Domingos, 2002.

A imagem acima retrata a praça nomeada como Durval de Lira Andrade. Esse senhor era natural de Umbuzeiro-PB e se fixou em Pedro Velho após se casar com Euclídia Cosme de Lira, natural do distrito e filha de José Cosme Irmão, senhor que intitula o nome da escola, que é também objeto de estudo da nossa pesquisa. A relação conjugal de Durval e Dona Euclídia gerou frutos, de modo que a “mistura” dos seus antepassados e descendentes simbolizou e consolidou uma tradicional família pedrovelhense, a dos ‘Cosme de Lira’.

Construída em 1990, na gestão do prefeito Carlos Pessoa Filho, a praça Durval de Lira Andrade foi assim nomeada como forma de homenagear o Sr. Durval, que, na época, exercia o ofício de agente fiscal municipal. Essa fotografia registra o início da praça; na figura 1, o “meio” dela, e o seu final (que não aparece em nenhuma das imagens), situava-se próximo ao final do calçamento.

Ali era o espaço onde os pedrovelhenses se juntavam para assistir programas, novelas e filmes ao ar livre. Além disso, havia vários bancos e quatro “barraquinhas” (uma delas pode ser vista ainda na figura 1), lanchonetes, onde eram comercializadas bebidas e guloseimas. A Praça Durval Lira de Andrade se situava no centro do distrito de Pedro Velho e marcava o encontro diário de inúmeras pessoas que por lá circulavam. De acordo com o historiador Andrade (2014, p. 11-12),

Essa estrutura guardava um aparelho de TV de uso público, onde todas as noites um funcionário da prefeitura ligava o aparelho e dezenas de pessoas acomodavam-se sobre aqueles bancos à assistir seus programas favoritos. Alguns chegavam até alta madrugada. De forma que essa prática só era interrompida nas noites chuvosas. De certo, uma novidade, quando de sua instalação, capaz de atrair várias pessoas criando, ali, um verdadeiro espaço de sociabilidades, propício ao encontro.

Passagem dos transeuntes que iam para outros lugares, era também espaço de realização das feiras aos domingos, estas que atraíam – além dos moradores locais e vizinhos – comerciantes vindos de Pernambuco, especialmente, de São Vicente Ferrer, bem como de outras redondezas. Tais comerciantes traziam frutas, legumes, vestimentas e bugigangas, que se misturavam aos artigos produzidos localmente, como panelas de barro, cordas e outros elementos que faziam parte da economia local e ajudavam na sobrevivência dos pedrovelhenses.

Além do comércio, serviços públicos – prestados ao povoado local, vinculados à Prefeitura Municipal de Aroeiras – outras formas de trabalho se davam em Pedro Velho, a exemplo de estabelecimentos públicos, como: escola, cemitério, posto médico e telefônico.

Vale ressaltar que um considerável número de aposentados também se fazia presente em tal lugarejo, tornando o distrito um lugar dos mais antigos; afinal, os jovens pedrovelhenses saíam em grande quantidade para João Pessoa, Recife e, especialmente, Minas Gerais, em busca de trabalho, para garantir o sustento dos seus.

Além disso, como Pedro Velho estava localizado no agreste paraibano, com as águas do rio Paraíba percorrendo sua margem esquerda, a pesca era uma prática comum entre os pedrovelhenses, principalmente durante os períodos de cheias. Plantações de campos de tomate, pimentão, capim, criação de caprinos e uma modesta pecuária também se desenvolvia ao redor do rio, possibilitando práticas de trabalho, de cultura e de sociabilidade no lugarejo.

Figura 4 – Sociabilidades no Rio Paraíba



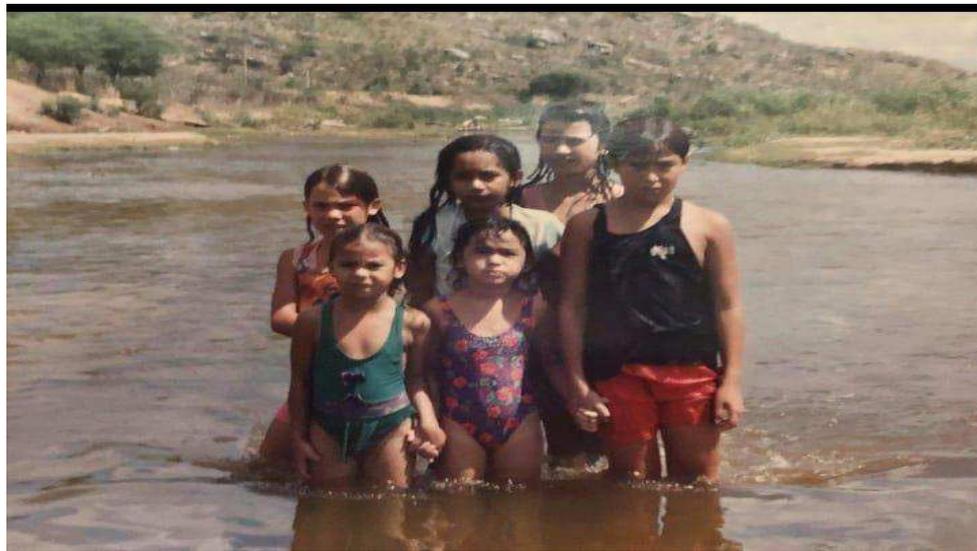
Fonte: Acervo pessoal de Gerivaldo Domingos, 2000.

Na fotografia, crianças correndo; outras, paradas, com a mão na cintura, enquanto isso,

adultos seguram a menina em cima de um jumento, traço comum de se encontrar no interior. Por meio de um olhar mais atento, pode-se perceber momentos que se misturavam entre vivências, lazer, diversão e o pulsar da vida em Pedro Velho. O rio era um lugar de práticas de sociabilidade, do gestar de um convívio próximo entre os ribeirinhos.

Ainda do lado esquerdo, na figura 4, é possível ver a casa de varanda do Sr. Gabriel Coutinho, erigida na Rua Velha (a primeira rua fundada no povoado), tomada enquanto símbolo da ocupação das margens do rio Paraíba. Outras a ela se uniram.

Figura 5 – Banho no Rio Paraíba



Fonte: Acervo pessoal da autora, 1996.

Diferentemente da figura 4, onde o trecho do rio mostra águas estreitas, a figura 5 nos revela um período em que o rio atingia uma largura considerável. No momento do registro, é possível ver as águas em movimento, seguindo seu fluxo corriqueiro, enquanto as crianças, de mãos dadas, se seguravam para não serem levadas pelas águas durante o banho. Além disso, como dito anteriormente, o rio foi a base de uma relação “amorosa” entre os pedrovelhenses. E, como toda relação afetiva, também enfrentou problemas e desafios, típicos da vivência e do cotidiano no semiárido nordestino, como alguns períodos do ano em que trechos do rio secavam completamente, secas constantes, poluição, afogamentos, entre outros.

Mesmo assim, simbolicamente, a maioria dos ribeirinhos, na época da enchente, cerca de duzentas e oitenta e quatro famílias residentes, entre crianças, jovens, adultos e idosos, no antigo Pedro Velho, sentiam-se privilegiados em estar geograficamente situados, próximos ao rio, sem acreditar que essas mesmas águas seriam a causa de seu sofrimento. No entanto, Andrade (2018) enfatiza também que

O Rio Paraíba proporcionava aqueles ribeirinhos, a saber, a criação de pequenos animais [...] pois os pequenos criadores não tinham maiores custos para alimentarem seus rebanhos. As margens férteis e à água farta daquele rio se encarregavam de manter diariamente seus rebanhos bem alimentados (ANDRADE, 2014, p.15).

Embora o autor esteja se referindo à criação de caprinos às margens do rio, também era comum a criação de gado, além da agricultura, sobretudo, com plantações de tomate, pimentão, cana-de-açúcar, conforme já mencionamos mais acima. Nos períodos em que o rio secava, os ribeirinhos recorriam às cacimbas, que eram espécies de buracos cavados nas areias do rio, de forma a obter água naturalmente filtrada e menos salobra que as águas correntes.

Nos tempos de crise hídrica, carros-pipas também garantiam o abastecimento de água em Pedro Velho. Percebemos, assim, a importância que o rio tinha não só para os pedrovelhenses, mas também para os animais e para a vegetação. Vale destacar que ele contribuía para o abastecimento de água, gerando sociabilidades e lazer ao distrito de Pedro Velho. Relações que foram afetadas com a chegada da Barragem de Acauã e, paralelamente, com o represamento das águas do rio. Como ele, outros lugares de sociabilidade, de memórias, de afetos desapareceram com a chegada das águas da Barragem, esta que teve sua conclusão anunciada, no distrito, em 2002.

Como narrou Zaqueu, personagem do filme *Narradores de Javé* (2004), “Um dia elas vieram. E fitando os olhos nele, Souza o perguntou: Elas quem, diacho? Zaqueu respondeu: As águas...”.

1.1 Acauã e Pedro Velho: narrativas de resistência

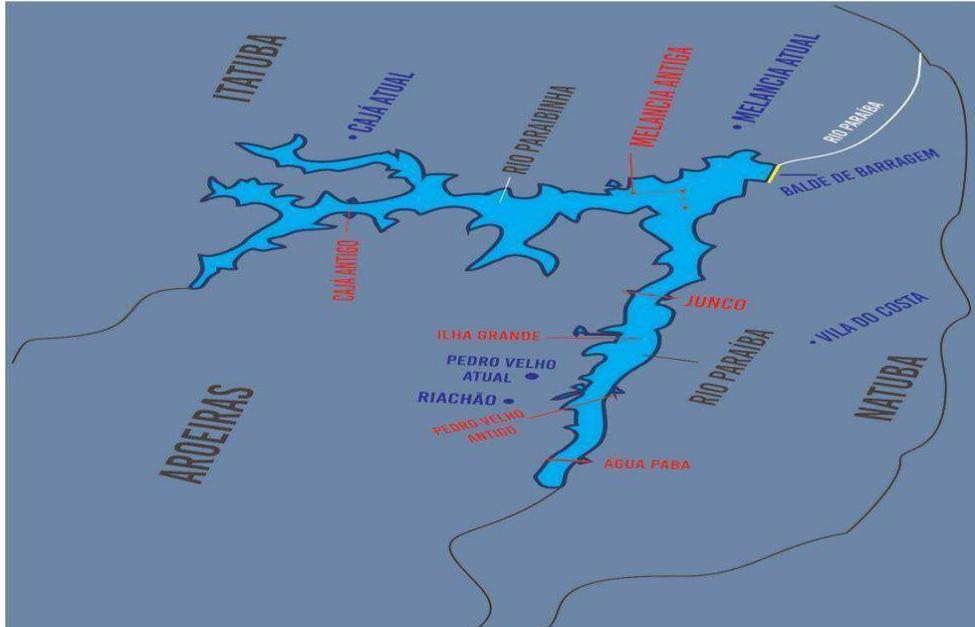
Como um brinquedo que a criança quebra e chora, eu vou embora com vontade de ficar (BARTOLOMEU NORMANDO, 2002)

Pedro Velho, Melancia, Junco, Cajá e Ilha Grande¹² eram comunidades ribeirinhas, construídas ao longo do curso do Rio Paraíba, que foram afetadas pela Barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã). Porém, os últimos a deixarem o antigo lugar foram os moradores pedrovelhenses. O apego ao lugar, aos seus espaços, às referências e histórias, ali vividas, gestou o que bem expressa Normando (2002), timbrada na epígrafe acima, “[a] vontade de ficar”. A partir do mapa abaixo, podemos visualizar os lugares que foram

¹² Parte dos moradores desses povoados foi conduzido para outro assentamento, denominado ‘Vila do Costa’, situado nas proximidades de Pirauá, pertencente à Natuba-PB.

atingidos por Acauã:

Figura 6 – Mapa dos lugares atingidos pela Barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã)



Fonte: Arquivo pessoal de Osvaldo Bernardo, 2020.

Em conversas com alguns ex-moradores do Junco e de Ilha Grande, povoações que, como vimos na imagem anterior, também foram atingidas pela barragem, foram assentadas no Novo Pedro Velho. Para eles, a vida – nesse novo cenário – se tornou bem mais movimentada e, até mesmo melhor (sob alguns aspectos), tendo em vista que algumas dessas famílias não possuíam nem mesmo energia elétrica, além do acesso a outros lugares ser difultoso.

Para esses povoados, o Novo Pedro Velho, assim como o termo “novo”, surge como fruto da inundação dos antigos lugares, mas carregava a possibilidade de outra vida, iluminada pela promessa de energia elétrica, água encanada, cheia de perspectivas e novas vias de acesso. Já em Pedro Velho, mais especificamente, se observou os lamentos pela perda das antigas estradas, especialmente dos lugares de memória e do cotidiano tão próprio daquele lugarejo.

1.1.1 As barragens, as memórias e os lamentos

Analisando o cenário mais global, Oliveira (2018) chama a atenção para o “boom” que as barragens ganharam no mundo, sobretudo, após a década de 1950, período Pós-Segunda Guerra Mundial. Assim,

Depois da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico se tornou uma ideia-chave na cena internacional e o estado de “sub-desenvolvimento” de parte dos países algo a ser superado. Nesse paradigma, como sociedades deveriam crescer economicamente e entrar na “modernidade” ou fracassar como postulavam, influentes economistas do período como Arthur Lewis (2008). Nesse cenário, explorar os recursos naturais disponíveis e usá-los para esse projeto de desenvolvimento era um elemento central e, por isso a exploração hidrelétrica foi fortemente promovida e incitada no mundo todo a partir dos anos 1930 e principalmente depois dos anos 1950. Em uma dinâmica de relação geopolítica, tecnologia e transformações ambientais de larga escala em nome do desenvolvimentismo (Sneddon, 2015), até a década de 1970, já era mais de cinco mil grandes barragens construídas em todo o mundo (Comissão Mundial de Barragens, 2000) (OLIVEIRA, 2018, p.317).

Embora esteja se referindo às barragens, cujas finalidades dizem respeito aos usos energéticos, é importante salientar que, em consonância com o contexto mundial, o Brasil não ficou de fora, pois, conforme segue salientando Oliveira (2018, p.1), “O Brasil é um dos maiores construtores mundiais de barragens e o 2ª país que mais gera energia hidrelétrica no mundo, atrás da China”. Essa afirmativa nos leva a relacionar tal fato com a abundante presença de rios em nosso país, bem como às ideias de progresso, desenvolvimentismo, superação de atraso e pobreza, além da possibilidade de alternativas de fontes de geração de energia, que envolvem essas empreitadas.

Conforme também nos confirma Fonseca (2013, p.10), “Do ponto de vista econômico, as barragens são fontes importantes de energia para países com alto potencial hidrelétrico. Isso ocorre na China, na Índia e no Brasil, que estão entre os países que mais utilizam barragens como fonte de energia e de segurança hídrica”.

No tocante à construção de barragens, podemos dizer que tem sido uma prática corriqueira e histórica. No nosso país, seus indícios remontam ainda ao Brasil Império (séc. XIX), bem como ao Governo de Getúlio Vargas, em que se constroem com mais ênfase. Na década de 1950, houve uma expansão dessa prática, estando também embasadas pelos ideais desenvolvimentistas, como também ocorreu, mais expressivamente, após o Regime Militar.

Tais empreendimentos continuam a crescer, embora movimentos sociais, promovidos por ambientalistas e populações ribeirinhas – a exemplo do MAB, na Paraíba – tentem freá-los. A pressão pela construção de usinas aumentou consideravelmente em 2001 e 2002, após o Brasil atravessar significativo racionamento energético, popularmente conhecido como “crise do apagão” (FONSECA, 1990).

De modo geral, podemos dizer que as barragens brasileiras são do tipo: 1. Usinas hidrelétricas: a exemplo da Binacional de Itaipú, cujo objetivo principal é a geração de energia; 2. Barragens para abastecimento de água: comuns no estado da Paraíba, como a do

Açude Epitácio Pessoa, Acauã, Camará, Capoeira, dentre outras; 3. De regularização de vazão e de contenção de rejeitos de mineração: a exemplo da localizada em Brumadinho – Minas Gerais (Barragem da Mina Córrego do Feijão, conhecida, sobretudo, depois do seu rompimento, em janeiro de 2019. Acauã, em Pedro Velho, se caracteriza pela necessidade de abastecimento de água, mais uma forma de amenizar as constantes secas que historicamente acometem o estado da Paraíba.

A esse respeito, Correia (2017) sinaliza pontos negativos e positivos, proporcionados pelas barragens, sendo os primeiros caracterizados pelo desalojamento de milhares de pessoas de suas terras. No caso de Acauã, em torno de 950 famílias deixaram sua terra natal, levando os trabalhadores rurais a perderem suas propriedades e a receberem indenizações injustas e mal pagas. Como pontos positivos, cita poucos, enfatizando, principalmente, o caráter econômico que, segundo ele, em Acauã, foi proporcionado pela pesca, pela agricultura familiar e pela criação de camarões.

Acauã, como é popularmente conhecida, traz em seu nome a associação com pássaros comuns, de várias regiões do Brasil. Possivelmente, foi assim apelidada, em virtude dos vários pássaros “acauãs”, encontrados na fauna da área, diante do represamento das águas. Dos muitos significados que o nome da ave adquiriu no Brasil, a música “*Acauã*”, composta por Zé Dantas e cantada pelo nordestino Luiz Gonzaga, traz a seguinte ênfase:

[...]
 Teu canto é penoso e faz medo.
 Te cala acauã,
 Que é pra chuva voltar cedo
 Que é pra chuva voltar cedo
 Toda noite no sertão
 Canta o João Corta-Pau
 A coruja, mãe da lua
 A peitica e o bacurau.
 Na alegria do inverno
 canta sapo, gíria e rã.
 Mas na tristeza da seca
 Só se ouve acauã
 Só se ouve acauã
 Acauã, Acauã...
 (ZéDantas, s/d)

Acauã faz referência a um pássaro que entoia “maus presságios”: “Te cala Acauã”, porque tememos esse canto, a seca que chamamos e suas águas afloram nossos sentimentos de medo e tristeza. Antes fosse apenas lenda ou ficção, essa barragem, assim apelidada, traz o nome de pássaro comumente vinculado à mau agouro e mal sinal, entoando seu canto desde Natuba, Aroeiras e Itatuba, localidades estas abastecidas por Acauã, que foi erigida,

especificamente, em Melancia-PB. Segundo Correia *et al.* (2017, p.5), ela possui

a capacidade total de acúmulo de 253.000.000 m³ de água, retida em uma bacia hidráulica (área total de água represada) de 3.800 hectares, e uma represa em concreto com 446 metros de comprimento e 53,5 metros de altitude, e um represamento de aproximadamente 22 quilômetros de extensão.

Os dados, mencionados acima, atestam a grandiosidade de uma obra dita arrojada, auspiciosa, em termos numéricos, que ocupa, atualmente, a 4ª posição entre as maiores barragens do estado da Paraíba, ficando atrás apenas dos açudes Epitácio Pessoa (466.525.964m³), Boa Vista (375.000.000m³) e Engenheiro Ávidos (293.617.376m³).

Considerando o aproveitamento hídrico das águas do Rio Paraíba, a barragem de Acauã, na época, seria o maior investimento do governo federal, no estado, com as obras iniciadas em 1982 (ANDRADE, 2014); depois de alguns fracassos e mudanças, especialmente em relação ao aproveitamento mais considerável das águas do rio, o local de sua primeira construção foi alterado, ficando finalmente reconstruída nas proximidades de Melancia, durante o governo de José Targino Maranhão.

Figura 7 – Balde da Barragem Argemiro de Figueiredo



Fonte: <<http://itatuba-noticias.blogspot.com>>, 2004. Acesso em: 08 jun. 2021.

Desde a década de 1980 ou, até mesmo antes, “burburinhos” e movimentações sobre a construção da barragem já existiam entre os pedrovelhenses, consolidando – no decorrer do tempo – um imaginário de que isso seria quase impossível. É o que cita José Marcos de Brito (2020), ao lembrar desse evento:

Eu mesmo não acreditava nunca que a água ia chegar em Pedro Velho. Eu viajei para Campina Grande para resolver alguns problemas, e quando eu voltei, à tardezinha, a água já estava no meu quintal. Por sinal, muitas famílias ficaram

residindo em Pedro Velho. Lembro como se fosse hoje a água chegando na rua e invadindo tudo. Mesmo assim, muitas pessoas ainda ficaram em Pedro Velho (BRITO, 2020).

Esse narrador trabalhou na construção da barragem e, ainda assim, não acreditava que um dia as águas chegariam, realidade que foi comprovada pelos seus próprios olhos em 2004. É importante enfatizar que entre os objetivos previstos, através da construção da represa, estava também a perenização do baixo curso do rio Paraíba, ou seja, tornar esse percurso que secava, em determinados períodos, abundante em água corrente o ano todo. Com isso, acreditava-se que tal empreitada supriria o déficit de água dos municípios de Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipú e Pilar. Esse trajeto é caracterizado por trechos que secavam completamente durante alguns períodos de estiagem.

No contexto de construção das barragens no nordeste brasileiro, é interessante sinalizar o que afirma Albuquerque Júnior (2011, p. 81): “O Nordeste é em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos produzidos a respeito deste fenômeno”. Na maioria das vezes, os discursos da seca acabam fortalecendo e instigando a construção de barragens na Paraíba, com a principal finalidade de abastecimento de água. Nesse sentido, Andrade (2014, p. 9-10) afirma que

Considerando que a região nordeste tem sido eixo das discussões em matéria de recursos hídricos, a barragem de Acauã surge nesse contexto para dar suporte a essa demanda. No caso da construção dessa barragem, há de se pensar igualmente em certos mecanismos, saberes e poderes técnicos que auxiliaram na seleção de tal discurso visando amortizar os seus impactos. Para tanto, o próprio estado promove a elaboração de um documento em forma de relatório, em três volumes, como resultado de um estudo, visando mensurar os impactos causados com a construção da barragem, tanto no meio antrópico, quanto no meio ambiente, ao mesmo tempo propõe medidas que possam suavizar esses impactos. Falamos do EIA – RIMA, Estudo de Impacto Ambiental da Barragem de Acauã produzido pela Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais (SEMARH)

Nesses relatórios, foram mensuradas questões sobre moradia, educação, saúde, segurança e lazer, no mínimo, equivalentes as que os moradores tinham em seus antigos lugares. Porém, Andrade (2014, p.28) nos garante que, “Na prática, as medidas mitigadoras previstas nos relatórios, que mensuravam os impactos da barragem não saíram do papel e aos ribeirinhos, restava-lhes ter que reinventar-se frente a tais efeitos”. Essa afirmação pode ser endossada em alguns depoimentos que colhemos, os quais serão discutidos mais adiante, nos próximos capítulos.

1.1.2 Uma cheia que causa medo e pranto: o rio como cenário de múltiplas resistências

Uma narrativa sobre a seca e as expectativas para o inverno de 2004 é noticiada em matéria assinada pelo jornalista Celso Furtado, nas páginas do jornal *A União*, de 24 e 25 de janeiro:

As notícias vindas do interior são alvissareiras. Chove em todo o Estado. É a “era” de 4 mostrando sua força, reforçando a coincidência. Coincidência ou não, temos um começo de 2004 desfigurando à estiagem do nebuloso 2003. Aliás, historicamente, 3 não é ano bom de inverno; das doze maiores secas do século anterior um terço ocorreu nessa época: 1903, 1953, 1983, 1993. O fenômeno se desdobra, de um modo geral, 9 vezes por século, uma a cada onze anos. No calendário das grandes secas nordestinas não há registros terminados em 4. A primeira ocorrência se deu em 1959, e se são intensas devastam, assolam, a menos que não encontrem condições e aspectos favoráveis para se imporem (FURTADO, 24 e 25 de janeiro de 2004, p. 6).

As perspectivas apontadas pelo jornal sinalizavam entusiasmo diante daquele rigoroso inverno, mas não foi bem o que se viu entre os moradores de Pedro Velho. Os discursos, imagens e textos como este fortaleciam as ideias de desenvolvimento geradas pelo governo, pautadas em progresso e em políticas públicas de combate à seca. O governador paraibano José Targino Maranhão finalizou a Barragem de Acauã, porém, no período da enchente, a Paraíba estava sob o governo de Cássio Cunha Lima. Assim, no ano de 2002, a barragem estava pronta, mas as previsões para a cheia do açude eram para o ano de 2007, dada a seca que vinha assolando o estado, como destacou acima o jornal *A União*.

Diante disso, parecia improvável a existência de grande abundância de água para encher todo o açude. Nesse ínterim, quando se é anunciada a conclusão da obra, começam a surgir as resistências dos moradores, muitas demonstradas em forma de descontentamento, tristeza, dúvidas, agonias, passeatas e reivindicações entre os ribeirinhos, conforme registrado na matéria do *Jornal da Paraíba* a seguir:

Os moradores das localidades de Pedro Velho, Melancia, Junco, Ilha Grande, Cafundó, nos municípios de Natuba, Itatuba e Aroeira, ontem em Campina Grande, para pressionar o governo do Estado a atender suas reivindicações. Inicialmente, eles se concentraram no Parque do Povo, depois seguiram em passeata rumo à Praça da Bandeira e, por último, se dirigiram ao escritório do Governo, na Estação Velha (JORNAL DA PARAÍBA, 24 de maio de 2002).

As resistências e reivindicações se deram também entre os pedrovelhenses, que, de forma organizada, se uniram às ações realizadas pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), conforme relatou o Sr. José Maria da Silva Filho (2000), ao rememorar que:

A gente se reuniu com o programa do MAB, muitas vezes, para ir lá falar com os engenheiros que estavam a frente. Fomos lá fazer a força de resistência, mas nós éramos iludidos. Eles diziam que íamos ter moradias dignas, três tipos de moradias, Casas A, B, e C, todo apoio do governo, trabalho, rodovias. As mesmas infraestruturas, pontes que atravessariam com o Pernambuco. Isso não aconteceu, fomos enganados. Talvez, quando resolvemos brigar já era tarde demais. Muitos moradores já estavam em outras cidades, outros já haviam recebido algum dinheiro que eles deram. Estes não receberam moradias. Por isso, a gente briga, até hoje, e lutamos pra que possamos receber essas indenizações que eles diziam que iam fazer pela comunidade e até hoje não fizeram (SILVA FILHO, 2020).

As indenizações, mencionadas pelo depoente, eram pagas de duas formas: 1. Pagamentos feitos em cheques, após avaliação dos bens materiais, como casas e terrenos. Entes de nossa família chegaram a receber cerca de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), por uma casa localizada no centro de Pedro Velho; 2. Doação de casas de placas situadas no Novo Pedro Velho. O que nos toca é saber que, talvez, no início das resistências, como salientou Filho (2020): “resolvemos brigar tarde demais”. Sobre as ações movidas em prol dessas indenizações, pelo Movimento dos Atingidos, surgiram, no ano de 2002, e segundo Lima (2018, p. 75):

[...] o grupo se formou e articulou, a partir de reuniões, organizações cujas pautas não estavam baseadas apenas no ganho das indenizações, mas em problemas específicos do dia-a-dia que se constituíam, em elementos motivadores e desencadeadores fundamentais da luta reivindicatória coletiva.

Essas reuniões eram articuladas pelos representantes do movimento em Pedro Velho, a exemplo de Osvaldo Bernardo, que, na época, organizava reuniões, viagens (especialmente, a João Pessoa e Campina Grande) e ocupações, como ferramentas de resistência e empoderamento das populações ribeirinhas. O objetivo principal permeava as reclamações em torno das indenizações, mas também questões similares à ordem do cotidiano, tais como: a preocupação com os novos lugares relacionados à educação, lazer, saúde, água.

Nesse sentido, havia várias preocupações por parte dos pedrovelhenses e das autoridades religiosas, conforme podemos ver na carta intitulada “*As pedras clamarão*”, de autoria do padre local, aqui fragmentada, para compreensão e análise dos seus pormenores:

“As pedras clamarão” – Aroeiras (PB), 26/4/2002 - 11:51

Carta do Padre Rômulo Remígio Viana às autoridades e aos seus paroquianos sobre a situação do povo atingido pela Barragem Acauã.

A realidade dura em que vive o povo de Pedro Velho e localidades adjacentes, faz-me dirigir estas palavras aos que governam o povo, a todos os que detêm poder, às pessoas que assumem funções importantes na sociedade onde está localizada a barragem Acauã. Minhas palavras são de um simples padre que todos os dias ouve e vê o sofrimento do seu povo e pergunta sempre a Deus: "até quando Senhor" o teu povo querido vai suportar tal humilhação? No Domingo, 07 de abril (segundo Domingo da Páscoa), impulsionado pela Palavra de Deus, lembrei na Santa Missa a

importância desta represa que acumulará 253 milhões de metros cúbicos de água e trará muitos benefícios para a nossa região tão marcada por grandes estiagens. Pronunciei-me pedindo ação conjunta e efetiva dos políticos de todos os partidos em favor dos irmãos e irmãs que já estão sofrendo com a instalação da represa Acauã, para que sejam atendidos em suas necessidades de moradia digna, escola, energia elétrica, água, esgoto sanitário, saúde, segurança, enfim, tudo aquilo que for preciso para que sejam tratados como pessoas humanas decentes, inclusive revendo os valores das moradias e considerando as benfeitorias das suas propriedades rurais. Hoje, a exemplo de Jesus, não posso ficar calado diante do sofrimento de irmãos e irmãs, a grande maioria deles sendo meus paroquianos. Tenho certeza de que é verdade o que Jesus disse: se eles se calarem as pedras gritarão (Lucas 19, 40) (VIANA, 2002 apud CATOLICANET).

Conforme anunciou o padre Rômulo, a carta foi endereçada às autoridades políticas e fiéis paroquianos, sendo os primeiros aqueles que governavam o município aroeirense na época. Gilzeppe Oliveira de Souza ficou encarregado de construir os edifícios públicos, como: a escola, o posto, o mercado público, entre outros; ao estado da Paraíba, ficou a responsabilidade de construção das casas.

A carta também foi lida pelos moradores pedrovelhenses e demais populações ribeirinhas, que, a princípio, se sentiram entusiasmadas pelas palavras representativas e reivindicatórias, escritas nesse registro sensível. Porém, na prática, não surtiram muito efeito; pelo que foi experienciado pelo povo, quase nada foi alterado, exceto algumas indenizações que foram um pouco mais ajustadas. Ainda, segundo a carta:

Estou consciente da importância da barragem Acauã, mas não poderemos ficar cegos, surdos ou mudos diante dos transtornos que a construção desta mesma barragem já está trazendo à população vizinha, visto que não poderão reconstruir os seus bens com uma indenização média de R\$6.000,00 (seis mil reais) por família. Onde ficarão os seus animais (caprinos, ovinos, bovinos, e suas galinhas) que lhes garantem ajuda na subsistência? E a terra para plantar e sobreviver? Como se acomodarão as pessoas em casas tão pequenas?! Naquelas casas pré-moldadas (no modelo do Projeto Mariz) caberão as famílias de todos os tamanhos?! Fico a olhar e penso: será um campo de concentração moderno?! Os efeitos desse tratamento, reservado ao nosso povo, são contra os valores do evangelho, pois atingem diretamente os mais fraquinhos dos nossos irmãos e irmãs: os idosos e as crianças. Ao meu ver os empobrecidos de nossa sociedade são tratados como alguém que não merece ser levado a sério (Eclesiastes 9,16) e enquanto forem úteis servem aos que se beneficiam com tais situações de pobreza, mas quando tiverem necessidades serão abandonados (Eclesiástico 13, 4). Conclamo a todos, especialmente aos que sentam-se à mesa com governadores e ministros a que se unam nessa luta pelo bem do povo de Pedro Velho, Melancia, Junco, Ilha Grande, Cajá e o Novo Pedro Velho e coloquem suas potencialidades a serviço de melhorias para a vida de seus irmãos e irmãs (VIANA, 2002 apud CATOLICANET).

Em “*As pedras clamarão*” (2002) fica explícito o valor médio a ser pago pelos bens materiais dos ribeirinhos, algo em torno de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Além disso, cabe

ressaltar a descrição e a análise que o pároco faz das habitações construídas pelo Projeto Mariz. Quanto a isso, vale dizer que esse projeto, executado pela Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP, órgão do estado, se constituiu em edificar “casas construídas de placas de concreto com três centímetros de espessura, e com menos de 50m² de área coberta”, somando um total de 310 habitações pré-moldadas (ANDRADE, 2014, p.31). Comparada a um “campo de concentração moderno?”, a carta trazia ferrenhas críticas ao projeto do Novo Assentamento:

Nunca esqueçamos de que Deus escuta o clamor do seu povo (Êxodo,3,7-8), faz justiça sobre a terra (Salmo 58,12) e quando o Senhor Jesus vier em sua glória nos pedirá contas a todos sobre o tratamento dado a seus pobres. Ele mesmo disse: estive com fome e não me destes de comer, estive nu e não me vestistes, estive doente e não me socorrestes... (Mateus 25, 31-46). Peço ao divino engenheiro – Jesus de Nazaré – que transformou o mundo com alguns pregos e dois pedaços de madeira (a cruz), que transforme os nossos corações para que possamos transformar realidades sofridas em sinais de ressurreição. Amém! (VIANA, 2002 apud CATOLICANET).

Através dessas palavras, os gritos eram coletivos e clamavam pela minimização dos impactos causados, mas o que prevaleceu foi o que foi posto/imposto pelo poder público. Muitos moradores também recorreram diretamente aos engenheiros – como vimos nas lembranças do Sr. José Maria da Silva Filho – encarregados também de ouvi-los quanto às indenizações. A esse respeito, Francisco Pereira Xavier (2021) nos contou que

Fui até os engenheiros, pedir reajustes para mim e para os meus pais. Fui bem recebido por eles e o valor da casa que era de R\$ 4.000 ficou em R\$ 5.000,00. Já o terreno que, inicialmente, disseram que era R\$1.000,00 foi acrescentado mais R\$300,00. Fui um dos moradores que teve sorte, nesse sentido (XAVIER, 2021).

Além do valor irrisório, nos chama a atenção a questão da sorte que o narrador acredita ter tido, nos revelando que outros moradores não voltavam dessas conversas com a promessa de terem seus valores revistos e um pouco mais ajustados; outros voltavam ainda mais tristes quando o inverso acontecia, sem contar que havia aqueles que sequer tinham condições de arcar com as despesas para se chegar aos escritórios, propriamente ditos, pois estes se localizavam distantes do povoado. Em relação às resistências e à saída de Pedro Velho, Glauciane Cavalcanti de Medeiros narrou que

De uma certa parte, houve resistência, sim. Acho que algumas pessoas só saíram, porque foram, realmente, obrigadas. Não foi o meu caso. Eu vim de livre e espontânea vontade. Mas algumas pessoas resistiram, sim, por ter uma história de vida naquele lugar, não é fácil você cortar uma raiz, pra sempre, as pessoas tem (e tinham) muitas memórias construídas naquele lugar. Agora, a minha pessoa falando, eu não tive nenhuma rejeição em vir não (MEDEIROS, 2020).

Diferentemente do que comentou o Sr. José Maria da Silva Filho, a Sra. Glauciane diz

que não resistiu em deixar Pedro Velho, saindo de “livre e espontânea vontade”. Talvez, porque, naquela ocasião, sua família possuía terras próprias no novo Pedro Velho, onde foi construída, por conta própria, uma das casas mais bonitas e confortáveis do Assentamento; uma casa de alvenaria, rodeada por varandas, modelo totalmente diferente das que desenhou o Projeto Mariz.

O que se sabe é que a barragem alcançou o seu volume máximo de água, no atípico inverno de janeiro de 2004. Vê-se, nesse contexto, o que narra o Jornal *A União*, de 23 de janeiro de 2004, p. 9): “[...] com a intensidade das chuvas, as águas da barragem [*de Acauã*] estão subindo rapidamente, faltando apenas dois quilômetros para inundar a comunidade de Pedro Velho”. O mesmo Jornal ainda continua a narrar:

Cássio Cunha Lima visitou, ainda, a comunidade de Pedro Velho, no município de Aroeiras. As águas da Barragem de Acauã ameaçavam invadir as casas da comunidade. Desde Julho de 2003, o governo do estado liberou recursos referentes à indenização da área desapropriada para a construção da barragem, mas muitas famílias permaneceram no local (A UNIÃO, 23 de janeiro de 2004, p.9).

Conforme mencionou o jornal, “muitas famílias permaneceram no local”. Tal informação é também confirmada por Andrade (2014), quando diz que

[...] cerca de duzentas famílias resistiam no local de origem por algumas razões: em decorrência do rio Paraíba não ser um rio perene, era verão e a represa se encontrava muito distante; e uns não tinham para onde ir, a espera das indenizações. Permanecer naquele local parecia a melhor decisão, visto que ainda podiam usufruir das margens férteis do rio, e da água, embora o rio parasse de correr no verão, era comum o uso decacimbas ou poços do tipo amazona OS POÇOS, além dos próprios ambientes de “conforto” que eram suas casas e a própria comunidade (ANDRADE, 2014, p. 30).

Os poços tipo amazonas se referem a um processo pelo qual se obtém água em regiões em que sua presença no subsolo está em certa profundidade. As margens dos rios são bons exemplos de locais onde esses poços são construídos. Esse tipo de poço era bem conhecido dos antigos moradores de Pedro Velho, confeccionados às margens do Rio Paraíba. Sobre a persistência em ficar, simbolizava um ato de resistência. No entanto, não podemos desconsiderar outras possíveis motivações que levaram muitos moradores a não saírem do antigo distrito, só saindo após “a água na canela”, tais como: indenizações mal pagas e falta de estrutura no novo lugar.

Figura 8 – Moradores pedrovelhenses em meio às águas de Acauã



Fonte: Acervo pessoal de Osvaldo Bernardo, 2004.

Como se vê, diferentemente das outras populações ribeirinhas, também afetadas pela barragem, alguns pedrovelhenses saíram do antigo lugar com a água no meio da canela, literalmente. Isso pode explicar o apego e o vínculo afetivo com o lugar. Em meio à tentativa de retirar aquilo que podiam e conseguiam das suas antigas casas, eles viam nesse ato (que poderia ter comprometido suas saúdes e até suas vidas, dado os riscos com a proliferação de doenças e acidentes, advindos com o possível desabamento das casas, uma forma de resistência e protesto, pelos custos impagáveis, pelas indenizações ofertadas, injustas e mal pagas.

Figura 9 – Pedro Velho sendo submergido pelas águas de Acauã



Fonte: Acervo pessoal de Osvaldo Bernardo, 2004.

Na figura acima, as águas escuras e malcheirosas contrastavam com o verde da paisagem ao fundo. O cenário era desolador e retratava a rua principal de Pedro Velho, onde estavam localizadas, além das casas dos moradores, a escola, o mercado público, a praça e o caminho que dava acesso direto ao rio. Os caibros, ripas e madeiras visíveis revelam a falta de tempo que alguns moradores tiveram para retirar antigos materiais de suas casas, naquele instante já quase totalmente alagadas.

A princípio, a população caminhava entristecida em meio aos destroços, observando atentamente as águas escuras subindo cada vez mais, carregando consigo o que encontravam pelo caminho. Eram águas com odores, salobras, ao se misturarem às lágrimas e às dores de muitas famílias que foram retiradas para recebê-las. As águas que regiam a vida e o pulsar dos pedrovelhenses agora simbolizavam o motivo da expulsão de famílias que foram retiradas às pressas para o Novo Pedro Velho, construído em terras que ficavam a aproximadamente 3 km do antigo lugar.

Figura 10 – Pedro Velho dias após sua total inundação



Fonte: Acervo Pessoal de Osvaldo Bernardo, 2004.

Em 2004, volumosas e escuras nuvens de chuva pairavam no céu, pesadas lançavam sombras e água sobre Pedro Velho. Naquele atípico inverno do mês de janeiro, as gotas que caíam poderiam ter escorrido livremente pelo rio, se não fosse o barramento das águas feito pela Barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã), que as impediu de seguir seu fluxo corriqueiro.

Como as águas que caíam não davam trégua e havia aquelas que estavam represadas pela barragem, o volume do rio aumentou, subindo sobremaneira, de modo que, em pouco

tempo, todo o lugar foi submerso pelas águas. Como é de se imaginar, tudo o que lá havia foi “engolido” pelas águas. Na figura, abaixo das águas baldeadas, podemos situar os escombros do que sobraram do Cemitério São José (seta azul), da Escola José Cosme Irmão (seta branca) e do percurso natural do Rio Paraíba (seta em cor laranja). Como vimos, a Barragem de Acauã cobrou um preço alto.

CAPÍTULO II – “REVESTIDOS DE SAUDADE: LUGARES DE MEMÓRIA E SAUDADE EM PEDRO VELHO”



Saudade, muita saudade

*Saudade, muita saudade, saudade eu sinto demais.
Da minha terra querida, de um tempo que não volta mais.*

*Saudade, muita saudade, do meu pequeno torrão, lembranças da
minha mocidade. Oh! quanta recordação.*

*A quixabeira no terreiro, não esqueci jamais, a cadeira de balaço
do meu saudoso pai, e a escolinha mista-rudimentar e aquela
professorinha que me ensinou o be-a-bá.
Dá vontade de chorar!*

*Os terços no mês de maio, ladainhas, orai por nós. O rio cheio
de lado a lado, do meu pensamento não sai. Baile de orquestra, festa
em dezembro, de Durval Lira no
calçadão. De
Pangular à banda de pífanos com Manoel Pedro na animação.
Hoje é só recordação!*

*As pescarias, os banhos de rio, uma canoa pra lá e pra cá. O arroz doce de
Maria Pedro, o antigo poço do Lagamar.
O campo de tomate, a pedra do morcego, a cacimba de água
e a volta da Acauã...*

*Eu para sempre vou lembrar da pedra do navio, da pedra do
morcego. Ah! Que saudade me dá
Da rapinha com farinha, de seu Bié, velho Dandão. E as
quadrilhas que eu marcava na noite de São João. Hoje é
só recordação...*



(Bartolomeu Firmino de Normando e Ninfa Bernardo, 2000)

Na letra da música “Saudade, muita saudade”, que abriu este segundo capítulo, ficou timbrada uma sensibilidade: a saudade. Esse sentimento sensível, no qual os lugares de memória são revestidos, foi vivenciado pelos compositores Bartolomeu F. de Normando e Ninfa Bernardo. Tal sentimento dá o tom da atmosfera saudosa que envolvia as lembranças recordadas acerca dos antigos lugares de memória, submergidos em virtude da inundação do antigo Pedro Velho.

Esses antigos moradores pedrovelhenses (*in memoriam*) deixaram registrados sentimentos quando rememoraram, mais enfaticamente, suas vivências no rio Paraíba, “na escolinha”, entre outros lugares de memória que serão analisados nas páginas seguintes.

Ao fazer uma análise mais detalhada sobre a letra da música, percebemos que os compositores expressam a saudade que sentiam do antigo distrito, recordações dos seus elementos mais específicos, como: a quixabeira, as cadeiras de balanço e a escolinha, além da professorinha que lhes ensinou “o bê-a-bá”. Outros traços religiosos também se fazem presentes: os terços, as ladainhas e orações, mas era “o rio cheio de lado a lado”, que, no momento de produção da canção dos seus pensamentos, “não sai”.

Memórias festivas, como bailes e a banda de pífanos também foram inscritas na canção; práticas de pescaria, banhos de rio, do plantio de tomates e da ida às cacimbas, ações que ficaram também submersas nas águas de Acauã, sofrimentos que eram vivenciados a cada expectativa de retomada da barragem.

Vale ressaltar que a primeira fase de Acauã se deu em torno da década de 1980, sendo ela paralisada e retomada por volta de 1995. Devido aos atrasos e, possivelmente, às resistências e dificuldades em aceitar a chegada da barragem, criou-se, no imaginário pedrovelhense, que talvez Acauã nunca viesse a ser de fato construída. Não tinham em mente que, em 2004, o Rio Paraíba não seria mais o mesmo e a Escola José Cosme Irmão, bem como o Cemitério São José se tornariam só saudades.

Porém, quais os sentidos que nós atribuímos à saudade? Quando a expressamos, traduzimos com ela sua historicidade e singularidade? Esses questionamentos a respeito da saudade, que envolvem os antigos lugares de memória pedrovelhense, nos levam a indagar como esse sentimento atua sobre o sujeito histórico, através da Pedagogia da Saudade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

Albuquerque Júnior observou que as experiências vividas em eventos indesejados (dos quais a submersão de Pedro Velho parece ter sido um) contribuem para a formação do sujeito saudosista, para a educação de suas sensibilidades, pois, para tal autor, o “[...] sentir saudade

também nasce de um aprendizado, de uma experiência, de uma formação social e cultural, mas que também é histórica na medida em que se dá num dado tempo e num dado espaço específico” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 157). Essa citação indica que o sujeito saudoso é produto de um aprendizado, sendo alvo de pedagogias que atuam para a formação de sujeitos históricos, ancorados na saudade.

É nesse sentido que buscamos perceber o sentir falta, tristeza e melancolia, sensibilidades estas que, mesmo sutilmente, deixam marcas, que se tornam fontes históricas, afinal, “[...] a sensibilidade consegue, pela evocação ou pelo rememorar de uma sensação, reproduzir a experiência do vivido, reconfigurado pela presença do sentimento” (PESAVENTO, 2007, p.13).

Envolto pelo sentimento de saudade está o conceito de lugares de memória, categoria discutida no célebre texto *Entre história e memória: a problemática dos lugares* (1993), do historiador francês Pierre Nora. Para ele, esses lugares são fruto de um grande debate na contemporaneidade, os lugares de memória são vistos para além de sua materialidade. Eles são gestados desde a necessidade de se criar museus, indo até a pronúncia oral de elogios fúnebres, embora não se resumam unicamente a estes exemplos, expostos na citação.

Nesse sentido, o olhar mais demorado, nos aspectos que envolvem esses lugares, indica que estes são dotados de valor simbólico, afetivo e, sobretudo, nostálgico. Eles transitam pela memória (lembranças) e pela história, uma vez que, geralmente, trazem vestígios que remetem ao passado; são [...] antes de tudo, um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado, fossilizando-a de novo (AREVÁLO, 2005, p.4).

Mesclando essas características, enxergamos o Rio Paraíba, a Escola José Cosme Irmão e o Cemitério São José como lugares em que há um misto de história e memória, por excelência e, por isso, são lugares privilegiados para análise histórica. Portanto, analisar esses três lugares, enquanto lugares de memória, é percebê-los como espaços recheados de sociabilidades, histórias e saudades, que são acionadas pelas memórias que perpassam esses lugares, sem perder de vista que são lugares social e culturalmente construídos pelos sujeitos que o habitam e que lhes atribuí significados e sentidos, sobretudo, através das práticas culturais ali desenvolvidas e ainda presentes nas memórias de quem os recorda.

Dessa forma, as práticas dos banhos no rio, dos afazeres domésticos, dos desfiles cívicos; as práticas de enterramento e realização de rituais estão perpassadas por uma pedagogia saudosista, que educa para o valor simbólico e sentimental, em que se ancoram

esses lugares.

Assim, as lembranças, os esquecimentos, os afetos e desafetos, os silêncios, gestos que dizem/não dizem e, sobretudo, as histórias, que perpassam esses lugares, são “fontes” sensíveis, memórias recortadas, reconstruídas a critério do pesquisador/historiador (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994). Frutos de um “parto difícil” para a escrita da história.

Neste capítulo, começamos pelos relatos sobre o rio Paraíba, passando pela Escola José Cosme Irmão e o cemitério São José, seguidos de um passeio pelas memórias de outros moradores pedrovelhenses.

2.1 Lugares de memória e história, submersos nas águas de Acauã

“Terra querida” e “Pequeno Torrão”, assim Bartolomeu F. Normando e Ninfa Bernardo nomearam, afetivamente, o antigo distrito de Pedro Velho, na música *Saudade, muita Saudade* (2000), conforme vimos na abertura deste capítulo. Mais recentemente, semelhante sentimento parece ter sido experienciado pelo desenhista Luzinaldo da Silva e pelo carteiro Antônio Galdino, que, “de olhos fechados”, produziram, geograficamente, a pedido nosso, uma imagem do antigo Pedro Velho, de suas lembranças afetivas.

Quantas imagens podemos carregar em nossas lembranças? Não sabemos, mas, geralmente, estão articuladas ao que nos impacta ou nos gera afeto; desenhos, que surgem em nosso imaginário e que se presentificam em nossas lembranças. Falamos aqui de um mapa afetivo, que localiza os lugares de memória existentes apenas nos espaços das lembranças.

Para Vittorassi (2014, p.160), uma das funções dos mapas afetivos é a de “demonstrar como se revelam as lembranças [...] e de que forma elas são transportadas para o papel”, cartografias gestadas no seio da saudade, que tornam vivas as memórias de um Pedro Velho que não existe mais. Percorramos, a seguir, o Pedro Velho das lembranças de Luzinaldo Silva e Antônio Galdino, representadas no Mapa Afetivo:

Nessa cartografia afetiva, a Escola José Cosme Irmão (marcada em vermelho) se localizava nas proximidades da estrada que dava acesso a Aroeiras e se fazia “porta de chegada” no antigo distrito. O rio Paraíba, por sua vez, passava bem ao lado esquerdo da antiga povoação; já o cemitério São José (marcado em azul) aparece situado entre as ruas da Leiteira e Severina Gomes, do lado esquerdo da figura.

Detalhes materiais, como o calçamento, apontavam o lugar onde a Escola José Cosme Irmão havia sido erguida, bem como arroteava a praça Durval Lira de Andrade, finalizando no Portão da Rua. Os portões da Leiteira também foram desenhados, representando, sobretudo, uma das “saídas” de Pedro Velho, que dava acesso ao rio. Esse processo de rememorar, geograficamente, Pedro Velho propicia um verdadeiro “passeio”, por meio das lembranças referentes ao antigo povoado, registros enraizados em um mapa afetivo.

Todos esses espaços ficaram por mais de uma década submergidos e aqui foram relembrados e cartografados quase 18 anos após a chegada da enchente. Esses lugares de memória, mais especificamente o rio, a Escola José e o Cemitério nunca mais existiriam como eram: desapareceram com Pedro Velho. Diante disso, buscaremos, nas páginas seguintes, historiar o Rio Paraíba, a Escola José Cosme Irmão e o Cemitério São José, analisando as práticas educativas que ocorriam nesses lugares de memória.

2.1.1 Um rio de saudades: memórias do Paraíba

Pedro Velho floresceu às margens das águas do Rio Paraíba e estava localizado a cerca de 200 metros da sua margem esquerda. A partir disso, desde cedo, os pedrovelhenses aprenderam a utilizar as águas e os recursos do rio ao seu favor, retirando dele elementos necessários à sua sobrevivência (ANDRADE, 2014). O rio “regia” a vida econômica, cultural, social e, inclusive, em alguns aspectos, educacional, dos pedrovelhenses.

De modo semelhante, as primeiras civilizações, a exemplo das egípcias e mesopotâmicas, localizadas às margens dos grandes rios Nilo, Tigre e Eufrates, e resguardando as devidas proporções, desde cedo, o povoado local conviveu com o Paraíba, nome que deu origem ao estado paraibano. Acerca desse rio, de acordo com Silva (2003, p. 74), ele possui

[...] aproximadamente 300 km de extensão, nasce na serra Jabitacá, no município de Monteiro, com o nome de rio do Meio, sendo sua mais alta vertente originária do Pico da boladeira, a 1.079 metros de altitude. A bacia do rio Paraíba corresponde a 18.000km² e representa 32% da área territorial do estado, que tem mais de 60% de suas fronteiras constituídas de divisores de água, sendo que o contorno sul quase

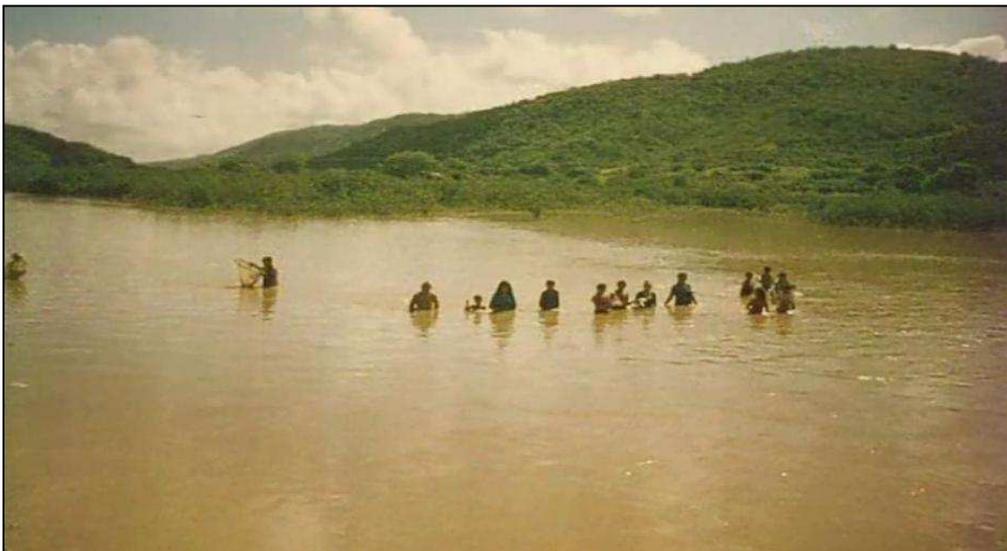
reproduz em escala maior a bacia do rio Paraíba, que deu nome ao estado. O rio nasce numa das regiões mais secas, o Cariri e desagua numa região de riqueza, a região canaveira, na planície litorânea. A maior parte do seu percurso se dá no alto da Serra da Borborema. De lá, desce passando pelo agreste, atingindo o litoral.

Consideravelmente grande em sua extensão, indo do agreste ao litoral, essas mesmas águas do rio Paraíba percorriam as areias brancas do velho distrito pedrovelhense. Segundo a AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba),

A Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, com uma área de 20.071,83 km², compreendida entre as latitudes 6°51'31" e 8°26'21" Sul e as longitudes 34°48'35" e 37°2'15"; Oeste de Greenwich, é a segunda maior do Estado da Paraíba, pois abrange 38% do seu território, abrigando 1.828.178 habitantes que correspondem a 52% da sua população total. Considerada uma das mais importantes do semi-árido nordestino, ela é composta pela sub-bacia do Rio Taperoá e Regiões do Alto Curso do rio Paraíba, Médio Curso do rio Paraíba e Baixo Curso do rio Paraíba (AESA, s/d).

Basicamente, esse rio é composto por três cursos, a saber: o “Alto”, que abrange os municípios de Monteiro, Camalaú, Congo, São João do Cariri, Cabaceiras e Boqueirão. O “Médio”, compreendendo os municípios de Barra de Santana, Gado Bravo, Umbuzeiro, Aroeiras, Natuba, Salgado de São Félix, Mogeiro e Itabaiana e, por fim, o “Baixo”, que abrange os municípios de Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipú e Pilar. Ainda segundo Silva (2003), o rio Paraíba é o mais importante rio do estado, e o significado mais aceito, para seu nome, é de origem Tupi, “rio mau”, numa referência às dificuldades naturais que o rio apresentava no início da colonização, por ocasião das cheias.

Figura 12 – Cheia no rio Paraíba



Fonte: Arquivo pessoal de Gerivaldo Domingos, s/d.

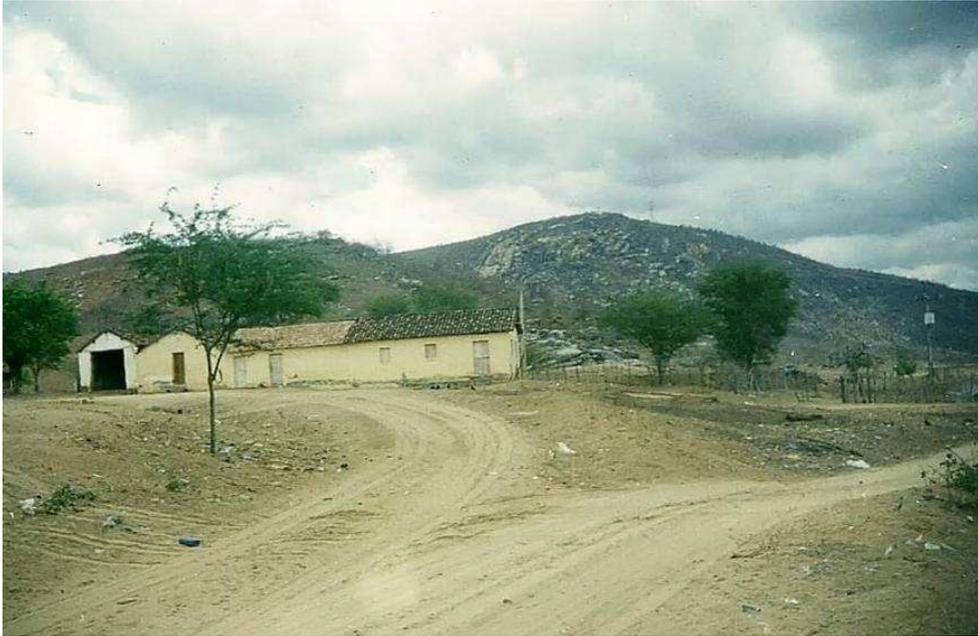
A figura 12 apresenta o Paraíba em uma de suas cheias, passando ao lado esquerdo do distrito de Pedro Velho. Na ocasião, na medida em que as águas barrentas chegavam, alguns moradores do vilarejo aproveitavam para se banhar nelas, quando não, pegavam seu jererê (instrumento de malha trançada) para pescar. Também havia aqueles que se contentavam em ficar nas suas margens, nas noites de luar. Curiosamente, José Lins do Rêgo, escritor paraibano, nascido na cidade de Pilar, ao vivenciar sua espera pelas cheias, pôde narrá-las no livro *Menino de engenho* (1935), da seguinte forma:

De fato, dentro em pouco, um fio d'água apontava, numa ligeireza coleante e espantosa de cobra. Era a cabeça da cheia correndo. E quando passava por perto da gente, arrastando basculhos e garranchos, já a vista alcançava o leito do rio todo tomado d'água. — É muita água. O rio vai às margens. Vem com força de açude arrombado (REGO, 1935, p. 18).

Assim como narrou esse autor regionalista, que vivenciou de perto as expectativas desse momento singular, que é a chegada de novas águas, os pedrovelhenses aguardavam o ano todo pelas cheias: “Já vem em Água Paba”, “Agora está lá em Solon”, “Chegou, a cheia chegou, minha gente”, “vamo simhora pro rio”! Dessa forma, passavam a noite toda “tocalhando” ela chegar, para, em seguida, desfrutar dos bons momentos que ela poderia proporcionar. Embora o grande volume e a força do rio tornassem a passagem aquática, por onde os transeuntes e transportes transitavam, mais dificultosa a expectativa dos banhos e dos lazeres em geral se sobressaiam.

O Paraíba, como assim se referia José Lins do Rego ao rio, também era um lugar de chegada e de partida de muitos conterrâneos e visitantes, especialmente nas festas de Carnaval, São João, Final de Ano e a tão esperada Festa de Janeiro, que, como mencionamos, curiosamente, em 2004, se deu poucos dias antes da enchente. A figura abaixo nos mostra as estradas de terra, situadas mais próximas ao rio:

Figura 13 – Estradas de terra em Pedro Velho



Fonte: Acervo pessoal de Osvaldo Bernardo, 2002.

A estrada, ao lado direito, no sentido João Pessoa, dava acesso ao rio de Pedro Velho e, paralelamente, à rua principal. Já a estrada representada ao lado esquerdo da fotografia dava acesso a Natuba. A casa amarela pertenceu ao Sr. Preto Henrique, pai de Ninfa Bernardo, uma das compositoras da música *Saudade, muita Saudade*. Porém, havia outros caminhos que davam acesso a outras paisagens, lugares, cidades e estados, por onde também circulavam pessoas, animais, automóveis, mercadorias e toda sorte de artefatos culturais, como as louças de barro, cordas fabricadas localmente e comercializadas fora dali.

Desse modo, o rio dava acesso a essas estradas, movimentando o pacato distrito pedrovelhense. Dentre os muitos significados que o Paraíba tinha para os pedrovelhenses, destacamos seus traços simbólicos, como: lugar de chegada e também de partida de pessoas queridas; da pedagogia da espera e da despedida, dos encontros e reencontros; de sociabilidades e brincadeiras, pois, no seu entorno, certas práticas cotidianas, como os jogos de futebol, pique-niques, aulas extra-classe movimentavam a antiga povoação, contribuindo para diversificar a vida pacata do agreste paraibano. Além disso, dos múltiplos significados que o rio adquiriu, estava o fazer, movimentar e pedagogizar o pulsar da vida dos pedrovelhenses.

José Marcos de Brito (2020), quando indagado sobre qual lugar deixou mais saudade em Pedro Velho, assinala que

O rio Paraíba, pois lá era onde todo mundo tomava banho com a família. Um lugar favorável e bom de estar. Escolho esse lugar, porque ele ficou na memória de cada um de nós, tenho certeza disso. Cada um de nós tem uma memória que não se apaga. Na minha mesma tem a areia do rio, onde a gente jogava bola e namorava. Por sinal, conheci minha namorada, que hoje é minha esposa, na areia do rio. Lá, paqueramos, e daí mais tarde namoramos e casamos (BRITO, 2020).

Esse narrador conservou memórias saudosas, nos falando de como a pedagogia da saudade é fruto de um aprendizado advindo, neste caso, da ausência do rio. Ao rememorar-lo, evidenciou, intimamente, lembranças atreladas ao rio, experienciadas mais precisamente em torno de suas areias. A sua esposa, que também é uma de nossas narradoras, relembrou o rio da seguinte forma: *“Ah! Sinto saudade do rio. Muitas saudades. Lá tomei muitos banhos e fiz muitos piqueniques com os meus alunos. Eles e eu gostávamos muito daquela diversão”* (LIMA, 2020). Ainda acrescentou que *“Dos pontos turísticos que a gente tinha lá, próximos ao rio, rememoro o cruzeiro, e especialmente a cacimba, onde a gente se encontrava”* (LIMA, 2020).

As cacimbas, mencionadas por ela, eram buracos cavados nas areias, de modo a se obter água filtrada e menos salobra. Elas eram mais costumeiras nos períodos em que o rio secava. Em relação ao Cruzeiro, citado pela narradora, este foi erguido em uma alta e grande pedra onde os moradores haviam fixado uma cruz de madeira, daí seu nome. Foi um espaço de encontros e sociabilidades para os antigos moradores.

É interessante mencionar que o Rio Paraíba foi chamado pelos colonizadores franceses de Saint-Domingue e, depois adaptado pelos portugueses de Rio de São Domingos. Tempos depois, a expressão “Paraíba do Norte” surge na segunda metade do século XVIII, em referência não só ao rio, mas também à capitania do estado, tendo sido comumente utilizada até a segunda metade do século XX para diferenciá-lo do Rio Paraíba, que também cruza os atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro, localizados na região sudeste do Brasil.

De origem tupi, como já mencionamos, o termo Paraíba foi conservado até o dia de hoje, conforme nomearam os índios que aqui viviam. Acerca desse lugar de memória e saudade, Glauciane Cavalcanti de Medeiros (2020) disse que nele

A gente brincava de brincadeiras diversas. Lavava louças, roupas, geralmente em grandes bacias levadas na cabeça. Tudo isso era feito sobre as pedras que ficavam nas margens do rio e que serviam como apoio. Era muito bom ter o rio perto de casa, como se fosse uma extensão das nossas próprias casas (MEDEIROS, 2020).

O rio, para Glauciane, era “Uma extensão da nossa própria casa”, ressaltando sua presença desde o âmbito das tarefas domésticas – dentro do lar, como para a comunidade, na memória coletiva daqueles que partilhavam as práticas vivenciadas no rio, como as

brincadeiras. Curiosamente, uma dessas possíveis e costumeiras brincadeiras, nas águas do Paraíba, é também narrada como traço forte de um cotidiano, por José Lins do Rêgo (1935, p.10): “- Galinha gorda; - gorda é ela; - vamos comê-la? - vamos a ela”. A brincadeira, cuja galinha era representada por uma pedra, consistia basicamente nisso: os participantes tinham que encontrar a pedra em algum lugar do rio, aquele que a achasse seria o ganhador. Ali também eram desenvolvidas outras brincadeiras, desde as práticas esportivas de vôlei, futsal, futebol, corridas, queimadas à pesca, à agricultura e à criação de animais (como gado e cabras), além das atividades domésticas, das mais diversas, evidenciadas pelas memórias de Glauciane.

Embora existisse uma relação amorosa entre o povoado e o rio, por vezes, essa relação ganhava um novo significado, como o de tristeza, por vê-lo poluído, ou descontentamento, quando ele secava completamente, ou, em contrapartida, enchia demais, causando transtornos de várias ordens, como os muitos afogamentos e acidentes.

Entre os moradores, há relatos de uma grande cheia, em que uma das moradoras, por nome de Maria Seleide Araújo de Medeiros, certa vez, saiu para pescar no rio. Como de costume, gostava de pegar os peixes com as próprias mãos. Naquele dia, dispensou o auxílio de toda e qualquer espécie de rede de pesca. Foi quando enfiou o braço dentro de uma loca de pedra, na tentativa de encontrar algum peixe escondido lá, porém, teve a mão e, conseqüentemente, parte do seu braço preso à pedra. A aflição tomou conta de quem assistia a essa cena, pois, como era época de cheia, o rio não parava de subir. À medida que as horas avançavam, o desespero afligia o povoado e não faltaram ligações telefônicas, para que o Corpo de Bombeiros viesse resolver aquele terrível acidente. Àquela altura, os moradores cogitavam que a resolução seria amputar parte do braço da pescadora, evitando, assim, a morte por afogamento. Por sorte, depois de muito esforço e tentativas sem sucesso, alguém teve a ideia de levar graxa de carro, que, ao entrar em contato com o braço e a pedra, fez o primeiro deslizar e assim obtiveram êxito, antes mesmo que os bombeiros chegassem.

Em todas essas relações amorosas e de conflito com o rio, predominavam os laços afetivos. Tal sentimento era partilhado com os demais paraibanos, de modo geral, conforme veremos na canção do paraibano campinense Zé Ramalho:

Rio Paraíba

O tempo corre mais ligeiro
O calendário resumiu-se a quase um mês
Pelo rio Paraíba, viajei de vez

Essa corrente não me dilacera
Nem desespera, só faz navegar
No meio desse contratempo

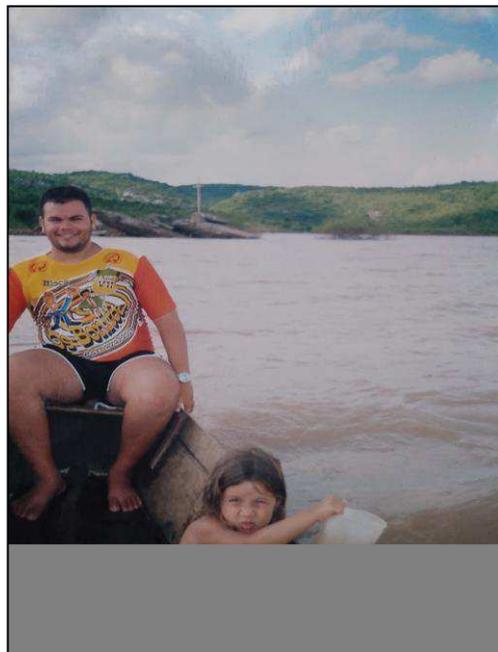
No desatento voto popular
 São teias desse tempo louco
 São veias descem no pescoço
 São vagas, descem do caminho para atravessar
 São vagas, descem do caminho para atravessar

O tempo corre mais ligeiro
 O calendário resumiu-se a quase um mês
 Pelo rio Paraíba, viajei de vez
 Descendo o rio cansado da terra
 Da minha guerra bem particular
 No meio desses amazonas
 De todas zonas águas a rolar
 [...]
 (ZÉ RAMALHO)

O rio Paraíba, narrado por Zé Ramalho, significa um lugar agradável de se estar, onde o tempo parecia passar mais rápido. É no rio onde ele diz ter viajado, apesar das suas águas correntes. Em Pedro Velho, as águas correntes, daquele rio, movimentava o povoado, trazendo cor e cheiro e, conseqüentemente, sentidos à vida paraibana.

Em janeiro de 2004, os pedrovelhenses testemunharam o discurso fílmico se realizar, isto é, assim como profetizou Cirilo, personagem de *Narradores de Javé* (2004): “A sua casa vai encher d’água até o topo [...]. A sua rua vai ser um rio só, e depois um mar”. Passado o susto de vê-lo “virar” um mar, em 2004, os pedrovelhenses a ele retornam; é claro, com antigos e novos usos, conforme demonstra a imagem abaixo:

Figura 14 – Passeio de canoa em Pedro Velho submerso



Fonte: Acervo pessoal de Marinete Bernardo, 2004.

Na fotografia acima, não enxergamos mais aquilo que havia sido Pedro Velho. As águas de Acauã transformaram o rio em um “mar” só. As novas águas, enquanto um dos elementos indispensáveis à vida, banhavam as velhas práticas, despertando outros sentidos, gestando estranhamento, desconfianças e medo. O rio não era mais conhecido, ele não constituía mais “a extensão do lar” dos pedrovelhenses; poucos se arriscavam a entrar com tanta familiaridade em seu leito, recorrendo, constantemente, ao uso de canoas. É o que aponta o registro fotográfico de Paulo Bernardo e Emily Bernardo, que passaram a se relacionar com o rio pelo distanciamento da canoa.

Os passeios de barco, lancha e jet sky se tornaram comuns e atraíam muitos curiosos para ver Pedro Velho submerso. Enquanto isso, os moradores procuravam seus antigos lugares de memória, especialmente, a Escola José Cosme Irmão. Afinal, o que foi feito dela?

2.1.2 A Escola José Cosme Irmão como um lugar de saudade

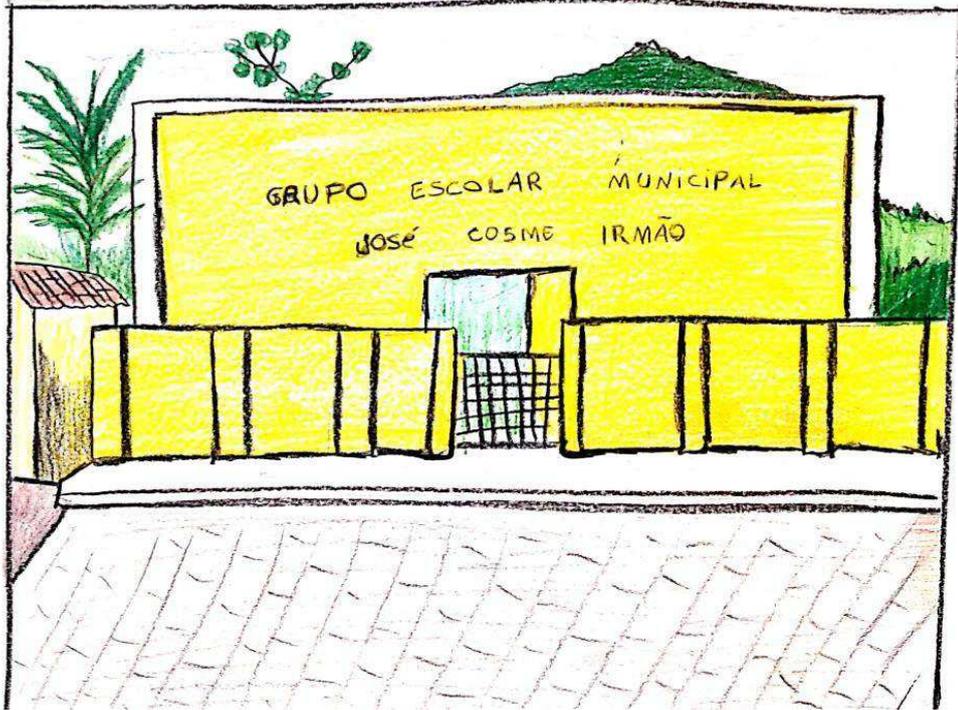
Lembramos que, enquanto tudo estava sendo submergido, um prédio chamava a atenção. Por um instante, era possível ver, em letras garrafais, o seu primeiro nome: “Grupo Escolar Municipal José Cosme Irmão”, hoje, Escola Municipal José Cosme Irmão. Na medida em que as águas se aproximavam e aumentavam, os sujeitos prestavam o último adeus àquela escola, símbolo de muitas histórias tecidas na região.

A Escola Municipal José Cosme Irmão foi fundada durante a gestão do então prefeito João de Brito Lira, que governou Aroeiras entre os anos de 1963 a 1968 e, posteriormente, no período de 1973 a 1976. Foi durante esse período que foram construídos também o calçamento, que, por sinal, iniciava-se em frente a essa escola e, depois de contornar a praça Durval Lira de Andrade, encerrava-se no início do Portão da Rua (local que dava acesso ao rio).

O prédio da escola era símbolo da educação escolarizada no Velho Distrito, pois nele também funcionavam outras instituições escolares. Sua função principal, a priori, era educar alunos e alunas do distrito, interessados em cursar de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, mas também, com a construção de seu edifício, a escola recebeu os discentes da Escola Estadual de Pedro Velho. Além disso, também foi sede para a Escola Municipal Manoel Félix Ismael, que surgiu em 1997 e que, por sua vez, passou a oferecer o ensino de 5ª a 8ª séries, no período da noite. Esse público era, antes da existência da escola, atendido em Aroeiras, localizada a aproximadamente 13 km de Pedro Velho.

Erigida no início do calçamento, na mesma rua do mercado público, a escola recebeu, até o ano de 2004 (período em que suas atividades foram encerradas, em virtude da chegada das águas), discentes advindos de povoados próximos, como Ilha Grande. Naquela época, a média total de alunos era de aproximadamente 350 estudantes.

Figura 15 – Escola José Cosme Irmão



Fonte: Desenho de Luzinaldo da Silva, 2021.

A imagem representa a referida instituição escolar. Mesmo sem ser possível periodizar com tamanha precisão sua datação inicial, sabemos que sua construção se deu no período em que o Brasil vivia a Ditadura Militar (1964-1985). Acerca da arquitetura escolar, enquanto uma das dimensões que compõem a cultura escolar, típica das construções escolares desse período, cabe dizer que, no geral, caracterizava-se pela modéstia dos prédios de baixo custo. Ainda que se tratasse de um edifício simples, conforme a imagem representa, havia um lugar específico para escolarização, sendo símbolo de formação dos sujeitos do distrito. Acerca da arquitetura escolar, Gonçalves (2012, p. 29) sinaliza que

Ela emerge com força no processo de institucionalização da educação como tarefa do Estado no transcorrer do século XIX ao XX. Foi a escola como instituição estatal e a obrigatoriedade da educação escolar que requereu um lugar específico com natureza e programa arquitetônico pensado unicamente como escola.

A construção desse prédio foi um marco para Pedro Velho, uma vez que, antes dele, a educação acontecia nas casas dos professores ou moradores, invadindo o âmbito do privado.

O prédio inaugurou novos tempos de formação para Pedro velho, sendo símbolo do público, da real formalização da educação escolarizada no velho distrito. Como alertou Justino Magalhães (2004, p. 69), a ‘instituição escolar’ está “[...] inserida em contextos geográficos e em tempos históricos marcados por fatores de natureza sociocultural, conjunturas e condições históricas específicas”, nos levando a pensar nos diferentes tipos e modelos de escolas que existiram através de suas historicidades.

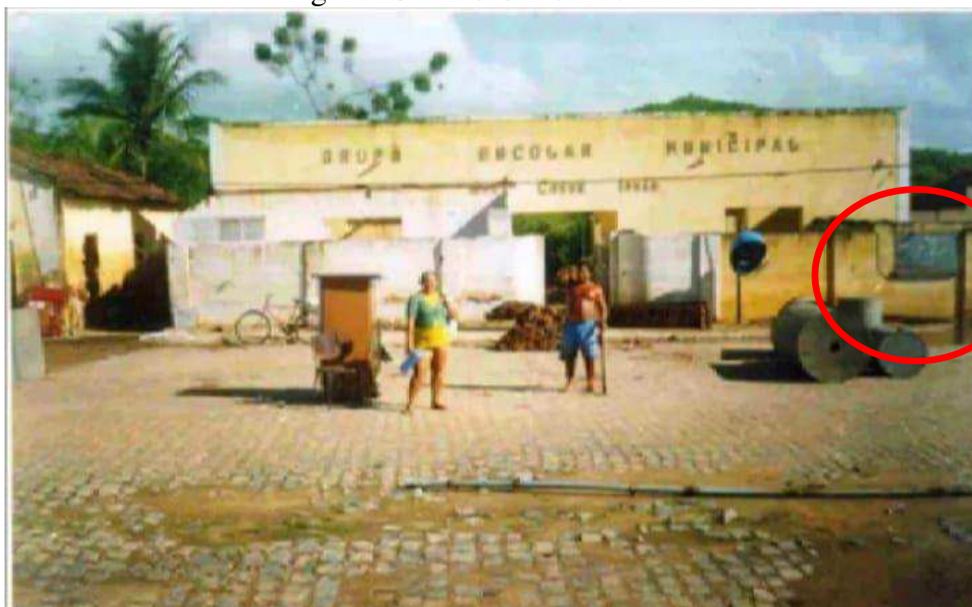
Desse modo, o início da educação escolarizada em Pedro Velho não destoou do resto do Brasil, pois, segundo destacou Gonçalves (2012, p.28), “A escola iniciou em um lugar emprestado e passou a um lugar específico e próprio, saiu da casa do professor e ocupou um lugar público, saiu dos espaços da igreja e passou a um lugar estatal pagão”.

Com a construção do prédio da Escola José Cosme Irmão, acreditava-se em novos tempos para Pedro Velho, estes que foram também submersos quando a Barragem de Acauã chegou no Distrito e inundou a escola. Essa discussão será retomada em nosso terceiro capítulo, quando discutiremos o retorno a essa fragmentação das salas de aula, já que no Novo Assentamento a escola serviria a outros fins, que não os educacionais.

A Escola José Cosme Irmão recebeu esse nome em homenagem ao falecido amigo do prefeito, José Cosme Irmão, que morreu, acidentalmente, na companhia do político, nas proximidades do que veio a ser o Novo Pedro Velho. José Cosme Irmão, que até hoje nomeia a escola, foi casado com Auta Feliciano de Brito, com quem teve uma única filha, Euclídia Cosme de Lira. Segundo relatos, ele era um homem de vida simples, que, durante sua trajetória terrena, dedicou os seus dias ao trabalho na agricultura, criação de poucos gados e confecção de redes. Dramaticamente, José Cosme faleceu em 1952, justamente no dia de Finados. O então prefeito, João de Brito Lira, ao erguer o Grupo Escolar, o intitula com o nome do amigo que se foi.

Em 2004, com a chegada das águas, o ensino e outras práticas relacionadas à cultura escolar foram interrompidas. Na figura que se segue, podemos perceber o início das águas se aproximando. O que nos toca é imaginar a correria e o esforço que os moradores fizeram para salvaguardar a memória escrita dessa escola.

Figura 16 – E. J.C.I. sendo inundada



Fonte: Acervo pessoal de Gerivaldo Domingos, 2004.

Ainda que preservasse, em letras maiúsculas, o seu primeiro nome como Grupo Escolar, há tempos ela havia mudado para “Escola”, e assim continuou sendo chamada, após a construção de seu novo prédio. Seu interior era composto, basicamente, por quatro salas (certa vez, improvisaram outras duas, erguidas, temporariamente e feitas de madeira), uma diretoria, uma cozinha, dois banheiros, um pátio, uma cisterna e a barraquinha.

A padronização e, sobretudo, as marcas do que foram as janelas horizontais, revelam o desconforto térmico a que os alunos estavam vulneráveis. Além disso, a pintura das paredes e o desgaste visível na falta de cuidados, a que esses edifícios constantemente eram (e são) acometidos, era nítido. As impressões de Glauciane Cavalcanti de Medeiros, enquanto aluna dessa escola, são assim anunciadas:

Era uma escola simples. Mas, lembro-me bem, das festividades do dia Sete de setembro. Existia aquela ansiedade, principalmente para quem participava da Banda Marcial da Escola. Lá no sítio, em Pedro Velho, ficávamos contando os dias para que chegasse. Era muito bom mesmo. As participações que a escola tinha nos Pelotões, a gente se empolgava mesmo. Isso animava o lugar e nossas próprias vidas (MEDEIROS, 2020).

Embora suas memórias apontem para um certo passado romantizado sobre a escola, há de se levar em conta que a perda do prédio da antiga instituição atue influenciando o processo de rememoração saudoso dessa narradora. De todo modo, não seria exagero dizer que o cenário educacional pedrovelhense vivia o seu auge naquele período em que foi inundado. As festividades cívicas, como anunciou Glauciane, os torneios de futebol, realizados após os desfiles, o oferecimento do ensino fundamental II, realizado no turno da noite, atestavam a

diversidade de práticas das quais a instituição escolar estava imbuída.

Figura 17 – Performance da Banda Marcial Força Jovem durante Desfile Cívico



Fonte: Acervo pessoal de Gerivaldo Domingos, 2000.

Apesar da pouca qualidade na resolução dessa imagem, é possível observar os animados desfiles cívicos no dia 7 de Setembro, juntamente com a Banda Marcial Força Jovem, atrativo que juntava um grande número de pessoas para o festejo. Essa e outras festividades, como o Dia das Mães e Dia das Crianças, envolviam o calendário festivo, não só do povoado, mas também das demais vizinhanças, como as comunidades de Riachão e Ilha Grande, que vinham de longe prestigiar aquelas práticas culturais. Sobre as preparações e expectativas, Rosana Firmino de Normando (2000) faz o seguinte comentário:

Os professores se reuniam e cada um escolhia um tema pra o Dia sete de Setembro. Por exemplo, saúde, então a gente escolhia aquelas meninas de tal série pra fazer parte da área de saúde. As estações do ano, que a gente sempre batia na mesma tecla [riso], não podia faltar, aí vinha a Independência do Brasil, e com ela os presidentes da República. A gente sempre representava isso e outras coisas nos momentos de desfile. Era um tempo onde a gente não tinha a informática, o celular, o google. A gente não tinha nada para pesquisar, mas a gente era rico em ter a própria memória e ajuda dos colegas, entendeu? E isso sem contar que os pais participavam de formamuito ativa. Então, a gente tinha um vínculo professor-aluno, professor-pai, a gente tinha esse vínculo e era isso que sustentava a escola (NORMANDO, 2020).

Comparando as memórias de Medeiros (2020) e Normando (2020), enquanto aluna e professora da Escola José Cosme Irmão, respectivamente, percebemos que os vínculos afetivos entre os pedrovelhenses, nesse momento do dia Sete de Setembro, eram fortalecidos. Vejamos, agora, um pouco das memórias e do olhar do Sr. José Maria, morador do antigo distrito e pai de ex-alunas da instituição em destaque, ao anunciar que

No dia sete, minhas filhas fizeram vários projetos representando Pedro Velho, sua cultura. Uns representavam á agricultura; outras, os fabriques de cordas, fabriques de louças, panelas de barro, feitas pelas mãos das louceiras, fábricas de queijo que tinha em Pedro Velho. Eram diversas as coisas que as pessoas preparavam para o dia Sete de Setembro. A gente tinha várias culturas. Dá uma saudade danada (FILHO, 2020).

Pelo relato, percebemos se tratar de um momento em que o distrito se mobilizava completamente. Daí, imaginamos a rua, que, com cartazes e adereços, ficava mais colorida para acompanhar as vestimentas usadas pelas alunas, quando marchavam nos pelotões ao som da Banda Marcial Força Jovem. Os tecidos para a confecção das novas roupas vinham de cidades, como: Itabaiana, Campina Grande e da própria Aroeiras, mas as vestimentas eram engendradas pelas costureiras locais. Há de se levar em conta que, via de regra, os pelotões não eram maioria e nem todos participavam deles, já que também implicava novos gastos. Assim, o uso do fardamento escolar era habitual e predominava, conforme a imagem abaixo desvela:

Figura 18 – Desfile Cívico da E.J.C.I.



Fonte: Acervo pessoal de Noemia Bezerra, 2000.

O desfile percorria toda a rua calçada. No mometo do registro da foto, os sujeitos escolares se encontravam ao lado do Mercado Público Municipal. Havia, também, diversas reuniões, eventos e passeatas em torno da escola, atestando a importância que o prédio escolar rural ocupava naquele povoado paraibano.

A figura 19, a seguir, registra o agradecimento feito ao Padre Rômulo, autor da carta “As Pedras Clamarão”, pelo apoio e também pela luta

dos atingidos pela barragem, que reivindicavam melhores condições de vida, com a chegada de Acauã. O padre Rômulo estava engajado nessa luta e foi “porta voz” dos pedrovelhenses.

Figura 19 – Celebração religiosa, saindo em frente à Escola José Cosme Irmão



Fonte : Acervo pessoal de Gerivaldo Domingos, 2002.

A figura representa a chegada da imagem de Nossa Senhora do Rosário no distrito de Pedro Velho. Como era de costume, anualmente, a imagem percorria vários sítios aroeirenses (Peregrinação) antes da Festa da Padroeira de Aroeiras, como é comumente chamada a Festa de Nossa Senhora do Rosário.

A faixa carregada pelos fiéis homenageia o padre Rômulo, que, naquela ocasião, ajudou incessantemente os fiéis católicos durante a enchente, conforme informações de Francisco Xavier Pereira (2022). A instituição religiosa, dentre outras, é emotivamente lembrada por Rosana Firmino de Normando, quando narra suas saudades:

Um saudosismo melancólico, sei lá. Quando se fala de Pedro Velho, é tudo. Pedro Velho em si, cada pedra daquele calçamento, pracinha, o rio. A gente tem histórias ali! A igreja católica, a igreja adventista, da qual eu fazia parte. Quando a gente ia para o cemitério, quando a gente ia para o rio tomar banho, que se juntava aquela turma. Se você me perguntar de que espaço em si que tenho saudades? É da escola! Quando eu vejo aquela foto que a escola tá só com o nome do lado de fora, parte o coração. Hoje, eu consigo falar sem chorar, mas se você me perguntasse isso há dois anos eu não conseguiria falar da enchente sem chorar. Eu aprendi, assim como muitos, aprendemos a conviver com a perda, porque foi repentina e costumo dizer foi um massacre sentimental (NORMANDO, 2020).

A sensibilidade saudosa da narradora está intimamente ligada ao melancolismo, que, conforme afirmou Albuquerque Júnior (2013), nos brasileiros, está ligado à melancolia e à

falta de algo ou alguém com quem se tem laços. Nesse caso, especificamente, Normando chamou atenção para a saudade do distrito e de seus lugares de memória, dentre eles, o rio, a escola e o cemitério. O choro, a dor e a perda vivenciada pelos eventos indesejados, dos quais Rosana, como antiga moradora e professora, relembra fez parte da realidade de outros sujeitos escolares, que, angustiosamente, tiveram que deixar para trás os lugares de suas memórias afetivas e sensíveis, inclusive, um deles é bastante inusitado – O cemitério São José – como veremos a seguir.

2.1.3 “Nossos mortos vão viver debaixo d’água. Não pode!”

A expressão do filme *Narradores de Javé* (2004), que intitula este tópico, traduz a angústia da vida real que se viveu em Pedro Velho. A referida citação se compara ao sentimento de desaprovação que os pedrovelhenses sentiram ao ver/presenciar a inundação de seu Distrito e, com ele, paralelamente estava o Cemitério São José, lugar onde os seus mortos descansavam. Para além de um espaço puramente material, o estudioso Lourival Júnior (2017) chama a atenção para o cemitério como um lugar de memória, patrimônio funerário de um determinado local:

Cemitério: espaço de vivos, habitado pelo morto, abominados por muitos e respeitado por tantos outros. O espaço cemiterial traz em si as dicotomias resultantes de narrativas historicamente construídas que fazem de sua espacialidade um emaranhado de sentimentos que podem ser descritos em histórias contadas durante séculos (ANDRADE JÚNIOR, 2017, p. 143).

Os cemitérios, na modernidade, se constituem também enquanto lugares de enterramento, ossuários, ritos, práticas, túmulos e também espaços de sensibilidade, lugares de memória e de afloramento de diversos sentimentos, além das muitas histórias que o cercam, as quais, corriqueiramente, costumam ser associadas à existência de fantasmas e/ou assombrações.

O cemitério São José, como o seu próprio nome denuncia, carregava consigo elementos da religiosidade católica, que apontam José como o pai humano de Jesus. Apesar do predomínio da religiosidade católica, nele eram enterradas pessoas de todas as religiões e lugares circunvizinhos.

Figura 20 – Cemitério São José



Fonte:Arquivo pessoal de Francisco Pereira Xavier, 1997.

Inicialmente cercado por varas, ao longo do tempo, o cemitério recebeu um muro de alvenaria, mas, por vezes, quando partes do muro vinham abaixo, por falta de cuidados e reparos, recebia manutenção dos próprios moradores. Lá estavam também enterrados os corpos de moradores das populações circunvizinhas, a exemplo de Ilha Grande, Junco, Riachão, entre outras. Curiosamente, o cemitério era o espaço público situado mais próximo ao rio, tanto que um dos trechos do rio recebeu o nome de “Portão do cemitério”.

Na figura 20, vemos Francisco Pereira Xavier olhar para o fotógrafo, enquanto um de seus braços se apoia no portão de madeira que dava acesso a parte interna do espaço cemiterial. Do lado de fora, a vegetação se faz notável, possivelmente, se tratava de um período chuvoso. Mas, apesar disso, não foram poucas as vezes que os moradores se juntaram para retirá-la, varrendo (com vassouras de mato, colhidas nos arredores do rio) e agoando a “braço a estrada de terra batida” que dava acesso ao portão de madeira, pelo qual centenas de pessoas entravam naquele modesto cemitério. Outras pessoas cuidavam em fazer a limpeza dos túmulos de alvenaria, limpando-os e pintando-os para receberem flores, velas e homenagens das mais diversas aos seus mortos, especialmente, no Dia de Finados.

No entorno do cemitério, também estavam localizadas a Igreja de São Sebastião, algumas vazantes onde havia plantações de frutas e legumes e o rio Paraíba, localizado no

sentido esquerdo da imagem. Segundo Andrade Júnior (2008), a instalação dos cemitérios obrigatórios no Brasil, na primeira república (1889), se deu mediante o Decreto Federal Nº 789, de 27 de setembro de 1890. A partir disso, áreas mais apropriadas e determinadas para as sepulturas foram surgindo, embasadas ainda pelos discursos higienistas do século XIX.

Questões atreladas às más condições de saúde, devido à decomposição dos mortos, que eram enterrados dentro das igrejas, por exemplo, passaram a ser condenadas pela ciência que marcou aquele século. Assim, surgiu a necessidade dos cemitérios extramuros, os quais, diferentemente da Idade Média, passaram a ser construídos geralmente afastados das ruas, em lugares esquisitos e solitários.

Apesar de não conseguir periodicizar o surgimento do cemitério São José, o registro mais remoto que encontramos sobre ele diz respeito ao enterramento de Francisco Cosme de Brito, bisavô do historiador paraibano Wanderley de Brito. Segundo Brito (2020), o seu antepassado foi enterrado lá em 1918. Possivelmente, o cemitério fora construído bem antes do século XX. No entanto, ao certo, sabe-se que ele foi construído mais afastado das ruas principais de Pedro Velho, especialmente da primeira rua lá fundada, chamada de “Rua Velha”.

A partir disso, indagamos: Será que houve o mínimo de cuidado em relação às questões higiênicas e de saúde quando as águas cobriram o cemitério São José? Quanto aos moradores que retiravam do rio os peixes para sua subsistência, será que ficaram confortáveis em saber que esses mesmos peixes possivelmente estariam se alimentando dos resíduos mortais, abrigados pelo velho cemitério? Essas são questões que precisam ser refletidas, visto que a Barragem de Acauã estava embebida pelo discurso do progresso e do desenvolvimento.

No tocante aos enterramentos, em Pedro Velho, essa prática se modificou ao longo dos anos, sendo os mortos enterrados em redes e, posteriormente, em caixões. Para aqueles que não tinham condições de custear o enterro de seus entes queridos, caixões comunitários (chamados de caixões da caridade) lhes eram destinados, a fim de trazê-los a sua eterna morada. Naquele lugar heterotópico, como diria Michel Foucault (2009), ao se referir ao cemitério enquanto um lugar de hierarquias, existiam pelo menos três tipos de túmulos, compostos por covas rasas, alguns túmulos médios, feitos em alvenaria, e poucos jazigos que abrigavam mais de um corpo, estes últimos eram reservados para famílias tradicionais de Pedro Velho, como era o caso da família Cosme de Brito e da família Batista.

O jazigo da família Batista era suntuoso, visível por uma cruz em mármore, que chamava atenção dos que por lá passavam. Certa vez, essa cruz foi retirada às escondidas do cemitério, pela turma do 8º ano da Escola Manoel Félix Ismael, na tentativa de enfeitar uma

das salas de aula, para comemorar o Halloween, mas foram descobertos pela família e os planos foram frustrados.

Um dos muitos fatos curiosos é que as populações de Riachão, Mangabinha, Cabeça de Nego, entre outras, que residiam nas comunidades situadas entre Aroeiras e Pedro Velho, quando já cansados do longo percurso até o cemitério, trazendo em seu trajeto os caixões carregados nas mãos, utilizavam para descansar uma pedra cumprida, que ficava do lado esquerdo da estrada (a uns 2 km do antigo Pedro Velho). Esse apoio era/é chamado de “Pedra do Caixão”.

Figura 21 – Pedra do Caixão



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

O antigo cemitério de Pedro Velho, administrado pela Prefeitura Municipal de Aroeiras, se constituía também como um lugar de afloramento de sentimentos, tais como: dor, tristeza, saudade e medo, mas também de alegrias e sociabilidades, especialmente no Dia de Finados, onde o velho espaço ficava colorido com flores e velas, espaço de sociabilidade para centenas de visitantes, que, no Dia de Finados, se encontravam para participar de missas e outras práticas lá realizadas.

Acerca desse dia, Glauciane Cavalcanti de Medeiros (2000) rememorou que “o cemitério São José era muito visitado. Todos acendiam muitas velas e, à noite, ele ficava muito iluminado, ao contrário de hoje em dia”. Para a narradora, o atual cemitério São Sebastião “parece ser pouco visitado, até mesmo no Dia de finados” (MEDEIROS, 2000). A falta de identificação com o novo espaço gesta a ausência de afetividade, sentimento que movia os habitantes de Pedro Velho a visitar seus mortos. Segundo Lourival Júnior (2017), o dia de todos os mortos ou finados foi instituído pela Igreja Católica no século XI, no entanto,

já era uma característica dos povos antigos, que cultuavam seus mortos de maneiras diversificadas.

Outro fato curioso diz respeito a José Cosme Irmão, cujo nome estampou a escola, senhor que faleceu drasticamente em 1952, justamente no dia de Finados, pois, quando desceu do Catolé (lugarejo que ficava a aproximadamente 3 km de Pedro Velho), para visitar covas dos seus entes queridos, enterrados no São José, o cemitério local, ao voltar para casa, José Cosme aceitou uma carona oferecida pelo amigo João de Brito, vindo a falecer após o caminhão, em que estavam, faltar freio. Anos depois, já no posto de prefeito, João de Brito Lira ergueu o Grupo Escolar e o nomeou com o nome do falecido amigo: José Cosme Irmão.

Nesse sentido, não faltam relatos de visões e escutas assombrosas no entorno do cemitério São José. Relatos de bebês mortos, que se arrastavam pela estrada, e escutas de uivos aterrorizantes, em noites de lua cheia, tornavam quase impossível as pessoas passarem em sua frente, desacompanhadas. Apesar disso, era um espaço importante para os pedrovelhenses e demais vizinhanças. Essas e as demais práticas, aqui lembradas, foram interrompidas com a inundação do lugar, quando os mortos foram duplamente enterrados e os vivos pouco puderam/quiseram fazer, para que tamanho transtorno fosse evitado. Conforme muitos deles relatam: *“Só nos restou saudade e nada mais!”*

Figura 22 – Restos dos túmulos do antigo Cemitério São José, em Pedro Velho



Fonte: Iordam Gomes, 2020.

Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2013, p.160), estudioso que tem se dedicado ao estudo da saudade, “o sentir saudades está intimamente ligado a eventos marcados pela perda, pela ausência, pela mudança que não se deseja, pelo desaparecimento ou distanciamento de algo ou alguém com quem se tem laços afetivos existenciais”. Das sensibilidades narradas pelos pedrovelhenses, fica evidente o sentimento saudoso quando se referem ao antigo cemitério São José, conforme relembrou Rosana Firmino de Normando (2020), ao nos contar que sente

[...] um saudosismo que é ligado à tristeza. Quando se fala de Pedro Velho, sinto saudades de tudo. Do conhecido portão do cemitério, que, pra mim, era o mais movimentado, quando a gente ia pro rio tomar banho e se juntava aquela turma lá. (NORMANDO, 2020).

A ausência do rio, de se banhar em suas águas, da praça e dos lugares de memória, como o Cemitério São José, faziam parte da sua rota diária, ganhando um tom saudoso nas palavras da portadora dessa sensibilidade. Complementando a narrativa citada, Glauciane Cavalcanti de Medeiros (2000) relembra que “*Em Pedro Velho, cada via de acesso ao rio recebia os seguintes nomes: Portão do Cemitério, Portão da Rua Velha, Portão da Leiteira, Portão de Zé bodinho e Portão da Rua*”.

No que diz respeito ao Portão da Rua, ele era localizado próximo ao que veio a ser o centro de Pedro Velho; por lá, passavam pessoas que iam para outros estados, bem como para a capital João Pessoa. Já para chegar ao Portão do Cemitério, era necessário passar pela estrada localizada em frente ao Cemitério São José. Naquelas redondezas, os pedrovelhenses, costumeiramente, banhavam-se nas águas do rio, praticavam esportes, realizavam atividades domésticas, especialmente, lavagens de roupas e de louças, realizadas nas pedras, nas margens dos rios.

Com a inundação do cemitério São José, houve um duplo sepultamento: o primeiro provocado pelas águas que inundaram o lugar; o segundo pela ausência das práticas culturais que lá aconteciam (de enterramento, dos ritos, da devoção e das visitas ao cemitério, este que foi totalmente submerso no ano de 2004). Com a estiagem e o baixo nível do rio, o antigo cemitério ficou a mostra, conforme podemos ver na imagem abaixo:

Figura 23 – Ruínas do Cemitério São José



Fonte: O Ingaense, 2017. Disponível em <http://www.oingaense.com.br/2017/04/ha-algo-de-podre-no-reino-das-aguas-de.html?m=1>. Acesso em: 03 jul. 2021.

Na ocasião do registro fotográfico, entre as ruínas do antigo cemitério, dava-se a retirada dos restos mortais, submersos por mais de uma década. Além das ruínas, podemos ver funcionários da Prefeitura Municipal de Aroeiras. A pessoa que aparece, em primeiro plano, é popularmente conhecida como Edinho, um dos coveiros que se encarregou de fazer o translado e relocação dos restos mortais para o novo cemitério, o São Sebastião, inaugurado em 2017, já no “Novo Pedro Velho”. Essa ação só foi possível depois das reivindicações das pessoas locais e do Movimento dos Atingidos pela Barragem – MAB.

Enquanto um lugar de memória e de saudade, o antigo cemitério São José é narrado pelo padre local, Francisco Pereira Xavier (2021), com as seguintes palavras:

Na minha época, celebrávamos missas lá em frente ao cemitério, que tinha um portão de madeira muito bem feito. Varríamos bem barrido, depois agoávamos e assim celebrávamos missa lá no São José. [...] no período que o cemitério permaneceu em baixo das águas, muitas famílias ficaram acendendo as velas em suas próprias casas ou no cemitério de Aroeiras, mas sempre com aquela intenção. Até que as águas baixaram e muitas famílias voltavam ao antigo Pedro Velho para acender velas nas velhas ruínas do que sobrou do São José, isso foi muito comum até a construção do novo cemitério (XAVIER, 2021).

Um olhar mais atento certamente percebe elementos saudosos na narrativa desse narrador, que se sente desconfortável diante daquela realidade vivenciada à época. As ausências dos costumes, como as celebrações de missas, do acender de velas, acionadas pelas memórias, certamente atuaram como formadora das sensibilidades desse saudoso narrador.

No entanto, o que nos chama atenção é o significado que a palavra intenção ganha em suas palavras: “Naquela intenção”. Possivelmente, ele faz referência à devoção/respeito que

os vivos não podiam esquecer de prestar aos seus mortos. Antes do novo cemitério ser erguido – o São Sebastião – os enterramentos aconteciam no cemitério da cidade de Aroeiras.

O São Sebastião do Novo Assentamento, antigo São José, de Pedro Velho, veio a ser construído no ano de 2017, após muitas lutas e reivindicações. Seu nome foi mudado sem haver consulta pública, apesar de considerável parte da população se fazer presente na cerimônia de inauguração, conforme podemos visualizar na figura 24 que se segue:

Figura 24 – Inauguração do Cemitério São Sebastião, no Novo Pedro Velho



Fonte: MPF. 2017. Disponível em: Barragem de Acauã: inaugurado cemitério para comunidade de Pedro Velho(PB) (jusbrasil.com.br) Acesso em: 03 jul. 2021.

O novo cemitério surgiu 13 anos após da inundação. Em sua inauguração, estiveram presentes autoridades políticas, o Ministério Público Federal, jornalistas e muitos moradores locais. Podemos dizer que, no antigo Pedro Velho, os mortos foram duplamente sepultados. O primeiro deles, naturalmente, foi feito pelos homens, que viam no antigo cemitério um lugar onde seus mortos pudessem ter descanso eterno em uma morada eterna. O segundo foi feito pelas águas, quando os afogou dentro dos seus próprios túmulos, soterrando-os ainda mais.

Dessa forma, conforme cantou Bartolomeu, as águas chegaram “sem respeitar nada” e assim deixaram os mortos em baixo d’água por mais de uma década. Somando-se a isso, o fato de “*perdermos nossas moradias, nossos bens íntimos, e até perdemos também a nossa dignidade*” (FILHO, 2020). O narrador cita suas principais perdas, cujos maiores responsáveis foram do Governo do Estado da Paraíba, o qual aparece como violador dos direitos humanos, quando, na verdade, deveria ser um guardião deles. Na época, os sobreviventes daquele pesadelo lamentavam aquela dada realidade em que foi gestado o novo Pedro Velho, no qual muita coisa mudou, como veremos a partir de agora no último capítulo.

CAPÍTULO III – DE ABRIGO À INSTITUIÇÃO ESCOLAR: LEMBRANÇAS DA NOVA ESCOLA JOSÉ COSME IRMÃO

 *Ah! Como dói*

Ah! Como dói olhar de cima abaixo e ver tudo acabado, do cafundó até a esquina do mercado, de seu Nino ao outro lado onde seu Preto morou.

Ah! Como dói, a água chegou forte e não respeitou nada, casas, igrejas, alpendres e calçadas, da escolinha e da pracinha, nada, nada restou.

Ah! Como dói ter que voltar no tempo pra contar história, pegar raspas na leiteira, escutar lorota de Joquinha potoqueiro e de Zezé de João Dandão: Era playboy, era cantor que se dizia, goleiro de seleção, seu Zezinho desmentia, Caboclo dava razão e seu Gabriel gargalhava

Ah! Que tempo bom! Domingo na feirinha, jogar conversa fora na barbearia, assistir o show de bola do Vale do Paraíba de Francisquinho, João Basílio e

Seu Durval. Lá no bilhar, Manoel Felix dava pontos a Dedé Batista mas ele não encarava Galego de João Cupira, de tudo, tudo isso, só saudade resta.

Como esquecer o bangalô avarandado lá da rua velha? O parque de seu Pedro animando a festa, a primeira volta sem pagar o carrossel? Como esquecer o pé-de-pau de Zezito, sobe não sobe a ladeira, o cacimbão de ilha grande, pitombeira, esperar cheia no rio com o jerere na mão?

Como esquecer o namoro de olho lá na Pedra do cruzeiro, na madrugada a voz do seresteiro, de tudo, tudo isso, só saudade resta.

Meu vilarejo, meu torrão, guardo você no coração. Como esquecer o namoro de olho lá na Pedra do cruzeiro, na madrugada a voz do seresteiro? Isso maltrata, isso dói de mais.



(Bartolomeu Firmino de Normando, 2000)

A letra da música *Ah, como dói* (2000), enquanto registro histórico sensível, representa dores humanas, provocadas pelas águas de Acauã. Mais precisamente, a dor ao ver o antigo Pedro Velho inundado, pois, conforme expressou Bartolomeu F. Nomando, lhe doeu “olhar de cima abaixo e ver tudo acabado”, “nada, nada restou”. Para o compositor pedrovelhense, a dor era um sentimento constantemente presente em seu lembrar “as casas, igrejas, alpendres e calças”, além da “escolinha”, tudo isso estava imerso no surgimento do Novo Pedro Velho/Assentamento.

Por volta do ano de 2002, o Novo Pedro Velho, ainda em construção, começou a receber os primeiros ribeirinhos, como os povos de Junco, Ilha Grande e Cajá. É nesse cenário de dúvidas, incertezas, estranhamentos, medos e muitas transformações, em que a sociedade do Novo Assentamento estava imersa, que foi erguido o novo prédio da Escola José Cosme Irmão, instituição escolar que surgiu como fruto de tantas outras que foram submersas pelas águas da Barragem de Acauã.

Diante disso, sua cultura escolar sofreu reconfigurações significativas, pois o espaço físico da escola serviu de abrigo para cerca de sete famílias pedrovelhenses que estavam sem moradia. Paralelamente a essa realidade, a escolarização se dava em lugares adaptados e inadequados para a educação escolarizada, a exemplo de casas de placas e, até mesmo, em casas de alvenaria, ainda em construção, conforme apontam os relatos orais que tivemos acesso.

Pensando nisso, as contribuições de Faria Filho são indispensáveis para análise dos documentos históricos, principalmente, as memórias escolares. Esse autor compreende o conceito de cultura escolar como sendo “os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares” (FARIA FILHO, 2007, p.195).

Percebe-se que a cultura escolar de uma instituição educativa agrega sentidos e aspectos diversos, sendo as sensibilidades e materialidades escolares, referentes à E.J.C.I., as mais exploradas neste capítulo, visto que é possível, por meio desse conceito, desnaturalizar a escola, já que, para esse estudioso,

A noção de cultura escolar ocupa um lugar de particular importância. Isso pelo fato de ela permitir articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa o fenômeno educativo dentro de uma história concreta e particular, isto é, a cultura escolar como uma categoria para se estudar o processo de escolarização que se dá num determinado momento (FARIA FILHO, 2004, p. 153).

Em consonância a esse pensamento, buscaremos analisar a cultura escolar da instituição educativa em questão, investigando o difícil processo de escolarização entre os anos de 2002 a 2005, da Escola José Cosme Irmão, sobretudo, através das memórias dos seus

sujeitos escolares, que, efetivamente, vivenciaram aquele passado narrado.

A partir de agora, o leitor é convidado a continuar conhecendo o passado, especialmente pelas lentes de uma instituição escolar, que foi símbolo de um difícil recomeço educacional – indo de abrigo à instituição escolar – no novo contexto geográfico em que estava inserida, ou seja, no Novo Pedro Velho, ou como alguns o denominaram, o verdadeiro sauveiro!

3.1 “O lugar para onde fomos era um sauveiro”

O barulho dos caminhões, subindo as serras escorregadias e lamacentas, rumo àquele novo espaço, podia ser escutado de longe. Eles levavam os últimos pedrovelhenses, que “teimaram até o fim, expremidos no pé da represa olhando sem crê no que os olhos iam vendo” (*Narradores de Javé*, 2004), trazendo consigo, além do que restou de seus pertences, o peso nos ombros do descontentamento causado pela Barragem Argemiro de Figueiredo.

“Ah! como dói”, lembrar e imaginar. Esse registro sensível nos faz refletir sobre a chegada das águas de Acauã, que, de forma contraditória, ensinava aos moradores que desenvolvimento e progresso também causam “*convivência com a perda, que foi repentina e, costume dizer, foi um massacre sentimental*” (*NORMANDO*, 2020). Mesmo assim, os pedrovelhenses, enquanto sobreviventes, ainda desorientados e contrariando os seus próprios gostos, subiram para o Assentamento no verão de janeiro de 2004. Acerca das impressões sobre esse novo lugar, José Maria da Silva Filho faz a seguinte reflexão:

Nós pensávamos que teríamos uma morada melhor, além de ir para um lugar que tivesse mais infraestrutura, mas, infelizmente, os órgãos públicos nada fizeram. Eles mentiram, nos iludiram, nos trouxeram e jogaram num terreno comprado, sem moradias dignas, sem infraestrutura. É isso o que nos dói e é isso o que fez com que ficássemos indignados ao deixar Pedro Velho e ir morar em uma vila toda mal estruturada! Sem estrutura nenhuma para os moradores que eram de Pedro Velho e de outros lugares. Nos enganaram! (SILVA FILHO, 2020)

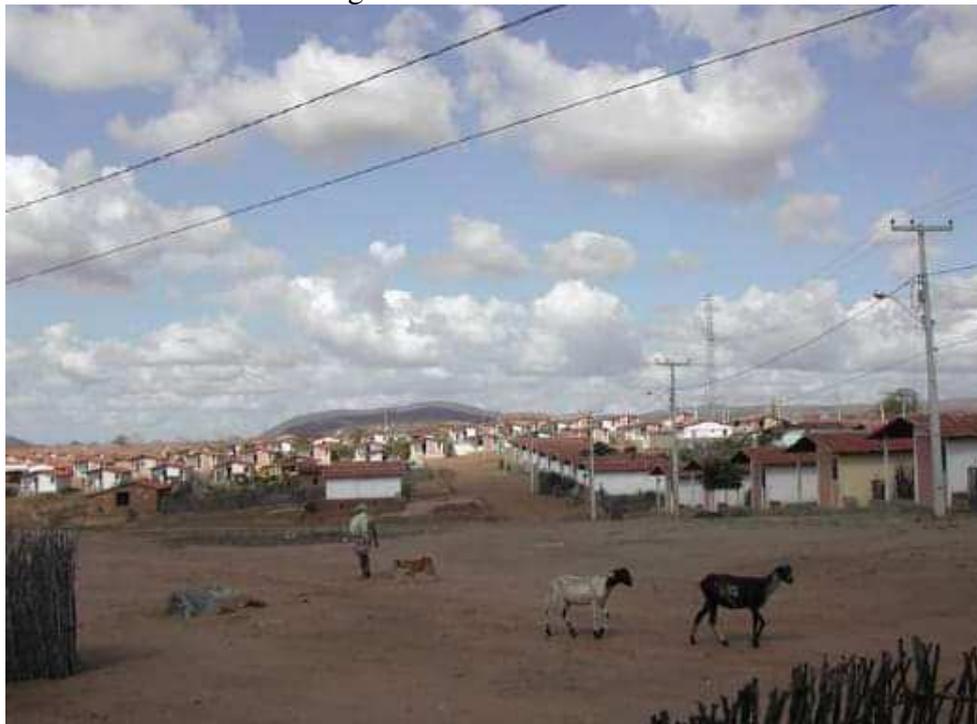
A dor expressa na canção “*Ah, como dói!*” se fazia presente no “massacre” citado por Normando (2020), bem como na dor que provocou indignação em Silva Filho (2020), mesmo que sentida de formas diferentes. “Uma vila” determina o espaço para onde vieram e, visivelmente, trazia descontentamentos. Múltiplas também foram as formas de nomear, revelando a falta de identificação com o novo lugar a que chamavam de lar: desde Vila Nova, Vila, Pedro Velho, Novo Pedro Velho à Novo Assentamento, designações que se referiam às novas terras que ficavam a 2 ou 3 quilômetros do antigo distrito; naquela altura, já totalmente

submerso pelas águas. Indagado sobre o que esperava encontrar no Novo Assentamento, José Maria da Silva Filho respondeu que

Ao menos o que nós tínhamos em Pedro Velho. Em Pedro Velho, costumávamos trabalhar com agricultura, com hortaliças, tomate, pimentão. Chegamos aqui, em cima, pensando que íamos ter a mesma dignidade, que o governo ia desapropriar terras, trazer água para o nosso lugar e a gente pudesse ter uma vida melhor, mas, não. Foi diferente. Jogaram-nos ao léu. Hoje, ainda, tem muitos pais de família desestruturados, sequer possuem uma moradia. Foi isso o que nos restou dos gestores da barragem de Acauã (FILHO, 2020).

Em Pedro Velho, os antigos moradores criavam e plantavam livremente às margens do rio, tinham acesso a recursos básicos, como moradia e água, elementos cruciais que lhes faltaram no novo lugar. A sensação coletiva era de perda da dignidade humana, de desilusão. Na figura 25, podemos visualizar traços que compunham o Novo Assentamento.

Figura 25 – Novo Pedro Velho



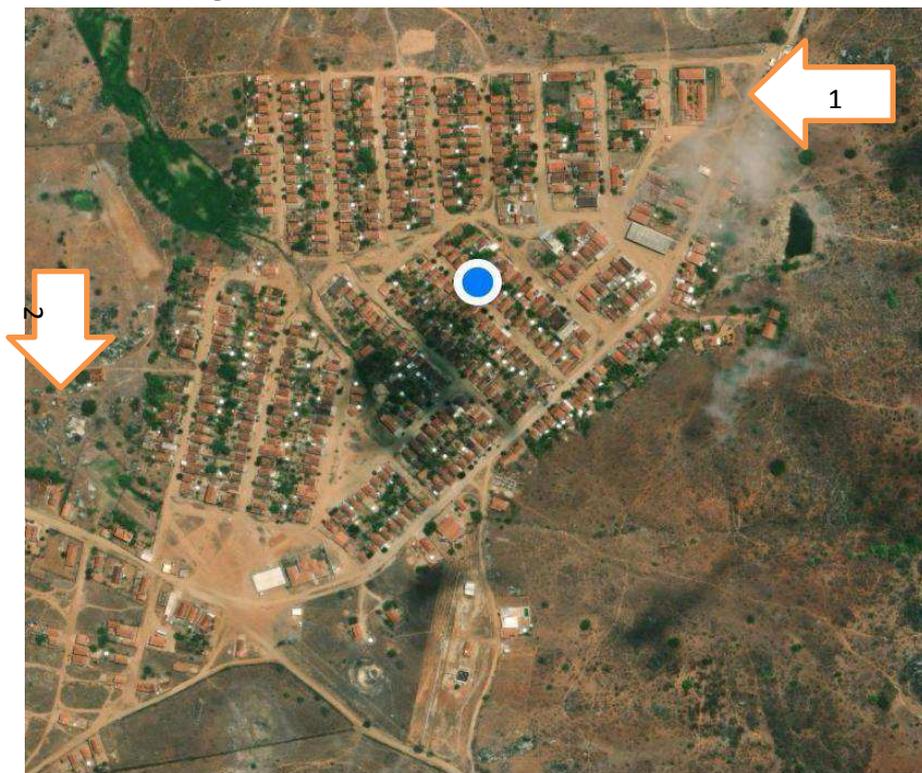
Fonte: Acervo pessoal de Iranildo Firmino de Normando, 2004.

Casas padronizadas, separadas por ruas demasiadamente largas, divididas em fileiras (feitas de placas pelo Projeto Mariz, conforme já mencionamos). Repetitivas e uniformizadas, elas não expressavam, com familiaridade, a “cara” de seus moradores. Comparando o ‘Antigo’ com o ‘Novo Pedro Velho’, é nítido que em nada se pareciam, tudo estava totalmente transformado. Poucas cores, ausência de calçamento em todas as ruas, bem

como de energia elétrica (apesar da presença dos fios e postes). Água potável insuficiente para todos, falta dos “ares de urbanidade”, gestava de fato um ambiente ruralizado, não aos moldes de uma paisagem natural, mas construída e arquitetada para tal.

A criação de animais continua, no entanto, agora como uma prática reconfigurada. Se antes se alimentavam ao redor das margens do rio, agora estão soltos pelas ruas, em busca do que comer e beber. Não se viam mais as tradicionais conversas nas calçadas, causada pela dispersão dos próprios vizinhos que, *a priori*, se quer sabiam onde se localizavam as novas moradias das antigas vizinhanças. Tudo isso atestava o descaso e a fragmentação causada pela desterritorialização do novo espaço, construído para receber e dividir os ribeirinhos de Cajá, Ilha Grande, Junco e Pedro Velho. Na imagem que se segue, é possível mapearmos a configuração espacial do Novo Assentamento:

Figura 26 – Novo Pedro Velho atualmente



Fonte: Google Maps, 2022.

A seta 1 aponta para a localização da nova Escola José Cosme Irmão (a direita da imagem), situada quase no final do distrito. Já a seta 2 demarca o novo cemitério São Sebastião (seta ao lado esquerdo da imagem), localizado na entrada, sentido Aroeiras/Pedro Velho, respectivamente. Em expansão territorial, tem-se um lugar bem maior que o antigo Pedro

Velho, além de uma maior ocupação populacional. A proximidade com a cidade de Aroeiras passou a ser cerca de 12 km, já que antes era de 17 km, ou seja, uma diferença de 5 km mais próximo da cidade.

Um cenário de muitas mudanças pairava no ar, causando muitos estranhamentos. Sem o rio por perto, as atividades domésticas, como as lavagens de roupa, por exemplo, eram feitas nos arredores dos barreiros ou em tanques de pedras, que armazenavam água da chuva. Os roçados passaram a ser feitos, segundo a permissão dos proprietários das terras privadas, cedidas aos agricultores. No texto *O espaço em cinco sentidos*, Albuquerque Júnior (2008, p. 108) aponta que

Os espaços não se resumem a sua dimensão física. São as práticas que trabalham este espaço, que o tornam vivência e experiência; são os sentidos que seus praticantes lhe dão, são os desejos, fantasias, sonhos, imagens sobre ele se projetam, que o constituem como espaço social, cultural e histórico.

A citação aponta para diversas sensibilidades que constituem e dão sentido ao lugar, dentre elas: fantasias, sonhos, desejos e também as projeções imagéticas, que foram tecidas acerca dele. Em relação às imagens projetadas sobre o Novo Assentamento/Novo Pedro Velho, apesar de ser um lugar maior territorialmente falando, o estranhamento e o descontentamento são evidências sensíveis, lembradas por Filho (2020), o qual narrou que seus olhos enxergavam o novo espaço como um “sauveiro”, metáfora usada pelo narrador, que atribui esse significado ao novo lugar, se referindo, inclusive, à falta de muitas saídas terrestres para outros estados, cidades e lugares, questão que ele – como motorista – aparentava estar profundamente afetado.

Além disso, a dita metáfora nos leva a imaginar um considerável número de pessoas indo e vindo praticamente pelas mesmas saídas e entradas terrestres. Outra hipótese possivelmente está relacionada ao mecânico e repetitivo cotidiano, tão presente naquele novo contexto geográfico, no qual os pedrovelhenses e demais moradores tiveram que se readaptar.

Já José Marcos (2020) disse ter sentido na pele “*um aperto no coração em relação a saber como seria esse Novo Pedro Velho*”, aperto que se somou ao fato de vivenciar a falta de moradia, é o que ele cita, quando diz: “*Na época, minha mãe ganhou uma casa de placa, então eu botei meus troços na casa dela. Só depois construí minha casa*” (JOSÉ MARCOS, 2020). Ao entrevistar sua esposa, um silêncio tomou sua fala durante o depoimento, foi quando Maria Solange (2020), revelou que teve “*Medo do novo. De ir para aquele novo lugar*”.

Para Michel Pollak (1989), o silenciamento sobre o passado nem sempre quer dizer

esquecimento, pelo contrário, ele vê nesse ato uma forma de resistência: da memória, ressentimento, trauma, dor, angústia ou desgosto, sensibilidades essas compartilhadas e coletivas em Pedro Velho, é o que podemos também constatar no poema *Saudade de Ilha Grande* (2002), escrito pelo Sr. João Fulô:

Barragem ingrata e ruim
 Foste tu meu prejuízo
 De falar nela eu preciso
 Todo cheio de **agônia**
 De água Paba a Melância
 Resta somente **saudade Pranto, dor e mal vontade, Tristeza e nostalgia** [...]
 Depois da água cobrir
 Não se ver ninguém rir
 Todos correram dali
 Já perdendo a **esperança** Homem, mulher e criança Chorando,
 dando uma prova
 Vou morar em Vila Nova
 Pra viver só de **lembrança**. [...]
 (JOÃO FULÔ, 2002. *grifos nossos*)

No poema, as palavras em destaque atestam as muitas sensibilidades timbradas na fonte histórica (PESAVENTO, 2007), sendo elas: a agonia, a saudade, o pranto, a dor, a má vontade, a tristeza, a nostalgia, a esperança e as lembranças. “Vila Nova” é o nome que o autor se refere para discutir o Assentamento. Esse registro histórico, ou seja, o poema foi produzido pelo ilhagrandense João Fulô, também atingido pela Barragem de Acauã, expressando o gestar de uma memória coletiva, que une o grupo dos atingidos por Acauã.

Nesse sentido, “Pra viver só de lembrança” nos remete a uma observação feita pelo estudioso Maurice Halbwachs (1990), este que foi pioneiro no estudo da memória enquanto fenômeno social. Para ele, as memórias individuais dialogam com a coletividade, fazendo uso de símbolos, valores e contextos sociais. Em seus escritos, tomou como exemplo a memória dos judeus, no campo de concentração nazista, os quais perderam suas famílias, trabalho, bens materiais, mas não suas memórias, ou seja, suas antigas lembranças. Guardando as devidas proporções, encontramos semelhanças nessas reflexões teóricas do autor em Pedro Velho.

Já no poema *Difícil a vida é lá* (2009), Abel Francisco de Andrade narrou partes de suas experiências com o novo lugar:

Difícil a vida é lá
 Sou da terra do sol quente nordestino,
 eu sou valente
 Enfrento à seca de frente,
 mas não arredo o pé do chão
 Pior que seca e sol quente é o que fizeram com a gente
 levantando um paredão.
 Tive mesmo que correr
 pra nas águas não me afogar

Tive mesmo que correr,
sem ter casa pra morar
Pra onde fui despejado
não tem água, não tem roçado
Difícil a vida é lá [...]
(ABEL FRANCISCO DE ANDRADE, 2009)

As perdas são registros constantemente presentes nas fontes históricas que tivemos acesso sobre o Novo Assentamento. As lembranças de Abel Francisco destacam a ausência de moradias, água e roçados. Curiosamente, nas primeiras escavações para construção das bases das casas, nesse novo espaço, foram encontradas antigas ossadas humanas e, por isso, há relatos que esses vestígios resguardam a presença de um possível cemitério indígena naquele lugar.

Anos depois, chamaram esse espaço de “Lagoa Seca” e, finalmente, de “Novo Pedro Velho”, “Pedro Velho” e “Vila”, nomes que parecem ter se tornado mais comuns entre os moradores, para se referirem ao Assentamento, os quais evidenciam uma disputa de narrativas entre os próprios moradores. Naquele início, ainda era possível encontrar entre os moradores (embora em menor número), aqueles que simpatizavam com o novo lugar, pois, por ele estar situado em um ponto mais alto, se fazia mais arejado, além da proximidade com a cidade de Aroeiras, cerca de 5 km a menos, conforme já dissemos.

Houve um crescimento econômico, segundo relatos dos comerciantes locais, fruto também do alargamento de programas sociais em 2004, como o Bolsa Família, durante o governo Lula, que fazia movimentar o comércio local. Apesar de não haver uma economia pujante, alguns comerciantes locais sentiram que o setor vinha crescendo positivamente e gradualmente. No entanto, os edifícios públicos, como Posto de Saúde, as Igrejas e a Escola, todos ainda em construção, serviram, inicialmente, como abrigos improvisados, para as pessoas que sequer tinham um teto para morar.

3.2 Resignificações do espaço escolar: os novos usos da nova Escola José Cosme Irmão

Com aquela remoção, que nos levou ao Novo Pedro Velho, os prejuízos que a gente teve foram incalculáveis, principalmente no âmbito educacional. Mas, a Escola José Cosme Irmão já estava pronta, um colégio de grande porte na época! Nós, professoras, chamávamos de primeira classe. Um colégio muito bom, que, até hoje, ainda está aí, não é? Apenas foi reformado algumas vezes (NORMANDO, 2020)

As memórias de Rosana Firmino de Normando (2020) revelam as primeiras impressões que a narradora experienciou ao perceber como o impacto, proveniente da Barragem de Acauã, afetou negativamente o setor educacional, principalmente a cultura escolar, produzida

pela Escola José Cosme Irmão. No entanto, nas entrelinhas de sua narrativa, ela deixou a entender que a construção do novo prédio da Escola José Cosme Irmão chamava atenção, visto como “um colégio de grande porte, de primeira classe”, apesar das reformas pelas quais o prédio já sofreu e que foram lembradas no presente da narração.

Havia a esperança e o sentimento entre os moradores de que, com a construção e conclusão do novo prédio, a Escola José Cosme Irmão marcaria o retorno a certa normalidade. Ledo engano. As várias escolas que dependiam do antigo prédio ficaram extremamente fragmentadas. As salas de aula do “prédio de grande porte” virariam lares para os desabrigados, enquanto as casas de placas e de alvenaria, ainda em construção, se tornariam salas de aula, lugares improvisados para sediar o processo de escolarização durante o período de 2002 a 2004.

Apropriado por cerca de sete famílias, o novo prédio da escola viraria casa para elas, no cenário pós-enchente. Famílias como as da Sra. Marinete Bernardo, do Sr. Inácio Bernardo e da Sra. Imaculada Barbosa, moravam no antigo Pedro Velho, em casas da Prefeitura Municipal de Aroeiras ou pertencentes, ainda, à Igreja Católica Apóstolica Romana de Aroeiras. Por não terem casas próprias, conseqüentemente, não receberam indenizações, tendo que ocupar a escola, ou ainda, outros espaços, como Igrejas e Posto de Saúde (instituições prediais ainda em construção).

A Escola José Cosme Irmão, após algumas reformas, atualmente, encontra-se assim:

Figura 27 – Escola José Cosme Irmão/ Novo Pedro Velho



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020.

A referida instituição está situada na rua Pedro Alves Barbosa, Distrito do Novo Pedro Velho, sem número, Aroeiras – PB. Ela surgiu como fruto de tantas outras escolas, que foram submersas pela Barragem de Acauã, tais como: Escola Pedro Bezerra de Lima, Escola Manoel Gonçalves da Silva, Escola Camilo Alvares de Freitas, Escola Anasto Cabral e a escola em destaque no nosso estudo.

Nesse novo contexto geográfico, ela foi o primeiro prédio público a ser concluído no Novo Assentamento, sendo, desde o início, “[...] um lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente com tal fim” (VIÑAO FRAGO, 1993-94, p. 23). Embora seus objetivos e fins fossem a escolarização, a escola não atendeu exclusivamente a isso, já que, em seus primórdios, ela funcionou como lar para os desabrigados. Tal fato comprova que cada instituição escolar é única, conforme os estudos sobre a cultura escolar apontam, alertando que o pesquisador não pode perder de vista as singularidades de cada uma delas.

As experiências na escola, enquanto abrigo/lar, só endossam ainda mais a importância que a instituição educativa teve/tem para a população local em geral. Ela foi construída pelo prefeito Gilzeppe Oliveira de Souza (2001-2004) e inaugurada pelo prefeito Francisco Marques (2005-2008). Em relação à apropriação da escola, enquanto abrigo, Andréia Bernardo da Silva narrou aquela experiência:

Tivemos que ir pra a Escola José Cosme Irmão. Lá, foi onde se abrigou muitas famílias em seis ou oito salas, e tivemos que viver como uma só família. Era um aperto, mas tínhamos que viver assim. Uma dessas famílias foi para a secretaria e outras ficaram no pátio, que, na ocasião, foi dividido por lençóis (SILVA, 2020).

O relato nos leva a pensar como os espaços eram apropriados na época, sendo muitas vezes “divididos por lençóis”. Através do cruzamento da narrativa de Andréia Bernardo com a planta baixa da escola, podemos imaginar, a seguir, como era o interior da escola:

Figura 28 – Planta Baixa do novo prédio da Escola José Cosme Irmão



Fonte: Acervo pessoal de Rosana Firmino, 2004.

Todas as seis salas de aula foram ocupadas pelas famílias. Segundo Andréia, havia três secretarias, uma delas também serviu de moradia; dois depósitos; três banheiros (que, na ocasião, eram partilhados coletivamente); um almoxarifado; um pátio coberto e dois bancos de cimento em formato de “L”, os quais se encontram após as salas 1 e 6, além de uma cozinha.

Os moradores, como a narradora falou, fizeram das salas seus lares. Lares e famílias que partilhavam as mesmas dificuldades. Mesmo posta como “pronta”, a escola necessitava de coisas básicas, como: energia elétrica e água potável. É o que confirma a colaboradora em questão, ao citar: “[...] buscávamos água nos barreiros” (SILVA, 2020).

Andréia continua narrando o período de quase um ano em que viveu abrigada na escola, revelando que

A gente se sentia em pânico, num lugar sem energia, sem água, onde famílias que a gente não tinha intimidade tínhamos que dividir o banheiro e dividir tudo. A escola estava quase toda pronta. Quando a gente chegou, só o que faltava nela era a energia e água basicamente. Mas, quando a gente chegou, o colégio estava noventa e nove por cento terminado. As famílias, lá abrigadas, foram se harmonizando uma com as outras e fazendo amizades. Depois, todo mundo virou uma família só, cozinhavam e comiam (SILVA, 2020).

Vários estranhamentos foram sentidos pela colaboradora; entre eles, o fato de o espaço

escolar estar no escuro, sem energia, a falta de água potável, para consumo e afazeres domésticos, a perda da intimidade proveniente do compartilhamento dos banheiros e do uso da escola em si. Somente após a convivência entre eles, é que foram “se harmonizando e fazendo amizades”, conforme Andréia sinaliza abaixo:

Era feliz também, porque a gente brincava, fazia poças de lama no colégio e dizíamos que eram as piscinas das bonecas [riso], acredito que no intuito de lembrar o rio. A gente se juntava e ficava na calçada alta do colégio, contando historinhas, olhando as estrelas, a gente brincava de se esconder, brincava de boneca. Foi assim, o tempo passou até um pouco rápido quando a gente começou a se acostumar e se organizar, o tempo passou rápido. Lá, todo mundo ajudava um ao outro, mas, no começo, não, porque não tínhamos conhecimento, mas, a partir do momento que teve esse conhecimento, uma amizade foi se formando, uns iam ajudando os outros (SILVA, 2020).

Sonhando com experiências mais estimulantes, Andréia cita as práticas realizadas, ainda quando criança, como: contação de histórias na alta calçada da escola, as brincadeiras de se esconder e de boneca, as quais lhe ajudaram a romper as dificuldades impostas pela nova rotina, possivelmente, repleta de tédios. Esse último aspecto fica implícito, quando ela diz que “[...] o tempo demorava a passar”, fato que pode significar o mal-estar provocado nos primeiros dias no ambiente.

Simultaneamente àquela realidade, a escolarização acontecia, tendo lugares não próprios como estabelecimento de ensino, conforme apontam as memórias da professora Maria Solange de Lima Brito (2020): “*Tinha as casas pequenas de placas, que eram muito apertadas e muito quentes, mas a gente foi levando assim ... Até as casas serem liberadas para as pessoas morarem e, finalmente, desocuparem a escola*”.

Nessa citação, ela revela indícios de como foi gestado o (re)começo educacional no novo Pedro Velho, profundamente marcado pela dispersão das salas de aula “apertadas e quentes”. Na tese *Escafandristas do tempo: narrativa de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN* (2010), Francisco das Chagas Silva Souza estuda como os rafaélenses rememoravam, especialmente, por meio do *Orkut*, a antiga cidade submersa, em decorrência da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. O pesquisador apontou o cenário de falta de tranquilidade e esperanças, bem como as ansiedades, dúvidas, insatisfações, desconfianças e medos que permeavam todos os setores e segmentos da sociedade sãorafaelense.

No novo Pedro Velho, todas essas “dores de cabeça” também foram vivenciadas e respingavam naquele embrionário (re)começo educacional. Em entrevista concedida a Abel Francisco de Andrade, outra professora, por nome de Maria do Socorro Brito, narrou que,

naquele contexto,

Nada mais funcionava direito. As pessoas tiveram o seu cotidiano alterado, a gente não sabia o certo se ia trabalhar [...], pois, para o lugar [...] não tinha a menor condição: sem água, sem energia, sem produção. O cotidiano da escola, também não foi diferente, nós professoras não tínhamos nenhuma perspectiva, pois nenhuma estrutura física havia sido construída, me refiro aos anos de 2002, 2003. Não tínhamos cabeça para planejar direito as aulas. Tivemos muita dificuldade em lidar com essa situação. Uma das coisas que mais nos angustiava era que as crianças não faziam ideia da dimensão do problema. Isso afetou muito todas as pessoas (ANDRADE, 2014, p 38).

Com o cotidiano profundamente alterado, essas preocupações, vinculadas à desocupação e conclusão da escola, se arrastaram até o ano de 2005, e se misturavam a insatisfação dos moradores em relação à ausência de moradias dignas, em contraponto às casas de placas. Na figura 29, que segue, temos um registro fotográfico da docente Rosana Firmino, arrodada por alguns de seus alunos, numa casa de placa.

Figura 29 – Casa utilizada como “escola” no Novo Pedro Velho



Fonte: Acervo pessoal de Rosana Firmino de Normando, 2004.

O registro imagético representa uma das três ou quatro casas onde funcionavam as escolas que atendiam os alunos das séries iniciais no novo Pedro Velho. A ausência de identificação na casa, enquanto escola, nos toca. Possivelmente, os recém-chegados alunos souberam onde estudariam pelo “boca a boca”, comunicação que tratava de anunciar esses espaços onde se davam as aulas.

A farda passaria a ser uma opção, tendo em vista a falta de formalidade que o próprio espaço pedagógico ambientava. Acerca disso, Maria Solange Araujo de Lima Brito (2020) relembra que: “Já tinham construído a nova Escola José Cosme Irmão, só que o povo, sem ter onde ficar, invadiram ela. Daí, as escolas não funcionavam lá, porque era para

as pessoas desabrigadas, que também ficaram nas igrejas e em outros espaços”.

Além das casas de placas, o ensino também funcionava nas casas de alvenaria, embora todas estivessem ainda em construção. Sobre esse assunto, Gonçalves (2012, p. 27) argumenta que “[...] a história da escola e da educação escolar nos mostra inúmeras adaptações de prédios de diferentes naturezas para escolares e também os frequentes reclames quanto as suas inadequações e insuficiências ao ensino [...]”. Realidade presente no Novo Pedro Velho, de modo que residências de placas ou de alvenaria foram alugadas pelo poder público ou cedidas, voluntariamente, pelos próprios professores ou moradores (como foi o caso da Sra. Maria José ou, como é conhecida, Mazé de Zacarias), para que as aulas acontecessem.

Historicamente, as adaptações escolares estiveram presentes nos mais diversos espaços e tempos. Em consonância com essa realidade, no que se refere ao contexto educacional aroeirense, recentemente os historiadores Oliveira Neto e Leite (2020) publicaram juntos o artigo intitulado “*O grupo escolar Major Barbosa: elementos de mudança urbanística e social de Aroeiras, na segunda metade do século XX*”, chamando a atenção para essa realidade presente também nos primórdios da educação cidadina, de modo que garagens, casas, entre outros espaços foram utilizados pela educação escolarizada.

No entanto, essa realidade, que havia sido extinta no antigo Pedro Velho, com a construção da Escola José Cosme Irmão, conforme vimos no capítulo II, esteve presente nesse novo cenário. Segundo Maria Solange de Lima Brito (2020), “*As escolas também eram nas casas que ainda estavam em construção, sem portas... Então, fomos dar aulas lá nessas casas impróprias para o ensino. Em casas de pessoas que cediam para a gente ir*”.

Quanto à descrição das casas de placas, que, curiosamente, foram apropriadas para o ensino, o Sr. Rômulo Remígio Viana (2002) fez uma descrição sobre elas, inclusive, lançando os seguintes questionamentos: “*Como se acomodarão as pessoas em casas tão pequenas?! Naquelas casas pré-moldadas (no modelo do Projeto Mariz), caberão as famílias de todos os tamanhos?!*”. Se essas casas padronizadas (feitas de placas de concreto, com três centímetros de espessura e com menos de 50 m² de área coberta) eram consideradas pequenas para abrigar famílias, imaginemos o quão pequenas eram para receber um público maior de atores escolares, de comunidades tão diversas, e que agora habitavam aquele novo espaço.

Figura 30 – Residência de Djalma Araújo de Medeiros



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2002.

A imagem revela uma ocasião em que o Padre Rômulo dá continuidade à programação religiosa, através da celebração de missas no novo Pedro Velho. No entanto, o que passaria despercebido ao olhar menos atento são as cadeiras escolares, em que os fiéis se apoiavam. Tratava-se de materialidades referentes aos objetos escolares, fundamentais ao funcionamento das aulas. Mais precisamente, essas carteiras pertenciam às salas de aula onde Elaine Eloiza Andrade de Medeiros e Rosemary Firmino realizavam sua prática docente. A esse respeito, Elaine Eloiza (2021) faz a seguinte afirmação: *“Mandei retirar as placas que dividiam a sala da cozinha, assim ficou um vão só, de modo que o espaço ficava maior e podíamos proporcionar uma sala de aula um pouco maior”*.

A ausência de suportes materiais e recursos, além dos incômodos causados pelas inúmeras inadequações das casas era motivo de frequentes reclames. Elaine Eloiza (2021) lembra que, na época, seu noivo a ajudou a construir: “[...] por conta própria, um quadro verde, feito de cimento”, que lhe auxiliaria como recurso básico, para que as aulas acontecessem sem maiores transtornos.

Em casas desse modelo, também funcionavam várias escolas do tipo EJA, conforme ressaltado por Edleuza Custódio de Medeiros, na sua tese intitulada *“Registro da Atuação do Movimento dos atingidos por Barragens nos reassentamentos de Acauã”*. Já a respeito das casas de alvenaria em construção e desse “novo” ambiente educacional, Maria Solange rememorou que

Foi muito difícil lá. Nada havia sido totalmente construído ainda. Então, nós

professoras, ficamos divididas em umas salas em casas, ainda sem portas. A gente improvisava, sem ter cadeiras suficientes. Os meninos sentavam-se pelo chão, sem ter mesa e nem birô. A gente ficava em uma mesinha, foi assim o começo educacional no novo Pedro Velho (LIMA, 2020).

Se as casas de placas eram salas de aula que dispunham de carteiras e quadros, também se faziam apertadas e calorentas. As de alvenaria sequer reboco possuíam e lhes faltavam carteiras, tudo isso se fez presente naquele contexto. Paralelamente a esse difícil (re)começo educacional, houve considerável contratação de professoras, para atender toda a demanda que o contexto exigia. Tal fato não destoava da feminização do professorado, conforme fenômeno observado, sobretudo, a partir da virada do século XIX, pelo estudioso Antonio Nóvoa (1991) e que pôde ser comprovado nos registros de contratos feitos pela Prefeitura Municipal de Aroeiras na época.

As professoras contratadas se misturavam as efetivas, a fim de escolarizar os ribeirinhos interessados em cursar desde “as primeiras letras” a então 4 série do ensino fundamental. Já os alunos e alunas interessados/as em cursar da 5ª série ao 3º ano, tiveram suas demandas atendidas nas escolas aroeirenses, que ficavam a 12 km do novo Assentamento. Ônibus e caminhonetes foram encarregados de fazer o itinerário por entre as estradas pedregosas e lamacentas até o final do ano de 2004.

O ano de 2005 seria marcante, relembra Rosana Firmino de Normando (2020), quando cita: “foi quando a gente começou a tomar gosto pela educação novamente, pelo ensino”. Ao que se sabe, em 2005, as expectativas se concentravam na volta às aulas dentro do prédio da Escola José Cosme Irmão, depois de sua desocupação.

Na nova escola, passaram a ser atendidas em torno de 200 crianças, conforme o censo escolar municipal de 2005. No entanto, vale mencionar que, nesse documento, provavelmente, não foram contabilizados os alunos provenientes da Escola Elzira Gomes de Medeiros (antiga Escola Estadual de Pedro Velho) e Escola Manoel Félix Ismael, as quais funcionavam nesse mesmo prédio. Naquele mesmo ano, as famílias saíram às pressas da escola, com vistas a tomar posse das novas casas. O sentimento de conflito era constante, pelas ameaças de possíveis invasões nas casas doadas às famílias. Tal fato levou os desabrigados pedrovelhenses a “*invadirem elas antes da entrega oficial*”.

Depois de muitos reclames, lutas e insatisfações, por parte da população em geral, o então governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, fez doações de casas e terrenos, a fim de que tivessem acesso as suas próprias moradias. À época, o prefeito José Francisco Marques tratou de fazer os últimos ajustes no prédio escolar, para que, enfim, as aulas voltassem a acontecer onde deveriam. Tratou também de pintar toda a escola, que, quando apropriada

como abrigo, era amarela com detalhes vermelhos (cores da oposição), para então reapresentá-la com as cores representativas do seu partido, mais especificamente, verde e branco. Além do prédio escolar, o registro fotográfico “captou” Aldineide Bernardo, a primeira diretora da Escola José Cosme Irmão.

Figura 31 – Aldineide Bernardo, primeira diretora da E. J. C. I.



Fonte: Acervo pessoal de Adalto Andrade, 2004.

Muros altos cercavam a nova Escola, cujo entorno era cercado por arbustos pouco verdejantes. A calçada alta, descrita anteriormente por Andréia Bernardo (2020), tornou-se a entrada principal da instituição educativa, passagem por onde os sujeitos escolares adentravam àqueles novos espaços. Porém, não demorou muito para que a entrada escolar fosse mudada; segundo relatos, o fator para tal mudança era que consideravam impróprios os batentes tão altos que ali foram construídos, mas também questões de política, pois queriam se livrar de antigos indícios da oposição.

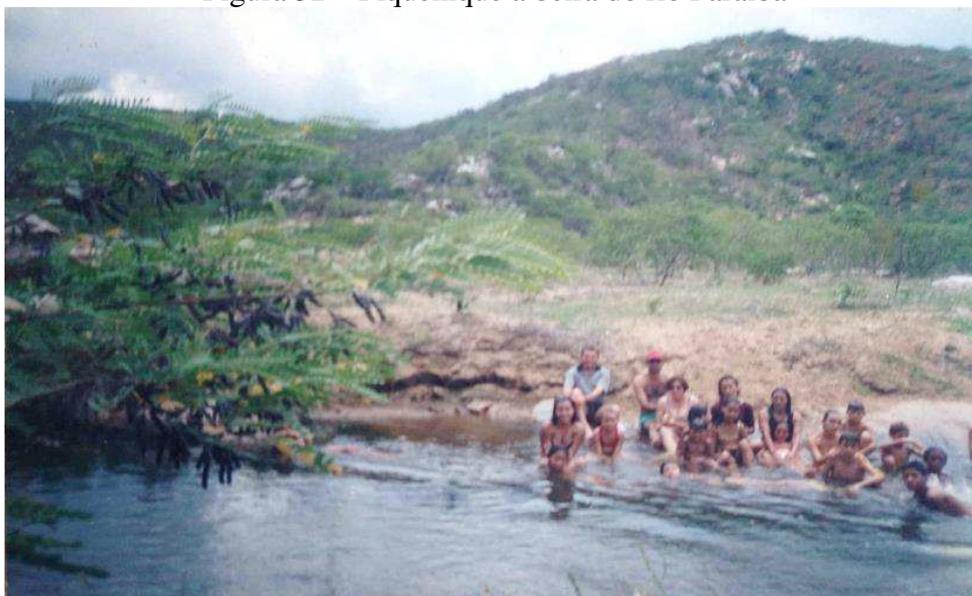
Através do oportuno cruzamento de fontes histórica, é possível perceber algumas permanências, mudanças e resignificações no mundo daquela cotidianidade escolar. Afinal, tudo mudou, nada mudou, o que de fato aconteceu no passado? Como essa escola pode ser uma amostra significativa do que aconteceu um dia? Enquanto uma possível resposta, retomemos, então, as reminiscências de Rosana Firmino, quando diz que

Na prática, eu acredito que mudaram algumas coisas, porque a gente não tinha mais o acesso que tínhamos ao concreto, vamos dizer assim, ao vivenciar às aulas que a escola vivenciava na prática. Se eu fosse dá uma aula de história e contar a história de Pedro Velho, eu tinha onde mostrar, pois eu tinha as primeiras casas de Pedro Velho, situadas na Rua Velha, então, eu vivenciava aqueles momentos, juntamente com os alunos. Aqui, a gente teve que modificar tudo, a gente teve que se adaptar a uma nova realidade, já que Pedro Velho estava totalmente submerso e as casas também. Os alunos foram morar longe um do outro, já não existia mais aquela turminha que ia junto para escola. Aumentou o número de professoras também, aí começou: “Ah, eu não quero estudar com fulana, porque eu quero ainda aquela minha professora”. Houve essa mudança. Foi chocante no momento, mas depois se encaixou. Foi se encaixando, até porque tratava-se de professores e a gente tinha que chegar a um denominador comum, mas foi chocante, foi bem difícil (NORMANDO, 2020).

Para essa narradora, as mudanças se atrelavam, mais especificamente, às práticas extraclasse, que, como vimos anteriormente, conectavam a escola ao seu entorno, as quais foram ressaltadas, por Rosana Firmino de Normando, como as que ocorriam na antiga Rua Velha, espaço histórico por excelência, para os pedrovelhenses lembrarem sua origem. Outro fator que fala mais alto é de ordem dos antigos vínculos afetivos, existentes entre professor-aluno, que parecem ter sido “quebrados”, segundo as insatisfações e reclames dos alunos, que estranhavam os novos professores que foram contratados para atender as novas demandas.

Acerca das antigas conexões da escola com o rio Paraíba, Maria Solange Araújo de Lima (2020) traz as seguintes lembranças: *“Eu, enquanto professora, fazia piqueniques com os meninos. Íamos para a cachoeira no rio e levávamos comida... Levávamos lanche, bola para brincar”*.

Figura 32 – Piquenique à beira do rio Paraíba



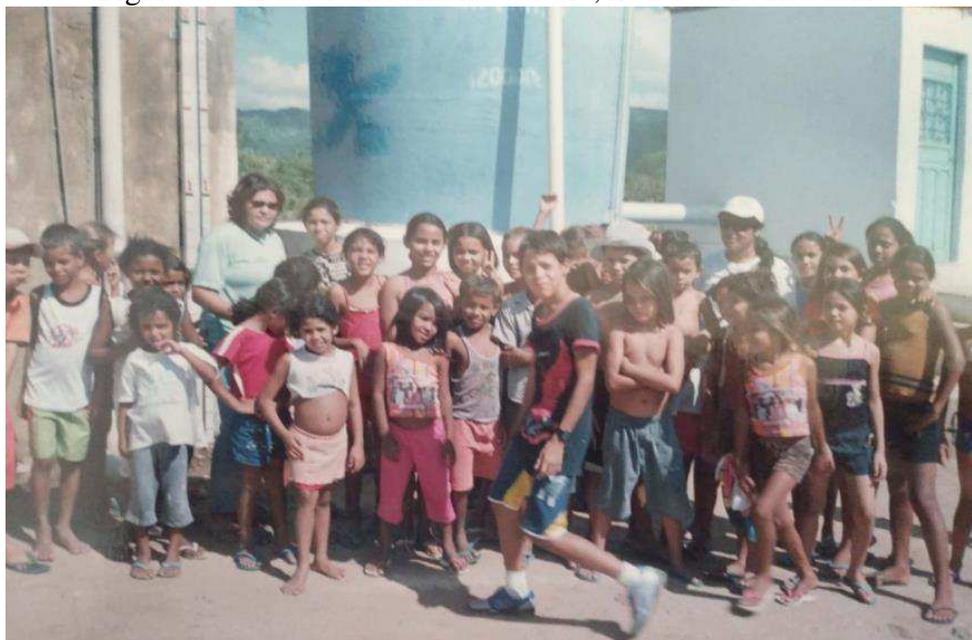
Fonte: Acervo pessoal de Ivone Matias, 2000.

Notadamente, a imagem se refere a um piquenique organizado pelas docentes Maria Solange e Ivone Matias, com suas respectivas turmas, à beira do rio Paraíba,. Lembranças de um passado saudoso com o rio, que não podia ser mais recuperado. Segundo Rosana Firmino de Normando:

Lá em Pedro Velho, nós, professoras, dávamos aula extraclasse, principalmente no rio. Lembro quando a gente levava as crianças para o rio, ensinávamos aquela questão da areia seca, areia molhada, as estações do ano, a importância da água, a gente se permitia viver aqueles momentos em torno daquela paisagem rica. Hoje, eu digo assim: É uma pena a gente não ter mais condições de dar uma aula na prática, como aquelas, porque a gente não tem mais aquele acesso de estar diretamente no rio e em Pedro Velho (NORMANDO, 2020).

Com a distância e a ausência do rio Paraíba, as práticas educativas passaram a acontecer na imagem “projetada” do Novo Assentamento:

Figura 33 – Passeio escolar na adutora, no Novo Pedro Velho



Fonte: Acervo pessoal de Aduino Andrade, 2005.

Os banhos, as brincadeiras e os piqueniques passaram a acontecer na adutora responsável por levar o abastecimento de água para Aroeiras, esta que, mesmo que insuficientemente, abastecia o Novo Pedro Velho. Havia, também, certo estranhamento quanto às novas águas; muitos desconfiavam que elas eram responsáveis pelo surto de escabiose. A sarna, como é popularmente conhecida, é causada pelo ácaro *Sarcoptes scabiei*, o qual gerou coceira alérgica intensa e borbulhas nos recém-moradores.

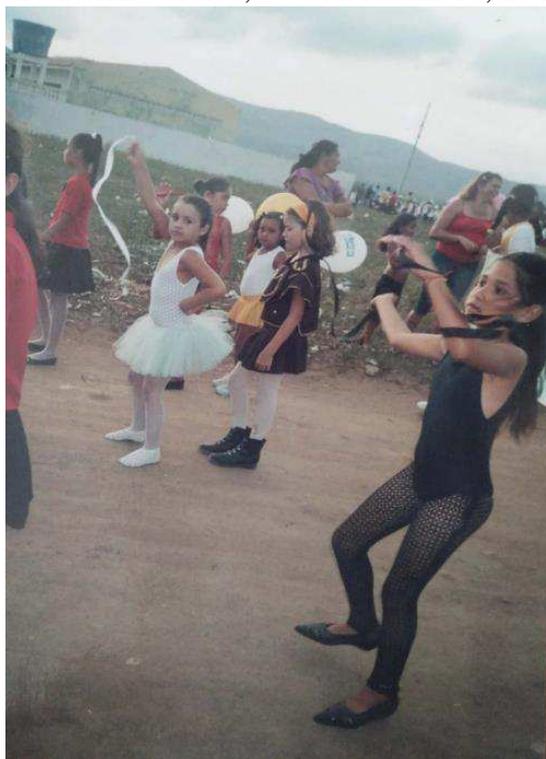
Tal coceira generalizada era pelos ribeirinhos atribuída às novas águas ou à falta de costume com a água fortemente clorificada com que se depararam. Além disso, outro dado

possível de se contabilizar era a falta de higiene das novas águas, já que elas se misturavam aos restos cemiteriais.

Ainda acerca da cultura escolar, enquanto cultura própria das instituições escolares, certa vez o estudioso do campo da história da educação, Agustín Escolano Benito (2017), chamou a atenção para um pensamento que nos parece bastante pertinente, para analisar a cultura escolar como uma amostra significativa do que ocorreu nesse passado, no que se refere às permanências históricas. Para ele, a instituição escolar “[...] por instinto de sobrevivência, luta por manter sua identidade e defende até as últimas consequências suas ritualidades básicas, as quais possuem um alto poder orgânico” (ESCOLANO, 2017, p.85).

De acordo com esse pensamento, entendemos que, naquele contexto, a Escola José Cosme Irmão lutava por manter antigas práticas escolares, como o Desfile Cívico, no dia Sete de Setembro de 2005, que acontecia nas ruas, sem calçamento, do Novo Assentamento.

Figura 34 – Primeiro Desfile Cívico, Sete de Setembro, no Novo Pedro Velho

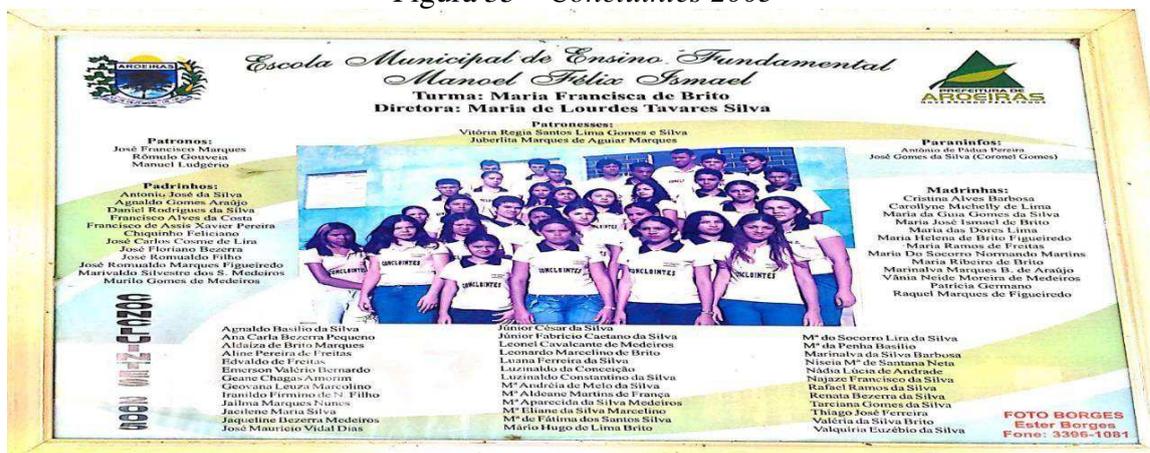


Fonte: Acervo pessoal de Adauto Andrade, 2005.

A imagem representa o primeiro Desfile Cívico ocorrido no Novo Pedro Velho. Tal desfile saiu dos entornos da Escola José Cosme Irmão, indo até o início da atual Rua Gabriel Coutinho. Na época, nenhuma das ruas haviam sido calçadas, de modo que os moradores insatisfeitos diziam, constantemente, que o desfile estava sendo feito no “Poeirão”. Como se percebe, essas comemorações festivas continuaram a acontecer, bem como a atrair inúmeras

pessoas da própria comunidade e também de toda a vizinhança. Os pelotões temáticos e os torneios de futebol continuaram a ser feitos após os desfiles, com times vindo de toda a parte. Em 2005, houve a conclusão dos alunos do fundamental II.

Figura 35 – Concluintes 2005



Fonte: Escola José Cosme Irmão, 2005.

Essa imagem representa a turma de concluintes Maria Francisca de Brito, uma antiga professora pedrovelhense, cujo nome intitulou a turma de concluintes, composta por trinta e oito alunos, cujos nomes aparecem na parte inferior da imagem. No entanto, por alguma razão, na imagem, aparecem menos alunos, algo em torno de trinta e três estudantes. Com a passagem desse ritual, que marcou o fim do ano de 2005, também encerramos este tópico, que versou sobre a história dessa escola que, enquanto instituição educacional e social, se fez tão importante para a nova sociedade pedrovelhense.

Conforme afirmou Silva Filho (2020), “[...] jogaram-nos ao léu. Hoje, ainda, tem muitos pais de família desestruturados, sequer possuem uma moradia. Foi isso o que nos restou dos gestores da barragem de Acauã”. O narrador traz memórias que sinalizam o Estado como sendo o maior causador de todos aqueles transtornos e perdas. De fato, ele foi indiferente às dores, ao sofrimento, às perdas e às angústias vividas pelos pedrovelhenses, como se eles não tivessem um passado constituído por tantas histórias.

O Antigo Pedro Velho, se fosse um homem, poderia ser retratado como um sujeito abandonado à própria sorte, sendo asfixiado e afogado nas águas advindas com a construção de Acauã, pelo Governo do Estado da Paraíba. Como alguns morrem, outros nascem, vários enterramentos gestaram o surgimento do Novo Pedro Velho, um lugar nascido a partir do “afogamento” de tantos outros. Essa é uma versão da história do “Meu vilarejo, meu torrão”, que, como cantou Bartolomeu Firmino de Normando, eu também “guardo você no coração”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por Aqui Seu Moço

*Por aqui seu moço foi que me criei
Por aqui seu moço já me acostumei
Não juntei dinheiro nunca vesti paletó
Mas tenho a liberdade que é coisa muito melhor.*

*Aqui, seu moço, rua baixo rua acima
Dou bom dia, boa tarde, boa noite sem temer
Tem a barraca de José Sabino
Tem agora o “passe e fique” para a gente se entreter
Tem a fofoca na esquina do mercado
Tem o céu todo estrelado você pode apreciar
Por ser bom filho elogio minha terra
Todo filho verdadeiro não despreza seu lugar.*

*Aqui seu moço a vida não é tão mole
Mas conforme for o Frio Jesus dá o cobertor
Se tá com fome bota o jereré no rio
Pega um molho de piaba, vai no mato e trás mocó
Aqui, seu moço, lá na sua capital
Tem cinema, discoteca, edifício e avião*

*Junte tudo isso com mais dez cidades grandes
Não troco por um pedaço do meu pequeno torrão.*

*Quando é Domingo tem o grito da galera
Torcendo pelo Vasco, a alegria do lugar
O bate papo na barbearia
Tem a Pedra do Cruzeiro, pra moçada paquerar
Aqui seu moço você diz: não vale nada
Eu digo que vale tudo e falo de coração
Pergunte a Manoel Félix, a Inácio Pereira
Seu Gabriel, Francisquinho e Antônio de João Dandão
Dedé Batista, Gonçalinho, Dão e Cosme
Tenho certeza não me deixam mentir não
(NORMANDO, s/d)*

A escrita desta narrativa, que marca a história do Distrito de Pedro velho, entre os anos de 2002 e 2005, se constituiu com o rememorar de muitas sensibilidades. Dor, medo, tristeza, resistências e saudades se misturavam entre as minhas próprias memórias e as dos pedrovelhenses, vivências compartilhadas em torno de um mesmo acontecimento. A Barragem de Acauã afetou vidas, cotidianos e reeducou muitas sensibilidades, dentre elas, a saudade. Percebê-la como fonte histórica, conforme apontou Sandra Pesavento, é, para o

historiador cultural, “tornar presente uma ausência e produzir, pela força do pensamento, uma experiência sensível do acontecido (PESAVENTO, 2007, p.14).

Capturar as razões e os sentimentos que qualificaram a realidade do evento real, que elegemos enquanto divisor de águas na vida dos pedrovelhenses – a chegada das águas de Acauã – nos possibilitou perceber como aquele acontecimento afetou vidas, para além das esferas políticas, econômicas, sociais, para as quais ela havia sido condicionada a gerar mudanças.

Como vimos, a construção de barragens é uma prática histórica, com finalidades bastante diversas no mundo inteiro. Não destoante do cenário internacional, nacional e, até mesmo regional, Acauã guardava similaridades e também particularidades, por isso, embora reduzíssemos nosso olhar investigativo para o local, para não perdermos de vista o diálogo entre o individual e o coletivo, entre a objetividade e as subjetividades, sendo estas últimas alicerce e base desta pesquisa qualitativa.

Nesse movimento, percebemos Acauã como fruto de sua época, das condições históricas, profundamente marcadas pelas narrativas desenvolvimentistas de combate à seca, mas não deixamos de tomá-la como fruto de discursos, geralmente atrelados a melhorias econômicas e sociais, que revestem a prática vivida, em Pedro Velho, de um real “massacre sentimental”. Foi na direção indicada por Alessandro Portelli (2017), que decidimos perceber não apenas o evento da chegada da barragem em si, mas o significado dele na vida dos narradores.

Tal fato nos permitiu entender como aquele evento traumático e indesejado contribuiu para a formação de sujeitos pedrovelhenses saudosos. Nesse sentido, as narrativas orais, acessadas por meio das memórias de seis pedrovelhenses, que foram testemunhas oculares do evento vivido, e protagonistas desta história, reafirmaram as sensibilidades timbradas nas canções e poemas que evidenciavam a importância que o antigo distrito e seus respectivos lugares de memória, tinham para os pedrovelhenses, bem como para as demais vizinhanças com as quais mantinha relações.

Embora existissem outros lugares de memória em Pedro Velho, como o Cruzeiro, a pedra do Caboclo, o próprio Mercado Público, diversos bailes e momentos de sociabilidade, foram as práticas que se deram com o Rio Paraíba, o Cemitério São José e especialmente com a Escola José Cosme Irmão que saltaram aos olhos desta pesquisadora, quando coletou os relatos cedidos pelos nossos depoentes. Era comum e forte, em todas as narrativas, a saudade desses espaços.

Nessa trajetória, analisamos essas memórias colhidas, dentro do que se concebeu

chamar como Nova História Cultural, corrente historiográfica, que tem dado novos ares à História, bem como se mostrado bastante promissora na atualidade. Este trabalho esteve ancorado nas contribuições do historiador Jacques Le Goff, que tomou a memória enquanto “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p.366). Esse conceito nos serviu de base para aprender a lidar com as memórias orais, como fontes passíveis de lembranças, esquecimentos, silêncios, impressões e informações que transitam sobre diversas temporalidades.

Nesse mesmo sentido, outro pensamento que nos ajudou a continuar lidando com memórias foi entender que no tratamento dessa fonte pode agir sobre elas “[...] recortadas, reconstruídas, desmanchadas em suas telas [...]”(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 50). Frutos de um “parto difícil” para a escrita da história.

No entanto, primordialmente, foram as memórias orais dos seis narradores pedrovelhense que foram nossa matéria-prima, as quais nos forneceram as experiências deles e não sobre eles, conforme outros registros históricos atestam, a exemplo dos Jornais. Sempre que possível, acrescentei a elas nossas próprias memórias, que são provenientes de quem também viveu a história enquanto sujeito e que, quase dezoito anos depois, revisita esse acontecimento. Como historiadora do tempo presente, como diria Roger Chartier, me propus a escrever uma versão deste passado que – não tão distante de mim – me gestou reminiscências.

O contexto de Pandemia da COVID-19, em que o mundo e esta pesquisa esteve imersa, impossibilitou o acesso a outros acervos jornalísticos, com os quais gostaria de ter tido acesso. A falta de suporte financeiro, como as bolsas de pesquisa CAPES, potencializou as dificuldades de ida aos acervos, bem como o acesso a documentos importantes, a exemplo do Eia-Rima, um documento oficial produzido pelo Estado, que apontava o estudo sobre os impactos de Acauã e as medidas para mitigá-los. Tal documento só era passível de acesso presencialmente, na sede do governo, em João Pessoa.

Por sorte e tomando os devidos cuidados, foi possível encontrar os acervos pessoais fotográficos, memórias registradas em imagens, que me permitiu “chegar mais perto” do que os narradores afirmaram. Através deles, alguns momentos narrados puderam ser reificados, desconstruindo, muitas vezes, a tendência de que a memória afetiva enxerga o passado sempre como belo e perfeito e, conseqüentemente, Pedro Velho como um lugar ideal.

Longe de esgotar as pesquisas sobre esse distrito de Aroeiras, este texto discutiu, historicamente, o evento da chegada das águas de Acauã, a submersão dos lugares de

memória e saudade, as instituições públicas – Escola José Cosme Irmão – mas também afetivas. Muitas lacunas historiográficas ainda existem acerca da história de Pedro Velho, mas que esta pesquisa desperte o interesse de outros historiadores, para trabalharem arduamente contra o esquecimento e o silenciamento de pautas, como as das cidades acometidas pelas barragens.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português Antônio Correa d'Oliveira. **Revista História Hoje**. Nº4. UFRN, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O espaço em cinco sentidos: sobre cultura, poder e representações espaciais. *In: História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisa*. São Leopoldo/Cuiabá. Oikos/Unisinos/ edUFMT, 2008, p. 49-65.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto” difícil. **CLIO**, Nº 15, 1994.
- ANDRADE, Abel Francisco. **Barragem de Acauã: entre os discursos, as representações e as práticas ribeirinhas**. Dissertação (Especialização em História). IESP. Campina Grande– PB, 2014.
- ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Novos espaços de sensibilidade como fontes da História local: cemitérios, locais de devoção, bens imateriais laicos e religiosos. *In: Reflexões sobre História local e Produção de Material Didático*. Natal: EDUFRN, 2017.
- ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **Dos horrores aos humores: os cemitérios no cordel brasileiro**. Rio de Janeiro. v.2, n 4, p. 412-437, jul/dez. 2017.
- ARÉVALO, Márcia conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História hoje**, n. 7, 2005.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *In: Estudos históricos. Arquivos pessoais*. Rio de Janeiro, FVG, v11, n.21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In: Obras escolhidas, v. I, Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Ecléa. **O tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial: 2003.
- CORREIA, Joab das Neves *et al.* Barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã): Perenização do Baixo Paraíba e desenvolvimento econômico. **Anais eletrônicos do II Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido – CONIDIS**. Campina Grande/PB, 2017.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (coords). Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 215 – 219.
- ESCOLANO BENITO, AGUSTIN. **A escola como cultura: experiência, memória e**

arqueologia. Campinas SP: Editora Alinea, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Escolarização e Cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. *In: Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

FONSECA, Igor Ferraz da. **A construção de grandes barragens no Brasil, na china e na Índia**: similitudes e peculiaridades dos processos de licenciamento ambiental em países emergentes. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em TD_1868.pdf (ipea.gov.br)

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III**: Estética, Literatura e pintura. Música e cinema. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares**, In: Silva; Petry. *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina - séculos XIX e XX)*. Florianópolis: Insular, 2012.

GRUZINSKI, Serge. “Por uma história das sensibilidades”. *In: PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades, Escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades na História: Memórias singulares e identidades sociais*. Porto alegre: UFRGS, p7-21, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Pulo, SP: Vértice, 1990.

IONTA, Marilda Aparecida. **As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade**. Tese. Universidade Estadual de Campinas, 2004.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar História e Memória?. **Escritos**: revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p. 223, 2007.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LARROSA, Jorge. **Escritos sobre experiência**. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo horizonte: Autentica Editora, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão: Campina. Campinas São Paulos: Editora Unicamp, 1990.

LIMA, Ellen Layanna. **O que as águas não conseguiram apagar**: narrativas de morte e vida de moradores e militantes de Pedro Velho. Dissertação (Mestrado em História). UFCG, Campina Grande, 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: História das instituições educativas. Bragança Paulista, São Francisco, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: Como fazer, como pensar. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 10, Jul/Dez 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n.10. São Paulo: dez.-1993.

OLIVEIRA NETO, Manoel Gomes de; LEITE, Pablo Ricardo da Silva. O grupo Escolar Major José Barbosa: elemento de mudança urbanística e social de Aroeiras na segunda metade do século XX. *In: Entre cidades culturais e patrimônios: coletânea de textos em história local*. Campina Grande, editora Locomotiva, 2020.

OLIVEIRA, Nathalia Capelline Carvalho de. A grande aceleração e construção de barragens hidrelétricas no Brasil. 2018. Disponível em: SciELO - Brasil - **A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil**.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**, 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: Observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da história**. Três Lagoas, n.13, jul/dez, 2017. p. 182-195.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**, n.14, São Paulo, fev/1997.

REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. São Paulo: Contexto, 2015.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Tramas e Traumas: Identidades em marcha**. Tese. Universidade de São Paulo, 2007.

RICOUER, Paul: **Historia y Narratividad**. Barcelona: Editora Paidós, 1999.

SILVA, Aline Ferreira da; MARQUES, Josilene Martins. Uma festa nova para Pedro Velho: a celebração religiosa de São Sebastião (1914-2005). *In: SANTANA, Flávio C.; MONTEIRO, Luíra F. (Orgs.). História, tramas do tempo, impressões do vivido*. João Pessoa, Ideia, 2017.

SILVA, Lígia Maria Tavares. Nas margens do Rio Paraíba do Norte. **Cadernos do LOGEPA**. Série Texto Didático (UFPB), v 3, p. 6-12,2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

FONTES:

ENTREVISTAS

BRITO, Maria Solange de Lima. Entrevista concedida em 2020.

BRITO, José Marcos de. Entrevista concedida em 2020.

SILVA FILHO, José Maria da. Entrevista concedida em 2020.

MEDEIROS, Glauciane Cavalcanti de. Entrevista concedida em 2020.

NORMANDO, Rosana Firmino. Entrevista concedida em 2020.

SILVA, Andréia Bernardo. Entrevista concedida em 2020.

SILVA FILHO, José Maria da. Entrevista concedida em 2020.

JORNAIS

A UNIÃO (2004)

JORNAL DA PARAIBA (2002)

JORNAL PARAIBA ON LINE (2020)

OFICIAIS

EIA – RIMA

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário de entrevista oral direcionado a Rosana Firmino e Maria Solange (professoras da Escola José Cosme Irmão)

1. Conte-nos quanto tempo você lecionou na escola José Cosme Irmão
2. Professora, como se dava a relação com os alunos? Como você organizava o seu trabalho pedagógico? Narre suas lembranças sobre o convívio com os demais professores...
3. Comente um pouco sobre as festas escolares e as atividades extra classes.
4. Na escola, os professores vivenciavam momentos de formação ou capacitação, como eles se davam, como vocês se reuniam, se isso chegou a acontecer ?
5. Como foi sua experiência enquanto professora do ensino fundamental? Quais eram as temáticas que costumava abordar em sala de aula? Quais os objetos materiais que lhe auxiliavam nas aulas?
6. Relate sobre o momento em que você recebeu a notícia que a Barragem de Acauã iria submergir a escola. Houve resistência? Como vocês vivenciaram esse período?
7. De que mais você sente saudade, quais os espaços ali que te trazem esse saudosismo?
8. Houve alguma resistência nessa época, dos moradores? Após a chegada das águas como a escola reorganizou o seu novo espaço ?
9. Conte-nos com detalhes como se deu esse período de saída de Pedro Velho e a instalação da escola no novo espaço.
10. O que mudou nas práticas educativas cotidianas da escola com a chegada das águas? que materiais didáticos vocês usavam nesse novo ambiente ? Você possui fotos, ou documentos desse período? Como era o cotidiano na escola José Cosme Irmão?

APÊNDICE B – Questionário de entrevista oral direcionado (com as devidas adaptações, feito oralmente) a José Maria (Pai de alunas/morador do antigo e novo Pedro Velho), Andréia Bernardo (ex -aluna da E.J.C.I e moradora do novo prédio escolar) e Glauciane Cavalvanti (ex aluna).

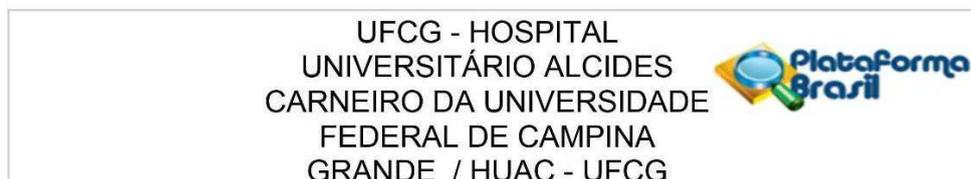
1. Conte-nos sobre suas memórias acerca de Pedro Velho: nasceu no distrito? Sua família residia na cidade? Quais as histórias de vida que a senhora viveu no antigo Distrito?
2. Após receber a notícia de que as águas da Barragem de Acauã inundariam Pedro velho, o que sentiu? Quais foram os medos, sentidos naquele momento? Que mudanças esse acontecimento causou em sua vida e na vida de seus familiares?
3. Muitas foram as mudanças causadas pela barragem, não é verdade? lembra se houve alguma resistência por parte da comunidade para que a barragem não tomasse Pedro Velho? Houve alguma ação contra isso? O que fizeram ao ver o seu lugar indo “por água á baixo”?
4. Em Pedro Velho estava situada a Escola José Cosme Irmão. O que essa Escola representava para você? Qual a importância dela para o povoado? Quanto tempo passou estudando nela? Como era a relação entre aluno/professor naquela época? Quais conteúdos eram ministrados pelos professores? Como a sua pessoa via e recebia a questão da aprendizagem?
5. Sobre as festividades escolares a senhora lembra como aconteciam? Elas envolviam a comunidade Pedrovelhense? Teria fotos dessas festas, como a de 7 de setembro?
6. Se você fosse escolher algo para ter saudade do antigo distrito, o que escolheria? Por quê? Quais os outros espaços e momentos que lhe trazem saudade?
7. Conte-nos sua chegada no assentamento, que ficou conhecido como novo Pedro velho? Como ele estava constituído? Conte-nos como se deu esse período, como a comunidade foi recebida nesse novo lugar e como a senhora e sua família se sentiram?
8. A nova escola “José Cosme Irmão” inicialmente abrigou muitas famílias que, naquele momento, não possuíam casas próprias, uma delas foi a sua. Como estava o prédio escolar naquele momento? Como vocês se organizaram naquele espaço? Como as outras famílias que ali foram abrigadas recomeçaram suas vidas? Como era a relação entre vocês, havia solidariedade, laços de amizade?
9. Você lembra como as crianças, das quais você era uma na época, se comportaram com essa mudança? Onde passaram a estudar? Como eram esses espaços? Narre detalhadamente sobre suas vivências ali.
10. Possui fotos, reportagens, poemas, construídos nesse período que tratem sobre os temas, aqui, conversados?

APÊNDICE C - Questionário de entrevista oral direcionado a José Marcos de Brito (ex-diretor da E. J. C. I.)

- 1- Conte-nos sobre suas memórias acerca de Pedro Velho: o senhor nasceu no distrito? Sua família residia na cidade? Quais as histórias de vida que o senhor viveu no antigo Distrito?
- 2- Em Pedro Velho estava situada a Escola José Cosme Irmão. Nela também funcionava o Colégio Manoel Félix Ismael. O que essa Escola significava para o senhor? Qual a importância dela para o povoado? Quanto tempo passou na gestão dela? Como era a relação entre gestor/professor/aluno? Com os demais funcionários como se dava essa relação?
- 3- Narre sobre estratégias tomadas pela sua gestão na escola. Sobre tensões, conflitos... Conte-nos mais sobre essas questões?
- 4- O senhor pode narrar sobre o cotidiano na escola em que trabalhou, contando-nos, por exemplo, sobre as festividades como o dia 7 de setembro? Como a escola se organizava para a realização desses momentos? Elas envolviam a comunidade Pedrovelhense? Teria fotos dessas festas?
- 5- Após receber a notícia de que as águas da Barragem de Acauã inundariam Pedro Velho, o que o senhor sentiu? Quais foram os medos, sentidos naquele momento? Como foi feita a retirada dos objetos escolares da escola? Houve um cuidado antecipado ou tiveram de tirar tudo às pressas? Quem estava “a frente” desses cuidados?
- 6- Muitas foram as mudanças causadas pela barragem, não é verdade? O senhor lembra se houve alguma resistência por parte da comunidade para que a barragem não tomasse Pedro Velho? Houve alguma ação contra isso? O que fizeram ao ver o seu lugar indo “por água abaixo”?
- 7- Se o senhor fosse escolher algo para ter saudade do antigo distrito, o que escolheria? Por quê? Quais os outros espaços e momentos que lhe trazem saudade?
- 8- Conte-nos sua chegada no assentamento, que ficou conhecido como novo Pedro velho? Como ele estava constituído? Conte-nos como se deu esse período, como a comunidade foi recebida nesse novo lugar e como o senhor e sua família se sentiram?
- 9- Com a instalação no Novo Pedro Velho como foi organizado o ensino fundamental II? Narre sobre a situação educacional no novo distrito.
- 10- O senhor possui fotos, reportagens, poemas, construídos nesse período que tratem sobre os temas, aqui, conversados?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do comitê de ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Memórias submersas: Os espaços educativos de um distrito "engolido" pelas águas de Acauã (1990-2005)

Pesquisador: MARIA EMILIA ANDRADE DE MEDEIROS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 34460820.1.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.629.265

Apresentação do Projeto:

O pesquisador descreve que esta é uma investigação em nível de mestrado "analisa as práticas educativas da Escola José Cosme Irmão, no período de 1990 a 2005, e sua relação com a comunidade de Pedro Velho, situada no município de Aroeiras. A referida escola, através da implementação de seu projeto educacional e de sua conduta pedagógica, expressas em suas práticas discursivas e não discursivas, produziu uma cultura escolar para além dos seus muros. É nessa perspectiva que o prédio onde a escola funcionou assume um lugar primordial para a construção histórica desta análise, pois ao ganhar visibilidade na vida cotidiana desses sujeitos, mesmo que de forma silenciosa, o estudo dessa escola e suas relações com a comunidade contribuem para a compreensão da configuração de identidades e da memória dos pedrovelhenses. Através do campo problematizador da História Cultural refletiremos sobre a pedagogia produzida nestes espaços, a partir da análise de fotografias, oralidade, acervo escolar entre outras fontes históricas".

Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador relaciona como objetivos:

OBJETIVO GERAL

Analisar as práticas educativas da Escola José Cosme Irmão e sua interface com a comunidade de

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n	CEP: 58.107-670
Bairro: São José	
UF: PB	Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545	Fax: (83)2101-5523
	E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

**UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG**



Continuação do Parecer: 4.629.265

Pedro Velho, distrito de Aroeiras, na Paraíba, no período de 1990 a 2005, refletindo sobre as mudanças nas práticas educativas dos pedrovelhenses.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Analisar a cultura da Escola José Cosme Irmão e sua ressignificação presente na memória dos atingidos pela Barragem de Acauã.

Refletir sobre a desconstrução de uma cultura cívico-escolar no distrito, a partir do desmantelamento material e patrimonial provocado pela chegada das águas.

Problematizar as ressignificações da memória de antigos moradores sobre o edifício escolar e as práticas educativas estabelecidas, analisando a “transformação” de um espaço pedagógico em abrigo para desabrigados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador descreve:

Riscos:

Em relação aos possíveis riscos dessa pesquisa, acreditamos que a entrevista pode gerar emoções, as quais podem aflorar em forma de choro, tristeza, angústia entre os mais diversos sentimentos, numa relação de partilha entre entrevistador e entrevistado. Porém, como forma de minimizar tais riscos, nos dispomos a deixar os entrevistados tranquilos, permitindo-os ficar à vontade, de modo que possam escolher o local mais propício para a realização da entrevista, a qual será previamente elaborada por meio de um roteiro de perguntas com tema pertinente à nossa pesquisa. Poderemos, quando necessário, adiar as entrevistas para outro dia ou outro horário, e também estamos dispostos a editar partes da entrevista, que porventura, sob sua concordância tenha lhes causado constrangimento. As entrevistas serão futuramente registradas em um aparelho gravador e em seguida transcreveremos, preservando ao máximo a originalidade do que fora relatado.

Benefícios:

A partir do campo teórico-metodológico proposto pela Nova História Cultural, o historiador é autorizado a dá visibilidade à história daqueles que durante muito tempo ficaram a sua margem, sendo considerados até mesmo sujeitos sem história. Logo, ao narrar as histórias de homens e mulheres comuns, como agora propomos neste projeto, dando-lhes o direito à voz, eis a importância benéfica maior dessa pesquisa.

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

**UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG**



Continuação do Parecer: 4.629.265

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa denota relevância científica e social por envolver memória e história de um povo da estado da Paraíba, sendo, portanto de grande relevância para o estado. A pesquisa dá continuidade às investigações que analisam os processos deflagrados pela construção da Barragem de Acauã, “com ênfase nas perdas econômicas vivenciadas pelos ribeirinhos”

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou todos os documentos concernentes à pesquisa:

Formulário de Informações Básicas do Projeto (FIBP)

Folha de Rosto

Projeto Completo

Declaração de Divulgação dos Resultados

Termo de Compromisso do Pesquisador completo

Termo de anuência do serviço onde a pesquisa será realizada

Instrumentos de coleta: questões e entrevista

Termo de compromisso Livre e Esclarecido (TCLE)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências encontradas no parecer anterior foram corrigidas, não existindo inadequações éticas para o início da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1538455.pdf	24/03/2021 10:22:14		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO240321.pdf	24/03/2021 10:21:29	MARIA EMILIA ANDRADE DE MEDEIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	24/09/2020 13:59:57	MARIA EMILIA ANDRADE DE MEDEIROS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projeto207.pdf	02/07/2020 11:10:08	MARIA EMILIA ANDRADE DE	Aceito

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n
 Bairro: São José CEP: 58.107-670
 UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
 Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 4.629.265

Investigador	projeto207.pdf	02/07/2020 11:10:08	MEDEIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoc.pdf	16/06/2020 15:10:02	MARIA EMILIA ANDRADE DE MEDEIROS	Aceito
Folha de Rosto	FR.pdf	16/06/2020 14:09:49	MARIA EMILIA ANDRADE DE MEDEIROS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 05 de Abril de 2021

Assinado por:

**Andréia Oliveira Barros Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n
Bairro: São José CEP: 58.107-670
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br